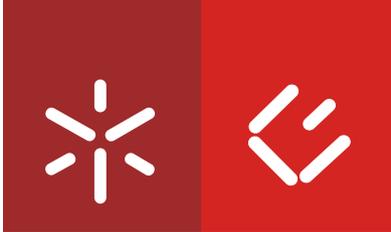


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Jorge Miguel da Rocha e Silva

A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Jorge Miguel da Rocha e Silva

A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Sandra Dias Fernandes

DECLARAÇÃO

Nome: Jorge Miguel da Rocha e Silva

Endereço Electrónico: jeremias_1981@hotmail.com

Telefone: 916546295

Número do Cartão de Cidadão: 11900699 5ZY9

Título da Dissertação: A dimensão cultural da política externa da União Europeia no período pós Maastricht

Orientadora: Professora Doutora Sandra Dias Fernandes

Ano de Conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 30 de Janeiro de 2015

Jorge Miguel da Rocha e Silva

À minha mãe e avó materna

Ao Nuno, Sandra e Alexandre

À Claudia

AGRADECIMENTOS

Em memória da minha avó materna por me ter transmitido todas as ideias, valores e tradições necessários para uma coexistência pacífica com todos os povos do mundo.

À mãe Cândida, cuja candura e ternura ultrapassa em larga escala o nome próprio e a transforma no maior exemplo a seguir.

Ao Nuno, o meu irmão que partiu e que levou a maior parte de mim para o desconhecido. Esse que tanto nos aleija...

À Sandra e ao Alexandre por fazerem parte da minha vida de forma tão intensa.

À Cláudia por acreditar, confiar e ter o dom da paciência.

À Professora Doutora Sandra Fernandes por ser a maior força orientadora que através do estímulo, segurança e maturidade intelectual me levou, por via do encantamento e *softpower* a acreditar que seria possível. Alma conjunta deste trabalho!

À Dr^a Teresa Fontes pelo incentivo, amizade e paciência. Obrigado!

Ao Dr. Rui Viana porque sabiamente me facilitou o percurso.

À colega Cláudia pela partilha, risos e devaneios.

Ao Manuel Gama pela troca de ideias face às políticas culturais europeias.

Ao Paulo Alves pela disponibilidade, diálogos e encorajamento. A tua paixão e dedicação às indústrias culturais e criativas contagiaram-me.

Aos amigos mais próximos pela preocupação e pelo incentivo. Aos meus colegas de profissão pela motivação e amizade

RESUMO

O final da Guerra Fria potenciou a projeção de novos atores, de um poder menos estatocêntrico, elevando, assim, atores não estatais a competirem na nova ordem. Assim, com esta nova abertura outras abordagens às relações internacionais (RI) surgem e, nesse sentido, a União Europeia (UE) viria a dar um contributo próprio na medida em que as questões militares (*hardpower*), vêm dar lugar a uma visão mais participativa e inclusiva, seguindo a cartilha normativa, premiando os valores, a cooperação e a atração (*soft power*). Notamos que apesar da consolidação, nos anos 2000, de uma literatura académica acerca da UE enquanto ator normativo, que veio clarificar a ação externa *sui generis* deste ator, menor atenção tem sido dada à matriz cultural da União e como a mesma se materializa na sua política externa. Para além de a cultura ter um papel na criação de confiança entre nações promovendo, assim, um mundo mais pacífico, ela faz parte da forma como a UE se concebe não só enquanto projeto de integração (dinâmicas internas) mas também como ela organiza as suas relações com terceiros. As dimensões culturais nas relações externas da UE ganham maior relevância a partir do tratado de Maastricht, sendo que se distinguem duas vertentes de “cultura” nos *outputs* da UE: a vertente normativa e a vertente material. O estudo debruça-se sobre a ligação destas duas vertentes, demonstrando de que forma elas fazem parte da estratégia da política externa da UE e qual o seu potencial enquanto instrumento estratégico. Assim, constatamos que a dimensão cultural enquanto valor (normativo) pode ser perspectivada à luz da teoria construtivista, onde se entende que o mundo é socialmente construído e que, quer a guerra quer a paz, não depende da anarquia e do poder mas sim de uma cultura partilhada através de práticas sociais discursivas. Não obstante, será ainda de salientar os esforços feitos por parte da UE do ponto de vista da sua complexidade institucional derivada de um misto de supra e intergovernamentalismo, resultando por vezes em falta de coerência entre o discurso e a prática. Notamos, pois, um esforço político e diplomático por parte da UE no que diz respeito à dimensão cultural externa, porém, constata-se que ela sai algo fragilizada porque consideramos que assenta numa lógica que privilegia ainda a dimensão económica colocando-a acima da dimensão cultural, algo que surge como cada vez mais insustentável mesmo que se adote uma dinâmica intersectorial prevista nos vários programas adotados pelas instituições europeias que, mesmo que detenham um conteúdo cultural existe, marcadamente, uma preponderância da componente económica.

ABSTRACT

The end of the Cold War leveraged the projection of new players, a less state-centered power, makes non-state actors compete in the new order. With this new opening, other approaches to international relations (IR) arise and, in that sense, the European Union (EU) gave their own contribution to the extent that military matters (hardpower), have lead to further insight participatory and inclusive, following the normative primer, rewarding values, cooperation and attraction (soft power). We note that despite the consolidation in the 2000s, an academic literature about the EU as a normative actor, who clarified the sui generis external action of this actor, less attention has been given to the cultural source of the Union and how it materializes in its foreign policy. Despite culture plays an important role in the confidence building between nations, thus promoting a more peaceful world, it is part of how the EU is conceived not only as integration project (internal dynamics) but also how it organizes its relationships with third parties. Cultural dimensions in EU external relations gain greater relevance after the Maastricht Treaty, and we can distinguished two aspects of "culture" in the EU outputs: the normative view and the material view. The study focuses on the connection of these two parts, demonstrating how they are part of the strategy of EU foreign policy and what its potential as a strategic tool. Thus, we find that the cultural dimension as a value (normative) can be seen under the constructivist theory, which understands that the world is socially constructed and advocates that war or peace, is independent of anarchy and power but is about a shared culture through discursive social practices. Nevertheless, we stress out the efforts made by the point of view of the EU's institutional complexity derived from a mix of supranationalism and intergovernmentalism, which sometimes results in a lack of coherence between discourse and practice. We note, therefore, a political and diplomatic effort by the EU with regard to foreign cultural dimension, however, it can be fragile because we believe that it is based on a logic that still favors the economic dimension placing it above the cultural dimension, which appears as increasingly unsustainable even if it is adopted a cross-sectoral dynamics provided in the various programs adopted by the European institutions, that even holding a cultural content exists, remarkably, a preponderance of the economic component.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1	
CAPÍTULO I:		
A UE ENQUANTO ATOR INTERNACIONAL: A PLURALIDADE DAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS		15
1.1. Cultura e Relações Internacionais	15	
1.2. Teoria construtivista.....	31	
1.3. UE: ator suis generis.....	37	
CAPÍTULO II:		
PARA ALÉM DA MATRIZ INTERNA: A AFIRMAÇÃO DA CULTURA PELA UE ENQUANTO DIMENSÃO EXTERNA		43
2.1. Identidade e cultura: dimensão interna da UE	55	
2.2. A presença direta do setor cultural nas Instituições, organismos e agências da UE.....	60	
2.3. «Economia cultural» ou a «economia da cultura»? A cultura como bem material	66	
2.4. Diplomacia cultural: o diálogo da amizade	75	
CAPÍTULO III		
A CULTURA EM AÇÃO: A UE E OS SEUS PARCEIROS ESTRATÉGICOS: O CASO DO BRASIL E DA RÚSSIA		81
3.1. As relações culturais UE-Brasil.....	81	
3.2. As relações UE-Rússia.....	95	
CONCLUSÃO	111	
BIBLIOGRAFIA	117	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Valores apresentados pelo programa Cultura entre os anos de 2007 e 2009	63
Figura 2: Financiamento previsto para apoio de projetos a partir de 2014	64
Figura 3: Setores e subsetores geradores de economia da indústria cultural e criativa	69
Figura 4: EU-27 external trade in cultural goods in million EUR, 2009	73

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ABC -Agência Brasileira de Cooperação

AEC -Agenda Europeia para a Cultura

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

APC -Acordo de Parceria e Cooperação

AUE -Ato Único Europeu

BRIC'S – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAE -Culture Action Europe

CAN -Comunidade Andina das Nações

CCI -Cultural and Creative Industries

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE -Comunidade Económica Europeia

CGAO -Coordenação Geral de Administração e Orçamento Geral

CGCB -Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral

CGCM -Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral

CGPD -Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

COMM -Direção-Geral da Comunicação

CPE -Cooperação Política Europeia

CPLP -Comunidade Países de Língua Portuguesa

DC -Diplomacia Cultural

EAC -Direção-Geral da Educação e da Cultura

EACEA -Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura

EDUC -Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Investigação

EEAS -European External Action Service

EES – Estratégia Europeia de Segurança

EJCD -Educação, Juventude, Cultura e Desporto

ENCATC - European Network of Cultural Administration Training Centers

EUA – Estados Unidos da América

GDP - Gross domestic product

IC, I. P - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

ICD -Institute of Cultural Diplomacy

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Audiovisual

KEA –Kearn European Affairs

KGB - Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti

MERCOSUL -Mercado Comum do Sul

MinC -Ministério da Cultura do Brasil

MNE -Ministério dos Negócios Estrangeiros

MRE -Ministério da Relações Exteriores

NDPC -Northern Dimension Partnership on Culture

NP-405 – Norma Portuguesa de Catalogação

OI – Organização Internacional

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PCC- Política Comercial Comum

PECO – Países da Europa Central e Oriental

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PT -Partido dos Trabalhadores

RI – Relações Internacionais

SAI -Secretaria de Articulação Institucional

SAV -Secretaria do Audiovisual

SCDC -Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural

SDN – Sociedade das Nações

SEC -Secretaria de Economia Criativa

SEFIC -Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

SI – Sistema Internacional

SPC -Secretaria de Políticas Culturais

TUE -Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UEO - União da Europa Ocidental

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

UNESCO - The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VMQ – Voto por Maioria Qualificada

“A cultura define-se essencialmente pelo que é partilhado e transmitido...a cultura é o que temos em comum com os outros. A questão é saber se essa cultura será a comunicação entre todos ou a cumplicidade de alguns.”

C. Roy

“...Europa. Este nobre continente, englobando no seu todo as mais agradáveis e civilizadas regiões da Terra [...] é a origem da maior parte da cultura, das artes, da filosofia e da ciência tanto dos antigos como dos modernos tempos. Se a Europa tivesse alguma vez ficado unida na partilha do seu património comum, não haveria limite à felicidade, à prosperidade e à glória dos seus trezentos ou quatrocentos milhões de habitantes”.

Winston Churchill (discurso de Zurique de 1946)

“Há vitórias que exaltam, outras que corrompem; derrotas que matam, outras que despertam”

Antoine de Saint-Exupéry

INTRODUÇÃO

A dimensão cultural da política externa da União Europeia, é parte da estratégia para as suas relações externas com o resto do globo, uma vez que elas são, de alguma forma, indissociáveis de outras políticas cruciais para o funcionamento e desempenho assertivo da União. Assim, "as relações políticas, económicas, culturais e sociais estão de fato vinculadas entre si, configurando uma interdependência" (Gama, 2011, 12). A cultura e seus agentes são vistos como elementos fundamentais que ajudam na construção de um mundo mais pacífico, ajudam a compreender a identidade de um povo e são capazes de gerir as diferenças em detrimento do conflito. Nesse sentido, argumenta-se que "no contexto de conflitos político-sociais [...] quando tendem a ser violentos, determinados aspetos da identidade podem ser colocados sob pressão [...] num caso extremo pode vir a ser uma questão de vida ou morte [...] assim, os músicos, historiadores, arqueólogos, linguistas e outros criadores de cultura podem desempenhar um papel fundamental [...] é assim que as artes e a cultura são colocadas ao serviço da formação da identidade" (Hippler, 2013, 13-14). O objetivo da presente dissertação consiste em questionar o papel da cultura na política externa da política externa da UE no período pós Maastricht e, em concreto, qual o impacto desta dimensão na relação com o Brasil, fazendo ainda uma comparação com a Rússia. Não é nosso objetivo elaborar um trabalho que abarque todas as dimensões culturais desenvolvidas pela UE nas suas políticas mas clarificar a influência de um domínio enunciado como basilar do projeto europeu mas cuja projeção e operacionalização surge, a priori, como difusa e pouco visível.

As relações externas conhecem um desenvolvimento institucional no seio da UE em 1992, aquando do Tratado de Maastricht, e segundo Xavier este mesmo tratado "institucionaliza a UE como nova personagem política que introduz um segundo pilar dedicado exclusivamente à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) " (2013, 144). Assim, considerando que o presente estudo se debruça sobre a política externas na sua dimensão cultural, o balizamento histórico iniciar-se-á a partir dessa época.

A UE, segundo vários autores¹, tem uma posição estratégica e uma dimensão internacional, contudo, para efeitos de influência e atuação, ela é agora um dos atores centrais das Relações Internacionais (RI). Para Xavier é “claro que a UE tem a capacidade para agir como um actor estratégico no plano internacional e como uma comunidade de normas e valores de estabilidade e cooperação em toda a Europa, vizinhança próxima e parceiros estratégicos” (2010, 230). São, no fundo, estes laços e políticas adotadas em relação à integração e cooperação que o final da Guerra Fria teve um papel potenciador para a nova imagem e atitude da UE, com cada vez mais membros - numa clara política de alargamento e aprofundamento - e com uma política externa que consagra acentuadamente as relações comerciais e económicas, ramificando-se um pouco por todo o globo, expandindo assim a sua área de atuação e influência. Adicionalmente, para Teixeira, “o fim da guerra fria [...] vêem alterar completamente o lugar e o papel internacional da Comunidade Europeia: não é já um actor de dimensão regional, sem autonomia [...] mas um actor de dimensão mundial e um pólo estruturante da cena internacional, em particular da nova ordem europeia” (1998, 126-127). Essa posição e dimensão global deriva, em grande medida, das suas relações comerciais, já que além de esse ser o primeiro grande passo para a supressão de barreiras entre os seus países fundadores, foi também necessário enfrentar o desafio de uma relação mais aprofundada com o resto do mundo. Daí resultaria o primeiro assunto a ser tratado de forma conjunta tendo em vista interesses comuns, surgindo a Política Comercial Comum (PCC) que se torna numa das dinâmicas mais importantes da política externa europeia “a política comercial comum constitui um dos principais instrumentos das relações externas da União Europeia” (EUROPA, 2014a). Por outro lado, a UE pode ser apresentada como um arauto da cultura porque, sobre esta matéria, ela revelou um modelo de integração de identidades tão díspares (não obstante, uma base comum) e culturas diferentes numa só região de forma prática e consentida pelos seus membros. Contudo, afigurou-se uma tarefa custosa já que “era difícil congregar múltiplas vontades numa Europa culturalmente rica mas não homogénea” (Vicente, 2013, 32)

O tema da cultura no seio da União poderá ser em alguns casos um assunto delicado tendo em conta que existem visões divergentes entre seus principais constituintes – os Estados membros - nomeadamente através daqueles que são vistos como “europeístas” e aqueles que

¹ BRETHERTON, Charlotte, VOGLER John - The European Union as a Global Actor. London: Routledge, 1999; HOWORTH, Jolyon - Security and Defence in the European Union. London: Palgrave MacMillan, 2007

são considerados de “eurocéticos”. Dessa forma, existia um confronto entre ambas as perspetivas, sendo que de um lado "estariam aqueles que queriam uma União mais ampla e mais aberta ao exterior; do outro lado estariam os que eram favoráveis a uma União mais profunda e mais integrada" (Espada, 1993, 445). À medida que a UE se vai alargando, outras sociedades entram dentro do seu perímetro, levando a que se formulem considerações sobre a alteridade e, nesse sentido, torna-se inevitável que “os cidadãos europeus questionem a forma como olham o Outro, o modo como acolhem os seus traços distintivos e se identificam com uma cultura de raiz comum mas progressivamente e irreversivelmente mais heterogénea” (Matias, 2009, i). As questões ligadas ao “multiculturalismo” ou “interculturalismo” são colocadas à prova dentro do mesmo espaço, no sentido de promoverem o “sentimento de pertença a um grupo, a um espaço, a um conjunto de valores” (*Ibidem*). Muitas das vezes os cidadãos europeus têm medo que se perca a sua própria cultura e identidade, cuidando que, ao ser utilizado o termo “identidade cultural europeia”, a diversidade de culturas existentes na UE deixe de existir e a cultura nacional desapareça, dando lugar apenas a uma cultura única da UE, na qual os cidadãos não se revêm porque “uma das questões mais controversas sobre o debate europeu prende-se com a emergência e consolidação da identidade europeia” (Gaspar e Haro, 2011, 11) por parte dos cidadãos. Esse facto faz com que exista um debate acerca do retrocesso na integração. Sobre essa matéria sublinhamos que a diversidade cultural é também tida como um cimento do projeto europeu “cultural diversity; the richness of traditions, languages, literatures, artistic expressions, and ways of life is a foundation for a united Europe. Protecting this richness is one of the most important tasks of the EU” (Weringh & Schürmann, 2004, 6), compreendendo-se assim que ela não retira mais ou menos identidade aos países membros, ao invés, vai fundar as bases para uma União mais consistente e unida, verificando que mesmo os europeístas (federalistas) defendem “uma federação europeia na qual o destino comum dos seus povos - retendo ainda as suas identidades específicas - é guiado, e o seu futuro assegurado, por autoridades comuns” (Espada, *idem*, 457).

Para alguns autores o verdadeiro problema da “multiculturalidade” e “interculturalidade” é resultado de outras ações levadas a cabo pela liberalização Ocidental:

““Culture”” and ““the arts”” are emotive words in the European political context and subject to many misunderstandings. The words instinctively arouse fear that Brussels could interfere with the national cultures of member states and endanger their existence through the development of a syncretistic European multiculturalism. Of

course the case will not be put for that here. On the contrary: [...] the real source of the danger, especially for small national and regional cultures, can be seen in the demands within the WTO framework for the unconditional opening of all markets, including markets for cultural property, and in the WTO's practices, which are generally identified with the negative effects of globalization." (Weringh & Schürmann, *ibidem*)

Historicamente, a Europa passou por momentos muito atribulados, onde cada vitória e conquista se fazia com a espada ou arma em punho, contudo, hodiernamente, esse padrão foi substituído por outros que consideramos mais diplomáticos e menos violentos incluídos numa sociedade que, comumente se apelida de desenvolvida e civilizada. A própria história fala-nos destas transformações e como a própria epopeia Eneida, ela também alcança a dignidade praticando a virtude e promovendo a justiça. Vejamos que o início da construção europeia também teve os seus heróis – homens verdadeiros- que através da idealização de um mundo pacífico tornaram-se, na nossa perspectiva, heróis por uma causa em que cegamente acreditavam. Esses homens podem também ter uma ligação à própria Eneida, sendo, muitos deles, atores principais de uma sociedade que entra em acordos vários e continuam com uma resolução e entendimento por via do diálogo e da paz. À semelhança de Eneias (herói da Eneida) também estes homens europeus não se impõem pelas armas, mas pela virtude, pela sabedoria, pela justiça, pela paz, pela cultura, pela sede de um mundo melhor e sem guerras (Gomes, 1989:8). Não será desproporcionado dizer que a União inicia-se com homens que odiavam a guerra.

A União é detentora de uma história ímpar, dotando-a assim de uma maior sensibilidade para lidar com o que é diferente e para com a alteridade, no sentido de promover uma coexistência pacífica mesmo com aqueles que agora se confrontam através das armas. Vejamos que neste contexto recorremos a Galtung e à sua fórmula do conceito de paz, argumentando que existe “paz directa + paz estrutural + paz cultural”, onde a primeira definição explica que consiste na “bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria orientada para todas as necessidades básicas, a sobrevivência, o bem-estar, a liberdade e a identidade. [...] a paz positiva estrutural substituiria a repressão pela liberdade, e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização [...] a paz positiva cultural substituiria a legitimação da violência pela legitimação

da paz na religião, no direito e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e media, construindo uma cultura de paz positiva” (Pureza, 2000, 39 apud Galtung). A União atua com ponderação, no sentido em que rejeita o uso primeiro da força,² relativamente a um comportamento agressivo, a um comportamento mais associado ao *hard power* porque também ela deriva de uma mescla de povos e culturas cuja origem floresce através da guerra. Com efeito, a UE está hodiernamente orientada para a cultura da paz, que na conceção da Organização das Nações Unidas (ONU) compreendemos que "consists of values, attitudes and behaviours that reflect and inspire social interaction and sharing based on the principles of freedom, justice and democracy, all human rights, tolerance and solidarity, that reject violence and endeavour to prevent conflicts by tackling their root causes to solve problems through dialogue and negotiation and that guarantee the full exercise of all rights and the means to participate fully in the development process of their society" (United Nations, 1998), estando assim alinhada com a visão europeia.

Nesse sentido, assenta no espírito europeu uma busca incessante pela estabilidade entre as nações, considerando-se que na esfera das RI que estabilidade é a “probability that the system retains all of its essential characteristics; that no single nation becomes dominant; that most of its members continue to survive; and that large-scale war does not occur. And from the more limited perspective of the individual nations, stability would refer to the probability of their continued political independence and territorial integrity without any significant probability of becoming engaged in a "war for survival" (Deutsch e Singer, 1964, 390-391). No entanto o conceito de estabilidade esta também relacionado com o conceito de segurança e esta, por sua vez, mostra-se diferente daquele que foi nas gerações anteriores, notando que "in Europe [...] national security was a unitary and closed one, which was established and practiced while the outside conditions could be ignored [...] in the age of the economic globalization once a national state enter the competitive system of the global market and the open information network, national security as a comprehensive and multi-level matter, cannot be but a “three-in-one” security analysis"(Yizhou, s.d., 3-4). Nessa medida, o autor argumenta que por via do fenómeno da globalização a estabilidade deverá ser entendida em três níveis distintos uma vez que ela compreende vários fatores. Assim, sublinha-se que:

² Embora fora do âmbito deste trabalho, referimos que existem muitas críticas à UE por não ter um braço armado e, por exemplo, por ficar aquém das expectativas de parceiros como a Aliança Atlântica para partilhar responsabilidades em teatros de operações (“burden sharing”) (Howorth, 2007; Cameron 2007).

“first of all, in addition to the meanings in military science and diplomacy (for instance, non-invasion into others’ territory, unification of a national state, avoidance of war attacks, resolution for diplomatic conflicts, prevention from military confrontation) [...] economic and technological security (it may be further divided into monetary, trade, investment security, avoiding of big turbulence and periodical up and down, possession of more effective means and abilities of competition, grasp of various elements in the age of information) [...] Social security (meaning the respect for the rights and responsibility of the majority, maintaining peace among all stratum, giving the public sense of order and stability, establishing an appropriate balance between efficiency and justice, and controlling the negative sides, like crimes, poverty, corruption, ignorance, political security)” (*Idem*, 4).

Notamos assim que quer a estabilidade, quer a segurança estão sujeitas evoluções de entendimento e, portanto, de políticas para as alcançar, onde se sublinha que o mundo Ocidental tem procurado adaptar-se aos novos desafios colocados neste contexto evolutivo.

Num outro sentido, o espaço comum europeu foi e é palco de uma experiência cultural ímpar, assim, será de relevar que “em nenhuma outra região do mundo coexistem tantas histórias, culturas e línguas diferentes num espaço relativamente tão pequeno [...] na União Europeia não há uma identidade nacional, nem uma língua ou uma cultura comuns.” (Savanevičienė 2008, 55; apud Jackson). A esse propósito parece existir uma maior sensibilidade para abraçar a esfera cultural, notando para o efeito que a UE é “uma «invenção cultural», a partir de tomadas de consciência sucessivas, desde as celebrações de mitos, da evolução científica, dos cantos de poetas, do trabalho de artistas, às obras de intelectuais e de políticos imaginativos” (Rocha, 2003, 8 apud Rougemont). Contudo, em algumas circunstâncias, a cultura ainda é vista como um assunto que não merece um papel decisivo nas relações externas, tendo em conta que “o conceito de cultura tem, para os estudiosos das RI, uma certa conotação de frivolidade, remetendo para o idealismo e a utopia, em contraste com a dura realidade do mundo da política internacional” (Teles, 2009, 6). No entanto, a partir do Tratado de Maastricht, a cultura passa a ser uma matéria da responsabilidade comunitária o que, só por si, lhe vem conferir uma maior importância. Nesse sentido e apesar de um orçamento limitado a cultura tem um lugar próprio na nova estratégia da UE para o período 2014-2020, designado de «Europa 2020» cujo objetivo é contribuir para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O orçamento prevê dotar o:

“serviço da investigação, da inovação e do desenvolvimento tecnológico [...] com 80 mil milhões de euros [...] a solidariedade a favor do crescimento sustentável e do

emprego com 376 mil milhões de euros [...] para a Política Agrícola Comum (que terá uma abordagem em dois pilares) [...] prevê 281,8 mil milhões de euros ao Pilar 1 e 89,9 mil milhões de euros ao desenvolvimento rural, contando ainda com um montante adicional de 15,2 mil milhões de euros [...] para investir no capital humano [...] a Comissão pretende afetar 15,2 mil milhões de euros ao domínio da educação e da formação, bem como 1,6 mil milhões de euros para a cultura [...] para responder aos desafios suscitados pela migração [...] a Comissão prevê afetar 8,2 mil milhões de euros [...] para tornar a UE num protagonista global [...] propõe afetar 70 mil milhões de euros [...]” (EUROPA, 2014)

Existe uma discrepância significativa de valores entre a cultura e as outras políticas adotadas pela UE. Ainda assim ele vem promover uma maior dinâmica cultural entre a União e países terceiros, estando esse desiderato presente, respetivamente, nos pontos 3 e 5 do artigo 167º do TUE.

“3. A União e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.”

“5. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo: — o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, e após consulta do Comité das Regiões, adoptam acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros, — o Conselho adopta, sob proposta da Comissão, recomendações.” (TUE, 1992)

Assim, um papel de importância relativa à cultura e às políticas em relação a países terceiros é consagrado no Tratado. É após a sua entrada em vigor que a política externa da União passa a ter uma dimensão institucional e, acima de tudo, ela contribui para a imagem renovada da UE, capaz de se afirmar no mundo pós-guerra fria que se iniciava.

Se partirmos das palavras do ex presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, percebemos que a componente cultural é tida, pelos líderes europeus, não só como a origem do projeto europeu, mas também como a condição do seu sucesso por ser constituinte da sua essência:

“European Union of culture preceded and nurtured the economic and political European Union that we know today; and given that culture always was, and still is, more than ever, the cement that binds Europe together [...] we have succeeded in uniting our countries on solid economic and institutional foundations, and if it happens, it is because the Union was buttressed by the existence of an underlying

fundamental unity; the cultural kinship shared by Europeans. For, in its very essence, our Union is both a political and – let’s not be afraid to say it – a cultural project”.³

Porém, quando olhamos para a cultura como uma política autónoma, compreendemos que ela não é, à semelhança de outras, uma política cuja definição seja clara. Como perceberemos, a chancela da cultura está um pouco aquém do idealizado pelos pais fundadores da União, que nas palavras de Adenauer “Europe will only be possible if a community of European people is restored in which every population will provide its own irreplaceable, unique contribution to the economy and to European culture, thought, poetry and Western creativity.”⁴ Face ao exposto, sublinhamos que a cultura é uma componente forte na criação da União, porém, talvez essa componente não fosse iniciada e valorizada de uma forma clara e articulada se tivermos em consideração as palavras de Jean Monnet, outro dos seus pais fundadores, referindo-se ao projeto europeu como “if I had to do it again, I would start first through culture”(apud Trichet, 2011). Esta asserção leva a questionar se a cultura é feita de forma efetiva desde a fundação da União, e é por esse motivo que, refere o Parlamento Europeu “a UE está empenhada no desenvolvimento de um papel renovado e mais ativo para a Europa no contexto das relações internacionais e na integração da dimensão cultural como elemento essencial das relações entre a Europa e os parceiros nacionais e regionais (2014). Ainda assim, apesar do esforço para colocar a cultura num lugar cimeiro das RI, compreendemos que ele é feito de forma cautelosa, isto é, num espírito de incentivo e não o de ator principal, uma vez que se cinge à complementaridade dos Estados membros, como podemos verificar no capítulo 167º do Tratado de Maastricht. Contudo, este esforço parece não estar a resultar para que exista uma União mais rica culturalmente. Nas palavras da comissária Androulla Vassiliou, denota-se uma preocupação com a efetiva presença da cultura na Europa, dizendo que “a cultura é uma fonte de realização pessoal, criatividade e alegria. Estou preocupada que poucos cidadãos da EU estejam envolvidos em atividades culturais, artistas, produtores ou consumidores” (2014), apesar do ex-presidente da Comissão Europeia Durão Barroso afirmar que a “cultura é o

³ Discurso do Presidente Barroso intitulado Culture: the cement that binds Europe together e que foi proferido em Viena de Áustria em 04 de Abril de 2013a

⁴ Konrad Adenauer a propósito do seu discurso em Colonia a 24 de Março de 1946 para a União Cristã Democrática.

cimento que une a Europa”⁵(2013b), aproximando-se assim ao discurso e ao espírito dos seus pais fundadores.

Não obstante ao discurso proferido quer por Barroso, quer por Vassiliou em relação à cultura, notamos que eles se centram mais numa componente endógena, ou seja, cingindo-se às dinâmicas internas do processo de integração europeia. Nessa medida, se existe um esforço em perceber as lógicas culturais enquanto dimensão da política externa, não poderíamos deixar de fazer uma alusão a esta dimensão interna que, estamos certos, será necessária para nos ajudar a explicar o propósito deste estudo. Assim, pretendemos com este trabalho contribuir para a clarificação dos elementos que nos remetem para a existência de uma dimensão cultural na atuação externa UE, e é sobre isso que propomos as nossas pesquisas. Desde logo será importante fazer aqui uma distinção sobre as variantes da cultura que se afiguram importantes para este estudo. Nesse sentido, temos por um lado a cultura enquanto valor, isto é, a cultura que concebe e reconhece todos os seres de forma igual, de modo a que exista uma coexistência baseada na tolerância e no respeito das culturas. Para a UNESCO, a diversidade cultural “supõe o reconhecimento da igual, dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas” (2007, 3a), alinhando-se assim com estes os valores fundamentais da UE “dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito e respeito pelos direitos do Homem” (EUROPA, 2014). Se esta é, por um lado, a perspetiva à qual podemos entender como sendo mais humanista da cultura, por outro lado, também existe uma vertente que se debruça mais sobre bens e serviços culturais, portanto, poderá ser interpretada como um bem material. Também, por sua vez, a UNESCO refere-se a esta vertente como “atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais” (2007, 5b). Será a partir destas duas aceções e vertentes de “cultura” que aprofundaremos o conceito, procurando distinguir as dinâmicas e os recursos que existem no campo cultural.

Assim, a pergunta principal de investigação é a seguinte: tendo em consideração um forte empenho narrativo da UE sobre a dimensão cultural e as suas valências no período pós Guerra

⁵ Traduzido nosso

Fria, em que consiste a dimensão cultural da UE num plano externo? Como hipóteses de trabalho, avançaremos com a seguinte hipótese principal: tendo em consideração que a cultura pode ser perspectivada de duas formas diferentes (enquanto valor e/ou enquanto bem material), a política cultural externa da UE não só não é homogénea e estruturada como tende a depender dos seus parceiros estratégicos. Como hipótese secundária, enunciamos a seguinte: a dimensão cultural externa da UE consiste num conjunto de medidas adotadas em função de cada parceiro, não lhe conferindo por isso uma estratégia cultural sólida e inteiramente coerente.

A relevância deste trabalho surge por se entender que a Europa é, na sua génese, um misto de culturas e de identidades. A cultura, por seu turno, é um recurso poderoso, através dela adensam-se conflitos ou resoluções pacíficas, uma aproximação ou a exclusão e a indiferença. Na conceção de Davies “a cultura pode contribuir para a estabilidade e para uma sensação de segurança [...] no entanto [...] quando se inclui apenas a “igualdade” e se exclui a “diferença”, a cultura pode provocar tensões e violência.” (2003, 201) Também a UNESCO comunga a ideia de que a cultura é um recurso poderoso e indo mais além, afirma que ela está ao serviço do desenvolvimento das comunidades em várias frentes e que pode ter impacto nelas "culture can be a powerful driver for development, with community-wide social, economic and environmental impacts" (2012). Porém o papel da cultura nas relações externas da UE parece ser mais uma extensão de outras políticas do que propriamente um assunto com uma política sólida e enraizada, já que apesar de ela estar consagrada nos ideais dos pais fundadores existe quem afirme que ela tem um propósito político, financeiro e económico. Para Vicente, a "integração europeia é antes de mais um processo político pelo que reduzir a sua capacidade de intervenção às esferas financeira e económica é produzir um rude golpe nas expectativas dos que crêem que a UE é o derradeiro reduto da paz e prosperidade no Velho Continente" (*idem*:31). Assim, como podemos constatar, não existe uma alusão ao campo cultural mas sim ao político, económico e financeiro. Na verdade, a referência a assuntos culturais está mencionada em Tratados e em parcerias estratégicas, onde o Tratado de Amesterdão (1997) traz alterações sobre a forma como devem ser tomadas as decisões. Segundo o Parlamento Europeu, este Tratado “estabeleceu um processo decisório mais eficaz, com a abstenção construtiva e a votação por maioria qualificada (VMQ) ” (2014:1). No último tratado assinado em Lisboa (2007) compreendemos que ele segue o mesmo caminho de Maastricht em relação aos seus desígnios culturais, não fazendo por isso qualquer alteração. No entanto, é em relação ao processo

decisório que Lisboa adota uma postura diferente e segundo a Comissão Europeia “no Tratado de Lisboa, o voto por maioria qualificada é alargado a mais domínios (por exemplo, imigração e cultura)” (2014a).

Aquilo que se vai observando, quando se trata de resultados práticos, é que os líderes europeus parecem dar mais destaque a algumas matérias em detrimento de outras. Entende-se, assim, que a relação da UE com terceiros baseia-se em assuntos mais tradicionais como o comércio e a economia. Ao fazermos uma resenha do início da construção europeia até aos dias de hoje, verificamos que os momentos mais marcantes nunca se reportaram à cultura segundo se pode verificar na descrição da Comissão Europeia:

“A partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço começa a unir económica e politicamente os países europeus, tendo em vista assegurar uma paz duradoura [...] A década de 60 [...] trata-se de um bom período para a economia, favorecida pelo facto de os países da União Europeia terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais realizadas entre si [...] em Outubro de 1973, a Europa debate-se com uma crise energética e problemas económicos [...] Em 1986, é assinado o Acto Único Europeu [...] destinado a eliminar os entraves que se opõem ao livre fluxo de comércio na UE, criando assim o “Mercado Único” [...] Em 1993, é concluído o Mercado Único com as “quatro liberdades”: livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais [...] A partir de 2000, o euro torna-se a nova moeda de muitos europeus. O dia 11 de Setembro 2001 marca o início da «guerra contra o terrorismo» [...] os países da UE começam a colaborar de uma forma muito mais estreita para combater contra a criminalidade [...]” O ano de 2010 arranca com uma “grave crise económica, mas também com a esperança de que os investimentos nas novas tecnologias verdes e amigas do ambiente e a cooperação europeia mais estreita tragam crescimento e bem-estar duradouros.” (2014a)

Entendemos, face ao exposto, que os assuntos relacionados com a economia são aqueles que mais se destacam nas relações ora intra-comunitárias, ora externas da UE. Assim sendo, sobre esta matéria existe uma extensa e diversificada literatura⁶. No sentido de colmatar uma

⁶As relações económicas entre a União e Ásia: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication13561_en.pdf

Publicação sobre a união económica e monetária: http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/economic_and_monetary_union_and_the_euro_pt.pdf

Publicação sobre comércio da UE: http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/trade_pt.pdf

atenção menor a outra dimensão interna e externa tida como basilar do processo de integração europeia, este trabalho ambiciona contribuir para a elucidação da acção externa da União sobre as relações externas de âmbito cultural na União, tendo em consideração o vetor cultural, tanto na sua dimensão valorativa como na sua dimensão material.

Desta forma, pretende-se explorar as políticas culturais existentes nas relações da UE com países terceiros que neste trabalho serão representados pelo Brasil e pela Rússia, países que, de resto, mantêm parcerias estratégicas com a União, bem como compreender em que situações tais políticas se aplicam, uma vez que esta dimensão parece substanciar-se numa acção algo frágil.

Iremos procurar compreender se existe uma política cultural externa da UE e evidenciar se a política cultural externa é, efetivamente, colocada em prática e na sua plenitude, ou seja, iremos comparar o discurso e ação. Relativamente aos objetivos específicos deste trabalho, tentar-se-á mostrar quando e em que contexto se pode falar de política cultural externa e compreender de que forma a cultura se afigura como um instrumento para a UE projetar a sua agenda externa. No que respeita à metodologia utilizada nesta dissertação, os métodos qualitativo, quantitativo e misto mostram-se capazes de, numa primeira instância, orientar o investigador e levá-lo por um caminho mais adequado quando confrontado com a natureza das suas necessidades. Assim e uma vez que não está prevista a recolha de dados em terreno de investigação na UE, no Brasil e na Rússia, privilegiaremos o recurso à observação documental que será efetuada em fontes primárias e secundárias. Assim, a natureza dos dados documentais podem dividir-se em fontes primárias e secundárias. “as fontes primárias são aquelas que surgem durante o período de investigação [...] as fontes secundárias são as interpretações dos acontecimentos desse período baseadas nas fontes primarias” (Bell, 1997, 91) e, nessa medida, ter-se-á em conta a análise interna que compreende o sentido exato do conteúdo do documento e a análise externa que procurará situar o documento no contexto em que foi reproduzido e medir a sua repercussão no ambiente social (Fernandes, 1995, 168), como é o caso de declarações oficiais. No sentido de referenciar com clareza as fontes aqui descritas recorreremos à

Norma Portuguesa (NP-405)⁷, a qual corresponde a “normas portuguesas na área da informação e documentação, harmonizadas com a norma internacional ISO 690 e definem regras para a normalização das referências bibliográficas de todos os tipos de documentos.” (Universidade de Aveiro, 2010). Em relação à metodologia, irá ser aplicado o estudo de caso comparativo da relação UE-Brasil e UE-Rússia para perceber se, efetivamente são aplicados os desideratos existentes no nível retórico e nas políticas existentes para que exista uma dinâmica cultural ativa. Para Bell, “os estudos de caso podem ser levados a cabo com o intuito de observar e consubstanciar uma investigação. Podem preceder um projecto e ser usados como meio de identificação de questões-chave merecedoras de uma investigação mais aprofundada.” (*idem*, 23). O método comparativo com a Rússia permitirá analisar a flexibilidade e adaptação da política externa europeia em função do interlocutor. Uma vez que “o método hipotético dedutivo parte da percepção de uma lacuna nos conhecimentos; sobre essa lacuna formula hipóteses; depois, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência dos fenómenos abrangidos pela hipótese.” (Carvalho, 2002, 92), Este será também o nosso método dedutivo-hipotético, uma vez que se pretenderá perceber se o discurso utilizado pela UE é aplicado na prática naquilo que se reporta às questões culturais. Tendo em consideração a literatura existente irei partir do geral para o particular, com a intenção de formular algumas hipóteses relativas à coerência entre a palavra e a ação que se observam na dimensão cultural. O estudo de caso pretende perceber se existe coerência entre discurso e a prática e será, portanto, qualitativo. Para melhor descrever a relevância do estudo de caso, constatamos que este “pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social [...] é uma investigação que se assume como particularista, isto é, debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos” (Ponte, 1994, 3).

⁷ É de notar que esta norma está dividida em quatro modelos, designando a "a NP 405 – 1 Estabelece os modelos de referências bibliográficas de monografias, partes de monografias, revistas, artigos de revistas, normas e patentes. Deve utilizar-se para documentos impressos [...] NP 405 – 2 estabelece os modelos de referências bibliográficas para materiais não livro - cartaz, gravura, filme, registo vídeo ou sonoro, etc [...] NP 405 – 3 Estabelece os modelos de referências bibliográficas para documentos não publicados - monografias e publicações em série não publicadas comercialmente, circulares, cartas, manuscritos, música manuscrita, materiais cartográficos [...] NP 405 – 4 Estabelece os modelos de referências bibliográficas para documentos electrónicos - bases de dados, programas de computador, revistas electrónicas, artigos de revistas, entre outros" (Universidade de Aveiro, *idem*)

CAPÍTULO I:

A UE ENQUANTO ATOR INTERNACIONAL: A PLURALIDADE DAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

1.1. Cultura e Relações Internacionais

Especialmente a partir da queda do Muro de Berlim em 1989, a balança do poder mundial ganha novo rosto. Deixa-se para trás um mundo bipolar e dividido entre duas forças maiores para passar a ser mais heterogêneo no que refere ao poder. Eis que se chegou a um mundo multipolar, já que “este nuevo escenario ha dado lugar a un relativo equilibrio del poder global, donde pareciera que ninguno de los actores –potencias mundiales- tiene la capacidad para imponerse por sí solo a los demás” (Gálvez, 2010, 20) e onde a grande diferença entre os povos é visível por distâncias ideológicas, “a ideologia pode ser definida como um conjunto de crenças baseadas em ideais (ou seja, a igualdade, o poder, justiça), que é transformado em um projeto que visa atingir a perfeição social através da gestão das relações sociais”⁸ (Ugarriza, 2009, 84), mas também pelas diferenças políticas, económicas e, especialmente, culturais “neste novo mundo, os conflitos mais generalizados, mais importantes e mais perigosos não ocorrerão entre as classes sociais, entre ricos e pobres ou outros grupos economicamente definidos, mas entre povos pertencentes a entidades culturais diferentes” (Huntington, 1999, 29). Por outro lado, existe cada vez mais uma maior interdependência e cooperação entre atores. Esta teoria da “interdependência complexa” foi instituída por Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (1977) e vinha contestar a tradicional e vigorante teoria realista. Ela foi baseada em três pressupostos “a existência de canais múltiplos que conectam as sociedades, a ausência de uma hierarquia fixa de temas na agenda das relações interestatais e, por fim, sensível diminuição da efetividade do uso da força enquanto instrumento de política” (Estre, 2011 apud Keohane & Nye 1989). Assim, além de diminuir o uso da força, a interdependência contempla vários canais para aproximar as sociedades, ou seja, propõe-se que os Estados não são atores únicos, espalhando a circulação de ideias e de conhecimento porque na “interdependência complexa [...] há relações transgovernamentais (entre as elites não-governamentais dos Estados [...]) e relações

⁸ Traduzido nosso

transnacionais (que incluem outros atores, como multinacionais) ” (*idem*, 2011). No caso concreto da UE e numa outra perspectiva, com o intuito de argumentar sobre a circulação de ideias, ousamos dizer que também o trabalho de grandes pensadores, artistas ou políticos proliferou através das sociedades e gerações, senão, o que dizer da constante presença e influência dos pensadores gregos da época clássica do séc. IV a.c. numa obra do início do séc. XIX como - a título exemplar - a de Oscar Wilde? Parece-nos que a grande diferença está na rapidez e instantaneidade com que recebemos tal informação.

Como Samuel P. Huntington afirma na sua obra “O choque das Civilizações” no palco das RI, após a queda do muro de Berlim, a busca pelo poder continua a ser uma característica dos Estados, porém, “ o seu comportamento é moldado não só pela busca do poder e riqueza, mas também por preferências, diferenças e afinidades culturais” (1999, 28). Assim, compreendemos que estes aspetos e, especialmente os que se interligam diretamente com a cultura, têm um papel importante na política externa após esse período já que “os anos após a guerra fria presenciaram o início de mudanças dramáticas nas identidades e nos povos [...] a política global começava a ser reconfigurada tendo em atenção factores culturais” (*ibidem*, 19). A este propósito consideramos que este fator é ainda bastante influente na ordem mundial notando que “os agrupamentos mais importantes de Estados já não são os três grandes blocos da guerra fria, mas as sete ou oito maiores civilizações mundiais” (*ibidem*, 28) estando, portanto, sujeitos a lidar com sociedades distintas entre si. Após muitos anos de colonialismo, o Ocidente depara-se agora com uma nova realidade, os países não ocidentais estão agora a desenvolver riqueza económica e poder militar, conquistando maior influência política, nesse seguimento, tais sociedades começaram a reclamar pelos seus valores culturais e rejeitam aqueles que são tidos como impostos pelo ocidente. Assim, fica claro que “o Ocidente é e continuará a ser durante anos, a civilização mais poderosa” (*ibidem*, 30). No entanto é preciso dar atenção aos sinais e perceber que o seu poder começa a ficar reduzido, ainda assim, se é verdade que existem sociedades que tentam uma aproximação ao Ocidente e serem seus aliados, outras tentam a expansão do seu poder económico ou militar numa tentativa de resistência às forças ocidentais. Assim sendo, o ato simbólico da queda do muro de Berlim trouxe ao mundo várias civilizações e as afinidades ou diferenças culturais moldam os interesses e as associações dos Estados e o poder está a deslocar-se do Ocidente, ou seja, “a política global está a tornar-se multipolar e multicivilizacional.” (*ibidem*).

A construção da alteridade pode ser tida como um resultado da cultura entre as várias populações que geneticamente possuem as mesmas características. Assim, são as escolhas culturais que marcam a diferença porque cada uma delas concebe soluções originais para os problemas que se lhes apresentam já que para alguns autores a ideia de cultura surge como sendo “o utensílio adequado para pôr termo às explicações naturalistas dos comportamentos humanos” (Cuche, 1999, 24) e, muitas vezes, quando nos dirigimos a alguém, interpelando-o para que este seja natural, na realidade estamos a tentar dizer para este se comportar mediante o modelo de cultura que lhe foi transmitido.

A partir do final da Guerra Fria a cultura ganha maior destaque no panorama internacional e uma das causas prováveis é o facto de que as políticas de natureza belicista perderem terreno muito graças ao facto da globalização. A partir daqui começa-se a ganhar noção de que os verdadeiros conflitos, como aqui já foi dito nas palavras de Huntington, se centram muito concretamente em causas ligadas a diferenças culturais. Assim, um dos prováveis fatores que trouxe a cultura para o campo das RI deve-se ao trabalho elaborado pelos pós-positivistas, que assumem que “o mundo é socialmente construído e de que não se pode, portanto, querer *explicá-lo*, como um dado objetivo e material” (Cruz, 2011, 5). Sob este ponto de vista seriam necessárias contribuições de outras áreas e algumas dessas contribuições consagravam “a dimensão cultural como constitutiva das práticas e relações humanas, o que contribuiu para a emergência da cultura nos estudos de relações internacionais.” (*ibidem*). Notemos que esta transformação acontece muito por culpa dos teóricos pós-positivistas que se caracterizam “par quatre orientations intellectuelles fondamentales «épistémologiquement, (ils) remettent en cause les approches positivistes de la connaissance [...] méthodologiquement, ils rejettent l'égémonie d'une Seul méthode scientifique [...] ontologiquement, ils défient les conceptions rationalistes de la nature et des actions humaines, soulignant tout au contraire la construction sociale des identités des acteurs, ainsi que l'importance de l'identité dans la constitution des intérêts et des actions. Et normativement ils condamnent la théorisation axiologiquement neutre” (Battistella, 2003, 267-268). Assim, “a cultura passa a ser vista com novos olhos. Ela se transforma em um elemento de poder para os Estados, junto com outros fatores importantes como a política, a economia e a força militar” (Biondo, 2012, 11), e esta começa então a ser parte fundamental na sua política de relação com o mundo, isto é, para efeitos de relações externas.

No mundo contemporâneo existe, atualmente, uma grande carga política no intercâmbio de conhecimentos e de ideias que é veiculado pelos Estados, apesar de já não serem atores únicos na cena internacional "no decorrer do século XX os Estados perderam a condição de únicos atores internacionais e passaram a dividir o palco da sociedade internacional com outros atores, tais como as organizações internacionais, organizações não-governamentais e as empresas transnacionais" (Marques, 2008, 23), contudo, eles continuam a ter um papel privilegiado nas suas relações internacionais "os Estados são e continuarão a ser as entidades dominantes nas questões mundiais. Conservam exércitos, dirigem a diplomacia, negociam tratados, travam guerras, controlam as Organizações Internacionais, influenciam e, de modo considerável, modelam a produção e o comércio." (Huntington, 1999, 36). Nesse sentido continuam a facilitar e a assegurar o processo de "troca" que é, de resto, uma necessidade e uma característica própria do ser humano que o faz de forma instintiva e natural.

Muitas vezes o problema com que o mundo se depara – caso do meio ambiente- afigura-se como um fator de aproximação entre Estados que ao terem a mesma visão sobre uma mesma matéria poderão combatê-la em conjunto. Mesmo que esses problemas não afetem todos, a interligação é tão grande que um problema que pode ser visto à escala regional pode passar a ser um problema de cariz internacional Neste contexto, podemos explicar esta convergência com a teoria dos regimes internacionais, uma vez que "os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores." (Krasner, 2012, 93). Para que isso seja uma realidade é necessário um esforço por parte dos vários atores -Organizações, Estados, indivíduos- para que as diferenças do panorama cultural internacional sejam um sucesso e se tornem numa força ao dispor daqueles que tentam aproximar as nações. Assim, deverá ter-se em conta a variedade das culturas e premiar a tolerância, o respeito e a aceitação daquilo que é diferente por natureza e conduzir para uma relação intercultural mais eficaz e vantajosa para todos, entrando na lógica da reciprocidade onde, por vezes, se sacrificam alguns interesses "quando os estados aceitam a reciprocidade eles sacrificam os interesses de curto prazo na expectativa de que os outros atores retribuam esse sacrifício no futuro, mesmo que eles não sejam obrigados a fazê-lo por uma norma específica" (*idem*, 95).

Não será de admirar que exista dificuldade em medir o peso da cultura, facto que não favorece a percepção do seu impacto, levando a questionar se, efetivamente, ela traz algum benefício aos indivíduos, porém, ela “trata-se, afinal, de atividade facilíma de ser contabilizada em termos de custos - mas impossível de ser aferida no tocante a resultados” (Ribeiro, 2011, 37). O facto de não existirem resultados à vista confere um papel de difícil definição à cultura no campo das RI, mas se analisado prudentemente, verificamos que nenhum outro instrumento é tão variado e adensado de recursos simbólicos e riquezas como as manifestações culturais e na perspetiva de alguns autores “as relações culturais podem ser conduzidas tanto pelas instituições públicas, como pela iniciativa privada e diferem de outros tipos de relação” (Mitchell, 1986, 5). Assim convém dissecar a ideia de que as relações culturais diferem da diplomacia cultural (praticada pelos Estados) por serem “mais neutras e compreensivas abrangendo os métodos da diplomacia cultural, mas o seu propósito principal é o de alcançar cooperação e entendimento entre as sociedades para seu benefício mútuo” (*ibidem*). Nessa ordem de ideias, assuntos aos quais algumas sociedades contemporâneas tomam como sendo um dado adquirido apenas existem em virtude da cultura, já que esta “promove a preservação da paz mundial através de mecanismos de compreensão mútua (Ribeiro, 2011, 51)

A política externa clássica, ou seja, aquela que é produzida num sistema de Estados, deriva de uma ação tradicionalmente exclusiva dos Estados, sendo estes ops seus principais atores e onde estes estabelecem uma ligação entre si no sentido de aumentar os seus ganhos em nome da nação. Notemos que a “ abordagem tradicional [...] vê a política externa como o produto de um cálculo racional visando maximizar os ganhos para o interesse nacional tal como formulado pelo Estado, enquanto ator principal e unitário” (Raimundo, 2012). Sob esta perspetiva estamos então a falar do epicentro das dinâmicas da política externa já que ela incide diretamente no interesse dos Estados sendo ele, concomitantemente, o seu principal ator e dinamizador, no entanto, “nos últimos 20 anos, a emergência de novos temas na agenda internacional, tais como: direitos humanos, a gestão do meio ambiente, o terrorismo, a cooperação internacional, e outros, transformaram as prioridades dos Estados [...] essas transformações contribuíram para mudanças na condução da política externa no mundo atual.” (Bijos e Arruda, 2010, 40)

De uma maneira geral, e não obstante a todas as mudanças que existiram a partir do final da Guerra Fria, quando falamos de política externa falamos forçosamente de relações entre

os principais atores no mundo das RI, ou seja, os Estados. Para alguns autores, a política externa é “ una política de Estado, pues orienta exclusivamente su acción hacia la relación con otros Estados” (Rodríguez, 2012, 237). Mesmo no âmbito da UE, a dinâmica da política externa acentua-se exclusivamente nos Estados através de vários consensos “the Common Foreign and Security Policy is based on unanimous consensus among the member states” (Mix, 2013). Por um outro lado, devemos ter em consideração que no caso da UE, a sua ação externa foi consagrada no Tratado de Maastricht (1992) através de um dos três pilares introduzidos por si. Assim, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) seria doravante o principal motor das relações externas da União. Contudo, importa ainda referir que esta medida política contribuiu para que se “respeitasse as políticas externas nacionais, e as políticas externas no seio de outras organizações internacionais (OI) e no seio da UE” (Fernandes, 2006, 48). Notemos a alusão que o autor faz às OI, (entre elas contamos com a NATO, ONU, OSCE e UEO) elas são consideradas no âmbito do projeto europeu como atores e “ a noção de actor continua a ser importante para a análise das relações internacionais e da política externa”, (*ibidem*, 49). A mudança sugere que o Estado deixa de ser ator único, porém, “a UE [...] não é um Estado [...] sendo a UE um não Estado mas um ator da política externa, é útil substituir a noção de «governo» por «governança» ” (White 1999; apud *ibidem*) ilustrando assim a complexidade existente pela qual a UE se guia. Numa definição sugere-se que “a política externa europeia fica assim colocada ao nível internacional, sendo definida por grupos de actores não apenas estaduais, diferentes consoante o problema colocado.” (Fernandes, 2006, 49).

A nível da União, podemos concordar que uma política externa só é possível porque os seus Estados membros partilham das mesmas visões, não obstante a interesses individuais, mas que não entrarão em conflito com os interesses da UE enquanto ator, falando assim a uma só voz. Dessa forma, a União conseguirá obter maior impacto e influência do que aquele que teriam se o fizessem de forma isolada. A este propósito, o ex presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso afirma num discurso que a UE ganha importância quando fala a uma só voz:

“Para ser bem sucedida, a Europa precisa de políticas centradas nos resultados, de melhores estruturas de governação e de confiança na nossa própria capacidade para resolver os problemas que temos pela frente. A nossa moeda comum, o euro, continuará a ser um instrumento fulcral para o nosso desenvolvimento e aqueles que julgam que pode ser posto em causa têm de perceber que não abandonaremos o nosso rumo. A União Europeia dispõe dos instrumentos necessários para fazer face a qualquer desafio que venha a surgir neste contexto [...] A Europa ganha importância quando falamos firmemente a uma só voz. Quando o interesse europeu está

claramente definido e é vigorosamente defendido. É o que se passa, por exemplo, na área do comércio e da política de concorrência. Temos menos sucesso quando agimos em função de estritos interesses nacionais, de forma descoordenada, ou em áreas em que colectivamente a UE não é capaz de defender e promover o seu interesse comum." (Durão Barroso, 2010)

No que diz respeito à União falar a uma só voz, ela começa a desenhar-se com mais vigor a partir do Tratado Maastricht, por via da PESC. Com efeito, será útil esclarecer que antes da PESC existiu um processo de integração que promovia os interesses dos países aderentes e que deixava vislumbrar aquilo que posteriormente seria conhecido como a PESC. Assim, o primeiro passo seria dado entre a Grã-Bretanha e a França, através do Tratado de Dunquerque (1947) e que se traduzia numa "aliança e estipulava assistência recíproca contra uma eventual nova agressão alemã, mas que também continha princípios de cooperação visando o interesse geral e o desenvolvimento económico de ambos os países" (Reiner, 2003, 3). Em 1951 o processo de integração deu um grande passo com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cuja missão seria a de "contribuir, de harmonia com a economia geral dos Estados membros e pelo estabelecimento de um mercado comum [...] para expansão económica, para o aumento do emprego e para a melhoria do nível de vida dos Estados-membros" (Conselho das Comunidades Europeias, 1984, 7), deixando prever que para efeitos de uma política externa bem sucedida teriam de se lançar primeiramente numa aliança interna. Foi no início da década de 1970 que "a necessidade de assegurar a coerência global exigia que a liberalização a nível interno acompanhasse os esforços de liberalização envidados a nível externo" (Comissão Europeia, 2014b), dando assim surgimento à Política Comercial Comum (PCC), uma medida que estaria em condições de fazer frente às transições que o Sistema Internacional (SI) sofria, "a expansão do comércio internacional fez com que a política comercial comum se tornasse uma das políticas mais importantes da Comunidade." (*ibidem*) Em 1987, no âmbito do Ato Único Europeu (AUE) instituiu-se a Cooperação Política Europeia (CPE) que em termos de política externa, apesar de ainda estar numa fase embrionária, deu um grande passo qualitativo nessa matéria, "a CPE implicava essencialmente a realização de consultas entre os Estados-membros sobre questões de política externa." (Comissão Europeia, 2014c).

Contudo, é a PESC que confere um novo posicionamento onde, como sugere Durão Barroso, instiga a União a voltar-se para o mundo de forma mais consistente, com mais poder e influência, permitindo-lhe agir enquanto efetivo ator global e "this external presence is manifested in four broad ways: trade policy, development cooperation, foreign policy and inter-

regional dialogue” (Rosamond, 2000, 175). Importa referir também que a este propósito e a partir desta mesma altura, assuntos relacionados com paz e segurança ou diplomacia e parceria são consagrados institucionalmente no sentido de reforçar a segurança internacional. Recorre-se ao entendimento internacional por meios diplomáticos e por iniciativas de comércio e ajuda, onde nesse sentido a UE é importante, uma vez que ela é “o principal doador para os programas de desenvolvimento e de ajuda, o que lhe confere uma posição única no quadro da cooperação com os países em desenvolvimento” (Comissão Europeia, 2013).

Existem contudo visões opostas no que respeita a direitos humanos e à ajuda humanitária, “em relação a algumas áreas geográficas [...] a UE não tem assumido um papel, ou tomado iniciativa para algumas violações dos direitos humanos [...] não há uma verdadeira política externa, ou seja, ainda há situações e momentos em que a política externa da UE não existe, ou não é aplicada, o que na prática é a mesma coisa” (Hermenegildo, 2007). Com efeito, no ponto 5 do artigo 3.º do Tratado da União fica claro que “nas suas relações com o resto do mundo a União afirma e promove os seus valores e interesses e contribui para a protecção dos seus cidadãos” (1992). Esta ação externa visa, portanto, a intervenção em vários domínios, ultrapassando a cooperação em matérias de segurança e defesa, uma vez que também promove os seus valores junto dos países terceiros. Assim, esta estratégia remete-nos também para a compreensão do papel da cultura enquanto mecanismo essencial para as suas relações externas. O Parlamento Europeu sublinha que “a Agenda Europeia para a Cultura [...] reconhece que a cultura constitui um fator indispensável para a concretização dos objetivos estratégicos da UE [...] garantindo, ao mesmo tempo, uma presença mais forte a nível internacional.” (2013b)

Compreende-se que a forma da UE atuar a nível de política externa não se centra no paradigma realista e estatocentrico tão característico dos Estados, ele ultrapassa-o no sentido de estreitar laços, criando parcerias com importantes atores à escala global onde apesar de existirem visões díspares e onde os interesses divergem, a UE tem conseguido estabelecer a cooperação já que os seus membros concentram-se em interesses mútuos, respeitando reciprocamente os seus direitos mas também os deveres que se devem fazer cumprir. É certo que se pode enveredar por uma visão diferente a esse respeito e argumentar que a UE jamais poderia ser uma potência com tendências identificadas na teoria realista das RI porque ela não possui uma capacidade militar sólida que a ajude a alcançar esse estatuto. Assim, “a UE é, hoje, uma potência mundial na esfera económica. Mas não tem uma voz política. E quando a tenta, não tem força militar” (Teixeira, 2003). Quanto a essa observação deverá ser tido em conta que

nunca foi o seu objetivo porque também nunca houve um grande investimento nessa área, dando primazia a outras áreas que se relacionam mais com o *soft power*, um conceito que consiste no “power of attractive ideas or the ability to set the political agenda and determine the framework of debate in way that shapes other preferences. The ability to affect what other countries want tends to be associated with intangible power resources such as culture, ideology, and institutions” (Nye, 1990, 166), e nesse sentido, se não temos uma União que se mostra uma potência com características realistas verificamos que ela é uma potência internacional a outros níveis.

Com a investida da PESC, a UE empreende uma forma mais coerente e estratégica de se relacionar com o mundo, ou seja, através de uma ação coordenada, com avanços e, muito especialmente, uma forte transformação no que diz respeito à cooperação política, já que “os Estados-Membros cooperam sistematicamente entre si [...] para o efeito, não levarão a cabo acções contrárias ao interesse da UE. Uma acção coordenada permite assim à UE defender posições comuns” (Coelho, 2007).

Mostra-se importante, neste contexto, clarificar que a PESC não vem retirar poder aos seus Estados membros ou diluir aquilo que se compreende como identidade nacional mas, por outra perspetiva, mostra-se como um exercício diferenciado do poder entre os seus membros, no âmbito de uma cooperação de carácter intergovernamental. Ainda assim é de salientar que apesar desse jogo de poderes, é esperado que os Estados membros tenham uma conduta de solidariedade e lealdade recíproca de forma a salvaguardar os valores partilhados e os interesses transversais a todos, visto que “we condemn all forms of violence and stand in solidarity with our [...] friends [...] no matter their size, economic weight, history or culture, our Union is a Union of Member States, joined together by common values and shared interests. It is a Union which shows equal respect for the rights and hears the voice of each and every Member State” (Barroso, 2013).

Desta forma os interesses da União deveriam ficar salvaguardados e não deveriam ser empreendidas ações contrárias aos seus interesses, consoante podemos ler no Tratado de Maastricht:

“Os Estados-membros informar-se-ão mutuamente e concertar-se-ão no âmbito do Conselho sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, de modo a garantir que a sua influência conjugada se exerça da forma mais eficaz, através da convergência das acções [...] Sempre que o considere

necessário, o Conselho definirá uma posição comum. Os Estados-membros zelarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições comuns [...] Os Estados-membros coordenarão a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão as posições comum” (Conselho da Europa, 1992)

Na mesma senda Tratado de Lisboa (2007) vem contribuir para reforçar o papel da UE no palco das Relações internacionais. Após Lisboa, nota-se essencialmente que se deixa de atuar mediante os instrumentos anteriores, evoluindo da seguinte forma:

“A PESC constituía anteriormente o 2.º pilar na antiga estrutura da UE. Regia-se pela cooperação intergovernamental [...] O Tratado de Lisboa reforma a antiga estrutura da UE ao suprimir a distinção entre os três pilares [...] Os antigos instrumentos, tais como as estratégias comuns, as posições comuns e as acções comuns, são substituídos. De agora em diante, o Conselho Europeu e o Conselho da UE adoptam unicamente decisões relativas: aos interesses e aos objectivos estratégicos da União; às acções a levar a cabo pela União; às posições a tomar da União; às modalidades de aplicação das acções e das posições da União.” (Comissão Europeia, 2010).

Na sequência do Tratado de Maastricht a UE continuava a sua caminhada rumo a um futuro de mais integração. Esse era um futuro que estava traçado em virtude do empenho dos seus fundadores que almejavam uma união de países completamente integrados a nível político, económico e comercial agindo de forma convergente e unida para fazer face aos problemas com que o mundo se deparava, bem como contribuir para a afirmação da sua identidade na cena internacional. Porém, para que a UE se expandisse a outros países foram estabelecidas normas de adesão ou, como também ficaria conhecido, critérios de Copenhaga (1993). Esses critérios estavam consagrados no Tratado de Maastricht e seria reforçado no âmbito do Conselho Europeu de Madrid (1995) e deveriam "respeitar as condições impostas pelo artigo 49.º e os princípios do n.º 1 do artigo 6.º do Tratado.” (Comissão Europeia, 2014d), portanto, se ambição havia para mais integração, também ficava claro que era necessário corresponder a uma serie de critérios que seriam colocados à prova na estratégia de pré adesão. Basicamente seriam três critérios, divididos da seguinte forma “O critério político: existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos do Homem, o respeito pelas minorias e a sua protecção. O critério económico: existência de uma economia de mercado que funcione efectivamente e capacidade de fazer face às forças de mercado e à concorrência da União. O critério do acervo comunitário: capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.” (*Ibidem*)

Em Outubro de 1997 assina-se o Tratado de Amesterdão, que vem trazer alterações significativas ao Tratado de Maastricht e aos tratados que instituem as Comunidades Europeias. As maiores alterações foram feitas no domínio da "Liberdade, segurança e justiça" onde se destaca a Introdução de novas garantias na protecção dos direitos fundamentais na União, especialmente a igualdade de género. Outras alterações seriam efetuadas "A União e o cidadão", onde se desenvolve o conceito de cidadania europeia e dá-se ênfase ao desenvolvimento sustentável. No âmbito da política externa existem alterações, uma vez que se criou o cargo de Alto Representante para a PESC e com a pretensão de alargar a política comercial comum. As "Questões institucionais" são outra matéria à qual se procedem alterações, nomeadamente a ponderação dos votos no Conselho da União e a extensão da votação por maioria qualificada e a consolidação do princípio da subsidiariedade e as cooperações reforçadas. (Coelho, 2007). Também o Tratado de Nice (2000) mostra-se como um importante passo para a melhoria do funcionamento da União a nível de política externa, já que ele "introduziu novas modificações para modelar o processo decisório, tendo mandatado o Comité Político e de Segurança (CPS) que fora instituído através de uma decisão do Conselho" (Parlamento Europeu, 2014).

Com o Tratado de Lisboa a União passa a ter uma personalidade jurídica única, aumentado o seu poder de influência a nível mundial, tem uma maior visibilidade perante outros atores e o poder de negociação sai revigorado, uma vez que alterações institucionais relevantes são feitas e para garantir a clareza e coerência da ação externa "o Tratado criou uma série de novos atores da PESC, incluindo o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros a Política de Segurança [...] e um novo Presidente permanente do Conselho Europeu" (Parlamento Europeu, 2014, 1). Não devemos, no entanto, descurar o facto de que o Tratado de Maastricht, teria por objetivo colocar em prática os seus valores e afirmar-se através deles na cena internacional, assim, "preservar a paz, reforçar a segurança internacional, promover a cooperação internacional e desenvolver e consolidar a democracia, o Estado de direito, o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais" (*idem*, 2013), seria a estratégia adotada para atuar em várias frentes e, na qual, a PESC seria uma espécie de embaixador dos assuntos externos.

A posição da UE enquanto ator global é, de facto, um caso *sui generis*, e ainda que o seja apenas em algumas áreas e mesmo que tal presença no âmbito internacional tenha um enquadramento diferente das outras grandes potências, a UE não deixa de tomar parte das

grandes decisões do mundo, quer pelas suas cooperações multilaterais, quer como bloco económico mundialmente forte e competitivo:

“A União Europeia (UE) tem-se tornado um ator global relevante, mas apenas em algumas áreas. É uma superpotência económica, com sua própria moeda (o Euro) e desempenha um papel fundamental nas negociações sobre comércio internacional. A UE também possui considerável relevância em áreas como políticas de desenvolvimento e proteção do meio ambiente, é a maior provedora de assistência para o desenvolvimento e quem faz a maior contribuição para o orçamento das Nações Unidas (ONU). Além disso, tem cada vez mais enviado missões de peacekeeping para regiões distantes do mundo, mas isso não guarda nenhuma semelhança, por exemplo, com a forma de projeção de poder dos Estados Unidos (EUA)” (Fraser, 2013, 29).

Numa outra direção, e tendo em consideração uma análise crítica sobre a UE enquanto ator internacional, verificamos que a União, contudo, não se mostra detentora de uma atuação externa convencional, é assaz claro na sua opinião sobre o papel global que a UE representa, afirmando que “a União Europeia, tem uma presença internacional e [...] é hoje um actor internacional [...] assume, hoje novos papéis internacionais.” (Teixeira, 1998, 134-135). A UE dispõe de mecanismos para se aproximar de povos e nações respeitando as suas origens, religiões e costumes, contudo, será correto afirmar que esses mecanismos também servem os seus próprios interesses. Nesse sentido, uma das suas estratégias concentra-se nas questões culturais “a cultura está no cerne do projecto europeu [...] no mundo globalizado de hoje, a cultura pode prestar uma contribuição única para o desenvolvimento de uma estratégia europeia de crescimento inteligente” (Comissão Europeia, 2010a). Assim, entende-se que a cultura continua a ser um fator de integração no seio da União e, se ela está no cerne do projeto europeu, não foi descurada ao longo dos anos e continua a fazer parte da sua política, ora interna, ora externa. No caso da primeira mostra-se importante porque contribui para ultrapassar algumas barreiras, como o caso da integração de cidadãos europeus dentro do próprio espaço comum que, não raras vezes têm dificuldade na inserção social no país para o qual emigram. Assim, “a integração deve começar onde as pessoas se encontram diariamente [...] as medidas para reforçar a participação democrática [...] a atribuição do direito de voto [...] a criação de órgãos consultivos locais, regionais e nacionais [...] o incentivo ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação” (Comissão Europeia, 2011a) estão diretamente relacionadas com as dinâmicas da cultura.

Retomando a questão da UE atuar como um ator global, argumentamos ainda que “un actor es global si tiene capacidad para actuar en todas las áreas geográficas del globo y en la totalidad de los ámbitos posibles” (Closa, 2010). Nesta ordem de pensamentos a UE tem uma agenda de escala e de ambição global e á sua posição internacional nos tradicionais assuntos de economia, comércio e segurança militar soma-se também assuntos de outra ordem, como no caso do meio ambiente, a pobreza ou o crime organizado. De resto, há assuntos em que a UE se mostra como verdadeiro líder, considerando que "ao impor-se como uma divisa internacional importante, o euro criou novas oportunidades [...] promoção dos fluxos transnacionais do comércio e do investimento [...] a maior proximidade geográfica significa [...] luta contra as ameaças transfronteiras [...] desde o terrorismo até à poluição atmosférica [...] criar uma zona alargada de estabilidade política [...] para se incentivar o intercâmbio mútuo de capital humano, ideias, conhecimento e cultura” (Comissão Europeia, 2003). Compreendemos assim que a dimensão da UE enquanto ator global se desvia de uma visão puramente realista, baseada na busca e maximização de poder mas que explora novos modelos de cooperação com outros atores, premiando atuações de cariz mais pacífico e inclusivo.

No sentido de reforçar o seu papel na cena internacional e tendo como ponto de partida o alargamento de novos países, a União formula e desenvolve novas políticas de relação com atores que, não tendo necessariamente a componente da adesão, promovem em conjunto a estabilidade. Assim, no âmbito do conceito “Wider Europe”, a Política Europeia de Vizinhança (PEV) mostra-se como um exemplo a ser explorado já que ela foi “designed to prevent the emergence of new dividing lines between the enlarged EU and its neighbours” (Del Sarto & Schumache, 2005, 20) e esta conduta torna-a num projeto regional e até mundial na contemplação da paz, estabilidade, prosperidade, solidariedade e afirmação de valores indo de encontro aos desígnios da política externa se tivermos em conta que “the Neighbourhood Policy is very much in line with the principles of EU external policies, as it aims at increased stability, security, and stability through cooperation in various policy fields.” (*ibidem*). Nesse sentido, o alargamento promoveu fronteiras terrestres ou marítimas, “entre a UE e Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldávia, Marrocos, os Territórios Palestínianos Ocupados, Síria, Tunísia e Ucrânia” (EEAS, 2014). Porém, outros atores não percecionam esta política de forma positiva e isso verifica-se essencialmente a leste europeu com a, agora, vizinha Rússia, já que “o Kremlin perceciona a Política de Vizinha como uma iniciativa unilateral da UE, e como um desafio aos seus interesses” (Fernandes, 2014, 10).

Nessa medida, esta região torna-se, por vezes, palco de tensões como foi o caso da Rússia e Geórgia, resultando num efeito contrário ao pretendido, uma vez que as “tensões com Tbilisi levou ao deflagrar da guerra” (*Ibidem*). Verifica-se, assim, a necessidade de reforçar a PEV a leste, criando para o efeito a Parceria Oriental, cujo impulso foi feito através da “Cimeira da Parceria Oriental de Praga, em maio de 2009.” (Conselho Europeu, 2013). Esta Parceria Oriental “faz parte da PEV existente, iniciado em 2003 por Bruxelas [...] de forma semelhante à PEV, a Parceria Oriental visa promover a estabilidade nas fronteiras orientais externas da UE, sem oferecer garantias de adesão.” (Fernandes, *Ibidem*)

Ao espírito europeu associa-se ainda a cartilha do poder normativo porque este é “um mundo de Paz, Direito (s) e tolerância que a UE pretende edificar” (Xavier, 2013, 52), concordantemente, na conceção de Manners, a base do poder normativo europeu está justamente nos princípios básicos pelos quais ele se rege, assim:

“the broad normative basis of the European Union has been developed over the past fifty years[...]it is possible to identify five “core” norms within this vast body of Union laws and policies which comprise the *acquis communautaire* and *acquis politique*. The first of these is the centrality of peace[...] The second is the idea of liberty. The third, fourth and fifth norms are democracy, the rule of law, and respect for human rights and fundamental freedoms.” (2000, 32).

Assim, notamos que o poder normativo também se distancia do poder militar, porém, “the EU continues to reason that normative power and military capabilities go together very well. military efforts will supports Europe’s normative power, while normative power may positively impact upon the efficacy of Europe’s normative power”

(*idem*, 5). Apesar da visão de Gerrits sobre uma aliança entre o poder normativo e as capacidades militares, há quem defenda que “the idea is that the EU is committed to exporting norms and thereby changing what is regarded as “normal” in international affairs, again without relying on material incentives or physical force” (Toje, 2009, 43), alinhando-se assim à visão de índole mais normativa de Manners. De resto, esta visão é comungada por um número substancial de académicos. Na obra “Normative power Europe in a changing world: a discussion”, afirma-se que:

“all of the authors mentioned above interpret the EU as a relevant actor in global politics, whose power and influence are not so much based on military might and other coercive means [...] the attractiveness of its example, reflecting such diverse practices, norms and values as shared sovereignty, welfare-state arrangements,

multilateralism, democracy, human rights and environmental policies.“ (Gerrits, 2008, 2)

No entanto, a atração de que a UE é alvo só poderá existir se a capacidade de integração for aceite e, se as responsabilidades forem assumidas por aqueles que almejam dela fazer parte, notemos que “to understand the normative dimension of the EU enlargement policy, one needs to keep in mind the voluntary nature of the process, attributing normative qualities also to the policy means employed by the Union” (Tozzi, 2008, 3), nesse sentido, para compreender a dimensão normativa da UE, devemos também estar cientes de que ela se baseia numa vontade política. Esse aspeto foi fixado de forma rigorosa, particularmente, aquando da adesão de alguns países do leste europeu em 2004, onde não hesitou em deixar claro os valores políticos e as normas económicas que estes candidatos deveriam assumir, nomeadamente, através do cumprimento dos já mencionados Critérios de Copenhaga, reportando-se ao “critério político, económico e acervo comunitário”, mostrando-se como requisitos essenciais no processo de integração “were specially its references to political values and economic norms.” (*Ibidem*), indo de encontro ao espírito do Tratado de Maastricht, e em particular à sua estratégia de política externa “assumindo a tríade Democracia - Direitos Humanos - Boa Governação como uma preocupação muito notória com as necessidades dos indivíduos e comunidades [...] vindo então a trilhar um caminho de normatividade [...] alargado às dimensões do ator de política externa” (Xavier, 2013, 51), dessa forma, Estados que se governavam através de políticas e medidas ditatoriais passaram a ser governados sob a égide da democracia. Aos olhos da União, também o papel da cultura é considerado como “um instrumento que fomenta o desenvolvimento, a inclusão, a democracia, os direitos humanos, o comércio, a inovação, a educação, a prevenção de conflitos e a reconciliação, o entendimento mútuo, a criatividade e o espírito empresarial” (Parlamento Europeu, 2014, 3), facto existente em virtude de esta ser uma comunidade que se pauta pela relação destes elementos com as políticas mais tradicionais, sublinhando ainda “a ligação existente entre direitos culturais e direitos humanos [...] a União deve continuar a envidar esforços para ser uma «potência da diplomacia» e uma «potência civil», baseada em normas e valores que inspiram o mundo de amanhã”(Parlamento Europeu, *idem*, 6).

Uma das formas existentes para poder interpretar a dimensão cultural com projeção para o exterior com a chancela da UE é o facto de ela empreender traços culturais com outros

assuntos que não estão intimamente ligados à cultura. Nesse sentido, constatamos que existem dinâmicas de âmbito cultural em matérias como a educação ou a investigação, permitindo assim o alargamento da cultura a outras áreas do conhecimento, argumentando que “muitas políticas europeias têm uma componente cultural: a educação [...] a investigação científica, o apoio às tecnologias da informação e da comunicação, a política social e o desenvolvimento regional” (Comissão Europeia, 2013a). Não obstante, outras aceções se fazem em torno desta matéria, considerando-a como um meio de resposta aos novos desafios que o mundo contemporâneo enfrenta, assim, “colocar a diversidade cultural, a pobreza e as mudanças climáticas no topo da agenda, como temas atuais sérios e predominantes, seria a condição para o tal contrato de sociedade novo e contemporâneo” (Hardy e Brockerhoff, 2013), porém, tal contrato levaria a uma mudança na nossa sociedade, mudança essa, que chegaria através de compromissos assumidos entre atores que fazem o cruzamento da cultura com outras políticas, sublinhando-se que “culture is a driver for positive change in our societies. But its potential as a motor for change will be reached only if we are capable of fully integrating the cultural dimension into other policies for social prosperity, cohesion and well-being” (Truszczyński, 2010, 7). Assim, a conduta normativa da UE orienta os cidadãos para seguir nesse sentido de “integração cultural completa”, notando que o “diálogo intercultural [...] fomenta a reciprocidade e a confiança – a base para relações internacionais bem sucedidas” (Davies, 2013, 203). Assim o cruzamento do setor cultural com outras políticas pode ser determinante e efetivamente favorável quer a nível económico quer a nível diplomático, contudo, ele pode ser ainda mais útil se confrontados com os dramas contemporâneos que assolam o planeta e, em especial, o Ocidente. Tendo em consideração o advento do ataque terrorista às Torres Gémeas e ao Pentágono constatamos que a cultura também ganha importância nos assuntos relacionados com a segurança, verificando para o efeito que “surtout depuis le 11 septembre 2001, que l’enjeu culturel au sens large – politiques culturelles, promotion de la diversité culturelle, dialogue des cultures – s’est imposé au premier plan des préoccupations politiques” (Matsuura, 2006, 1046)

Apesar de manifestamente normativa, podemos ver ao mesmo tempo uma UE com capacidade para atuar de forma distinta em situações distintas, se tivermos em conta que “EU, foreign policy has at times been normative, while at other times as been realist, imperialistic and status quo oriented.” (Tocci, 2008, 2). Vejamos que no caso do alargamento “estes três importantes desafios - económico, interno e externo - acompanham o desenvolvimento da UE

[...] o alargamento pode funcionar como catalisador para a solução de alguns dos actuais problemas da Europa." (Kok, 2003, 10). Em alguns casos, o poder normativo foi preterido em relação a outros interesses, algo que pode ser notado na relação com a Rússia:

"EU declarations on Russia are rife with normative intent, but revealed preferences suggest these have been trumped by other goals, notably related to energy security and the penetration of Russian markets goals [...] The goals stated by the EU advocate an international order based on 'effective multilateralism' and international law [...] since the beginning of President Putin's second mandate in 2004, the EU has mainly acted in pursuit of its energy interests and pushed for Russia's WTO accession in order to make Russia a more economically attractive, credible and trustworthy partner. Normative goals have thus remained dead letter, while concrete actions have focused on the pursuit of narrow possession objectives." (Fernandes, 2008, 9)

Assim, parece existir uma ação pouco coerente na atuação externa da UE que forjou a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC) para que esta fosse economicamente mais atrativa e de confiança. Por existir essas oscilações na natureza normativa da UE, alguns autores manifestam-se dizendo que "EU is a normative international player simply by virtue of its "different" non-state nature[...]in different geographical regions and at different points in time, the Union's foreign policies have taken on dramatically different forms" (Tocci, 2008, 1).

Numa outra aceção entende-se que "the ideological power is the power of ideas" e elas são "powerful because the power sender's ideas penetrate and shape the will of the power recipient through the media of culture." (Galtung; apud Manners, 2002, 239). Entende-se assim que o poder da UE reside na força das ideias que, em oposição à coersão, irá enraizar-se na mentalidade de cada europeu, sendo que tal desígnio resulta de dinâmicas relacionadas com a cultura.

1.2. Teoria construtivista

No sentido de integrar a Cultura na teoria das RI podemos dizer que, não obstante ao trabalho elaborado pelos positivistas e pós-positivistas, que forneceram contributos para explorar a dinâmica cultural á luz das RI, eles apresentavam-se como imperfeitos porque, basicamente, o diálogo entre as abordagens empíricas e científicas destas duas correntes não convergiam. Na

conceção de Battistella “relations internationales semble annoncer une division irréductible [...] vu le véritable dialogue de sourds qui prévaut entre approches positivistes et post-positivistes [...] cette ignorance mutuelle s’explique non seulement par la conception post positiviste/réflexiviste de la démarche scientifique, incompatible avec la conception positiviste/rationaliste, mais aussi par l’absence de recherches empirique de la part des post-positiviste” (Battistella, 2003, 267). Assim, para melhor compreender a cultura dentro da disciplina das RI, a teoria construtivista chega-nos como sendo aquela que mais primazia dá a este conceito já que, alegadamente, enfatiza o papel da difusão das ideias e das normas no ordenamento global. Segundo alguns autores, “para os construtivistas, a definição de um sistema conflitual ou pacífico não depende da anarquia e do poder, mas sim da cultura partilhada criada através de práticas sociais discursivas” (Vinha, 2009, 7). Aliada a estas práticas está também subjacente a aceção de que “most constructivists working within contemporary International Relations agree that the structures of world politics are social rather than material” (Rosamond, 2000, 172, apud Chekel, 1998). Dada a natureza de enfoque social por parte dos construtivistas, entende-se que tal teoria poderá ajudar na construção de um mundo mais pacífico aquando do paradoxo estabilidade/conflito que pode ser o resultado do debate antagónico entre material versus social. Assim, “to analyze the social construction of international politics is to analyze how processes of interaction produce and reproduce the social structures cooperative or conflictual. It is opposed to two rivals: the materialist view [...] that material forces per se determine international life, and the rational choice theoretic view that interaction does not change identities and interests.” (Wendt, 1995, 81). Nesse sentido, o contributo construtivista distancia-se do ponto de vista material por não concordar que seja ele o alavanque da política internacional, optando antes por defender que a interação é mais plausível já que ela molda as identidades e define os interesses, uma vez que “construtivismo é a perspetiva segundo a qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana, já que depende de interpretações normativas” (Adler, 1999, 205). Nessa ordem de ideias entende-se que os atores do SI trabalham em conjunto para crescer em conjunto, na medida em que “mostra que mesmo as nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos [...] e que esses entendimentos foram subsequentemente difundidos e consolidados até que fossem tido como inevitáveis” (*Idem*, 206).

Ao falarmos das instituições que fazem parte do âmbito da UE, compreendemos que elas se uniram para que o projeto europeu avançasse, “governments seek closer cooperation

through the construction of political institutions” (Rosamond, 2003, 13), sendo elaboradas e integradas ao abrigo de uma ação coordenada, prevendo acordos coletivos assentes num espírito de herança cultural, religiosa, humanista e política, e nesse sentido “os entendimentos coletivos dão as pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder” (Adler, *idem*).

Tendo em conta a posição de alguns autores construtivistas quando defendem que “o mundo é constantemente construído e reconstruído na interação entre os atores, a partir das relações estabelecidas por diferentes canais de comunicação” (Guarnieri, 2010, 255), podemos especular que a introdução de políticas culturais – enquanto canal de comunicação para que exista interação – é fator determinante para colocar a UE numa posição estratégica de forma a alcançar os seus objetivos na arena internacional, já que ela promove a "cultura como elemento vital das relações internacionais” (Parlamento Europeu, 2014), reforçando ainda que a “UE está empenhada no desenvolvimento de um papel renovado e mais ativo para a Europa no contexto das relações internacionais e na integração da dimensão cultural como elemento essencial das relações" (Parlamento Europeu, 2014).

Verificamos assim que os aspetos culturais encontram-se consagrados na política da União enquanto vertentes das RI e, ao mesmo tempo, com a teoria construtivista que tem na sua génese a máxima de que o mundo é uma “construção social” (Nogueira & Messari, 2005, 166). No entanto, apesar de não se alienarem completamente dos elementos materiais – mais condizentes com o modelo realista - o paradigma construtivista “ênfatisa o papel de estruturas cognitivas como ideais, princípios, normas” (Guarnieri, *ibidem*). Num mesmo sentido, defende-se ainda que o “desenvolvimento cognitivo depende muito mais das interações com as pessoas do mundo da criança e das ferramentas que a cultura proporciona para promover o pensamento. O conhecimento, as ideias, as atitudes e os valores das crianças desenvolvem-se pela interação com os outros (Woolfolk 2000, 52). Assim, segundo os autores referidos, não há a mínima dúvida de que cultura e construtivismo caminham lado a lado, apesar de “o construtivismo, em oposição ao realismo ou liberalismo, não é uma teoria da política *per se* [...] é, na realidade, uma teoria social na qual as teorias construtivistas da política internacional – como por exemplo, sobre a guerra, cooperação e a comunidade internacional – se baseiam” (Adler, *ibidem*). Consideramos que o construtivismo é uma teoria social, não deixa de ser uma hipótese válida para o estudo das RI porque, acima de tudo, é um estudo diretamente ligado a elas, argumentando-se que “le constructivisme e-st d’abord «une façon d’étudier les relations sociales,

n'importe quelles relations», á partir de l'hypothèse des «êtres humains comme êtres sociaux» (Battistella, 2003, 270 apud Onuf, 2003). Nesse mesmo sentido o ser humano aprende e compreende o mundo não de forma isolada, mas sim através de um domínio da forma de atuar e agir que lhe é concedido pela cultura em que se insere, evidenciando a “importância do elemento cultural no combate à alienação social” (Zanolla, 2012). Desta forma, compreendemos que “não há cultura, há culturas [...] as culturas [...] são “seres vivos no mais alto grau” que nascem, crescem, envelhecem e desaparecem na civilização” (Antunes, 1999, 50-51).

Não obstante a uma caracterização mais detalhada e aprofundada oportunamente, mostra-se útil fazer desde logo a distinção entre as variáveis da cultura, que à luz da semiótica pode ser perspectivada de duas formas distintas “a) subjectiva-activa e b) objectiva passiva” (*Idem*, 40). Nessa medida, aquela que se relaciona com a primeira variante diz-nos que “cultura significa a formação do homem [...] educação das suas faculdades: corporais, intelectuais, morais ou religiosas” (*ibidem*), no caso da segunda existem ainda mais dois sentidos, sendo que o primeiro refere-se aos meios disponíveis pelo ser humano para as suas realizações, remetendo-nos para as tradições, ou seja, um “conjunto de meios para actualizar ou realizar as potencialidades humanas, sendo o principal as grandes realizações espirituais do passado (tradição)” (*ibidem*), e o segundo é aquele que apenas existe na espécie humana enquanto sociedade, portanto, “um conjunto de atributos e de productos das sociedades humanas e, por conseguinte, do género humano” (Antunes, 1999, 41; apud Kröber-Kluchohn). Assim, numa mesma lógica e com o propósito de reforçar a ideia que cultura e sociedade seguem um mesmo caminho, outras visões sobre o conceito devem ser exploradas onde, desta feita, se avançará com a interpretação “fenomenologista-sociologista”, referindo-se à cultura como um produto de “factos sociais” (Antunes, *idem*, 54; apud Durkheim), uma vez que “são factos sociais os estados da consciência colectiva” (*ibidem*), indo de encontro ao descrito até agora se interpretarmos que esses estados “se manifestam nas coações, nas pressões, nos ritos, nos procedimentos, nas tradições, nas organizações, nos símbolos exteriormente observáveis; estados que se materializam pela transfiguração da base geográfica e demográfica, ao mesmo tempo que estes elementos são penetrados das ideias, dos valores e dos ideais a que a consciência colectiva tende” (*ibidem*).

Considerando que o aspeto sociológico confere enorme carácter à noção de cultura e, não obstante à ligação do fenómeno sociológico, ousamos avançar para um outro conceito, já antes referido, e que vai usar-se, em parte, do recurso cultural. Introduzimos assim o conceito de

soft power (ou poder suave) que se manifesta como uma “alternativa à política do poder mais básica, muitas vezes tem sido abraçado por eruditos e governantes de orientação ética” (Nye, 2012, 103). E é, de facto, no Ocidente que podemos encontrar essa orientação ética (UE) e o surgimento do *soft power* (EUA), que se aplica “quando um Estado quer o mesmo que o outro e não quando um Estado obriga o outro a fazer o que ele quer”⁹. (Nye, 2006:166). Muito se tem especulado sobre o poder do Ocidente, alguns autores referem mesmo que ele está em “declínio”, porém, “o Ocidente permanecerá a mais poderosa civilização [...] além disso, continuará a ter a liderança forte, provavelmente, na inteligência, na capacidade científica de investigação e de desenvolvimento e na inovação tecnológica, civil e militar” (Huntington, 1999, 105). Focando-nos exclusivamente no caso da União, assume-se que a sua posição foi atuar ao abrigo do *soft power*, e isso não advém do facto de não ter capacidades militares mas sim porque, efetivamente, estamos a assistir a uma mudança do conceito de poder. Vejamos que “it has been argued that the Europeans prefer diplomacy because it is all they have. But the reality is more complex: the EU has made a conscious decision to pursue non-military options, and the nature of the international system today is more suited to a new model of superpower, one that prefers to avoid military solutions to problems, that prefers to achieve its objectives through influence rather than coercion” (McCormick, 2014, 6). Compreendemos que existe uma alteração no SI “forces of globalization, interdependence and technology have altered international political and economic relationships. (*Ibidem*, 4), portanto, aquilo que a União faz é ajustar-se a uma espécie de nova ordem, já que “we now live in a post-modern, post-national era in which military power has lost much of its credibility and effectiveness (*Idem, ibidem*), contudo, é errado pensar que o *soft power* é “sinónimo de tudo o que não é militar” (Nye, 2012, 103), porque acima de tudo ele é “uma forma de poder, um modo de alcançar resultados desejáveis” (*Idem*, 104) e nesse sentido, “à semelhança de qualquer forma de poder, pode ser usado com bons e maus objetivos” (*Idem*, 103). Como já tinha sido referido, o *soft power* de um país usa-se de recursos, destacando-se três, sendo que um deles já acima foi mencionado: “sua cultura”. Os outros são os “valores políticos” e “políticas externas” (*Idem*, 106). Tendo em consideração o objeto deste estudo, iremos aprofundar o recurso “cultura” reservando os outros para uma possível investigação futura. Assim, uma das particularidades da cultura é que “nunca é estática e culturas diferentes interagem de diversas formas”, ora significa isto que apesar de diferenças

⁹ Traduzido nosso.

comportamentais e dos atributos inerentes a cada sociedade, as culturas acabam por interagir de alguma forma. Tomemos como exemplo duas culturas que normalmente são consideradas como uma “divisão cultural inultrapassável”. Por um lado o Ocidente, pelo outro, o Estado Islâmico, vejamos que “a música e os vídeos Ocidentais podem ser anátema para os ulemás no poder, mas são atraentes para grande parte da geração mais jovem” (*Idem*, 107).

É essa capacidade de fazer com que alguém se sinta atraído por algo, fazendo com que queira o mesmo que o outro sem coerção e, nesse sentido, o papel da cultura pode ser fundamental “a country has more soft power if its culture, values and institutions incite admiration and respect in other parts of the world” (Bohorquez, 2005). No respeitante à UE prevalece a ideia de que já não se guia pela busca de poder, pela conquista de novos territórios ou pelo ataque militar, optando antes por colocar em prática as “ferramentas do poder suave, entre elas a diplomacia, o apoio económico e as comunicações” (Nye, *idem*, 9), como novo ideal de poder, mostrando que se torna obsoleta a ideia de que “o poder está para a política como o dinheiro está para a economia” (Nye, *idem*, 21). Assim, entendemos que a “UE é exportadora de valores e um exemplo a seguir pelas nações inimigas entre si, pois a convergência e a unidade na sua diversidade são disso prova já que partilham ideias, normas e valores, vendo-se como parceiros e não como rivais” (Davies, *idem*, 205). Assim, a tríade “cultura, valores e diplomacia” são traços que fazem parte da dinâmica da UE e, especialmente através da sua cultura, ela desmarca-se na arena internacional vis-a-vis à natureza de outros atores. Observemos que “cultura e valores são instrumentos vitais para o exercício do soft power, uma vez que determinam em larga medida a posição e influência do Estado na comunidade internacional” (Flambó e Ramos, 2011, 63) nessa medida não parece restarem dúvidas em relação ao tipo de poder aplicado pela potência europeia, ou como alguns autores versam, ela é “uma “superpotência pós moderna” porque não se apoia em bombas ou em armas na sua actuação no sistema internacional [...] pelo contrário, enfatiza a promoção da paz e da democracia por meio de oportunidades económicas, comércio, operações de manutenção de paz e ajuda ao desenvolvimento...” (McCormick, 2007). Sem outro modelo de comparação, o papel da UE é pioneiro ao excluir o recurso militar, agindo com maior diplomacia, seja por via do diálogo ou por via das emoções, determinando que “as forças navais podem ser usadas para vencer batalhas (hard) ou para conquistar o coração e a mente (soft) ” (Nye, *idem*, 40). Na realidade global, o *soft power* pode ter um papel decisivo para que se formulem considerações favoráveis ou desfavoráveis sobre um Estado ou ator, já que ele “depende da sua credibilidade e

quando os governos são vistos como manipuladores e a informação é associada à propaganda, a credibilidade fica destruída” (*Ibidem*, 105). Constata-se assim que quanta mais legitimidade o ator tiver e maior credibilidade conseguir terá também mais atração para os outros, evitando os conflitos. Observemos que “na era da informação global é muito importante ganhar as mentes e os corações. Assim, surge a possibilidade de utilizar uma nova estratégia, definida como soft power [...] Pretende-se actuar de forma a atrair os outros, para produzir um determinado comportamento, para seguirem ou concordarem com determinadas normas” (Flambó e Ramos, *idem*, 51). Esta aplicação de poder, se utilizada com bons objetivos, será uma ferramenta assaz útil para enfrentar algumas teorias e presságios que alguns académicos têm em relação ao futuro, e no caso de ser “provável que os perigosos choques futuros resultem da interação entre a arrogância ocidental, a intolerância islâmica e a afirmação sínica.” (Huntington, 1999, 213) a UE -enquanto parte do bloco Ocidental - posiciona-se para evitar eventuais conflitos armados com outras regiões, considerando que “a guerra e a força podem estar em baixa, mas não desapareceram” (Nye, *idem*, 52)

1.3. UE: ator *suis generis*

“A política externa da UE, distingue-se da política externa clássica dos Estados, é uma política externa *sui generis*, baseada nos interesses e nos valores comuns europeus, onde ambos se *confundem* e fundem” (Hermenegildo, 2007).

Parece existir uma necessidade que, a nosso ver, não é totalmente despropositada para se chegar a um consenso sobre qual (ais) o (s) modelo (s) que definem a verdadeira essência da UE. Antes de avançarmos para os conceitos e definições da UE enquanto ator será útil, mesmo que de forma elementar, começar por explicar o início de todo o processo que culminou-através de Maastricht- na atual UE. Já em 1924 Edouard Herriot avançaria com a ideia de “Estado Unidos da Europa”, mas a verdadeira ideia de integração esteve na sequência de um *memorandum* escrito por Aristide Briand, aludindo para que fosse considerada a “ideia de uma união dos governos europeus”. Ainda assim, aquele que efetivamente teve aplicabilidade foi por via do Tratado de Dunquerque (1947) “entre a França e o Reino Unido que concluiu numa aliança e estipulava assistência recíproca [...] visando o interesse geral e o desenvolvimento económico” (Reiner, 2003, 3). No entanto refutamos a ideia da aplicabilidade pioneira deste

Tratado tendo em conta que se trata de uma aliança, mostrando-se assim imperfeita *per se* para definir o conceito de integração considerando que “integração não é, pois, o mesmo que cooperação intergovernamental [...] ao passo que a integração acarreta a criação de uma nova entidade, a cooperação pode ocorrer na ausência de esquemas de integração [...] esta nova entidade não é um mero regime de aliança ou tratado” (Lobo-Fernandes, 2006, 146) e nesse sentido, deverá ser reservada. Assim, um dos debates que envolve a União recai justamente sobre o seu processo de integração, atentemos, contudo, que não se trata de um debate puramente hodierno “ideias de integração [...] já entre as duas guerras tais ideias haviam tido intérpretes calorosos” (Pires, *idem*, 106), não obstante, a ideia ganha maior importância "a partir de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço começa a unir económica e politicamente os países europeus, tendo em vista assegurar uma paz duradoura" (Comissão Europeia, 2014e). Devemos dizer que convergimos com esta ideia porque a partir desse período "as nações da Europa Ocidental criaram o Conselho da Europa [...] tratou-se de um primeiro passo para uma cooperação que seis desses países desejavam aprofundar" (*ibidem*). Nessa lógica, e considerando o argumento de que a integração existe quando há "uma dinâmica de aproximação entre partes previamente separadas [...] envolvendo a criação de instituições comuns e a emergência de uma nova lógica de soberanias compartilhadas" (Lobo-Fernandes, *idem*), compreendemos então que o conceito se aplica a este ator, especialmente, porque ele contempla aspetos que, segundo Lobo-Fernandes, são tidos como essenciais para tal existência, possibilitando os processos de medição quantitativamente e qualitativamente, assim, no "processo de integração não é possível deixar de considerar as seguintes categorias: amplitude – o número de áreas contempladas [...] profundidade – o grau de coordenação política [...] institucionalização – o grau de acomodação e decisão que toma lugar de forma previsível e organizada [...] e, centralização [...] existência de um aparelho transnacional que implementa as políticas comuns, resolve disputas e contribui para aumentar a acomodação" (*idem*, 146-147).

Num outro sentido, muito se indaga sobre o modelo existente que descreva a UE, colocando-se a questão se "será possível compará-la a um Estado ou ocupará a União um lugar próprio na categoria de actores internacionais? (Joana, 2007, 115). As respostas são diversificadas e, na verdade, existem várias teses que tentam descobrir a resposta mais assertiva e mais condizente com a maneira de ser/estar da UE. Assim, afirmações direcionadas à UE

como sendo “um objecto político não identificado” (Delors, apud Teixeira 2005), ‘less than a federation, more than a regime’ (Wallace, 1983 apud Schmidt, 2004, 1), ou ainda ‘the first truly postmodern political form’ (Ruggie, 1993, 139-140 apud Schmidt, *idem*), não nos deixam razões para pensar que se trata de um Estado, já que “para os Estados, a personalidade jurídica deriva directamente da sua soberania; soberania reconhecida em direito internacional, não criada ou atribuída por ele. Postulando no Estado um sujeito maior e originário de direito, o direito internacional” (Joana, 2007, 116 apud Dihn, Daillier & Pellet, 1992), deduzimos assim que a UE não pode ser considerada Estado porque os Estados membros não perderam a sua soberania “the European Union may well be regarded as evidence for the thesis that the European Union is not a state and that the member states have not lost their sovereignty” (Lock, 2009, 414). Uma segunda abordagem ao tema sugere-nos “the European Union as an international organization” (Rosemond, 2000, 14), mas este axioma parece não corresponder às expectativas, considerando que “the European Union (EU) is less than a state, but more than an international organization” (Hlavac, 2010, 3), argumentando para isso que “the EU’s supranational powers make it more than just another international organization: Unlike the world’s international organizations, the EU requires that its Member States cede some of their sovereignty to the Union’s common institutions (*Ibidem*), não obstante, ela contempla características dos dois, algo que muito contribui para que ela seja considerada como um ator cujo modelo ainda não foi desvendado “it possesses some characteristics of both, the European Union is, I argue, a sui generis Project” (*Ibidem*)

Existe quem afirme também que “a construção europeia delineada nos escombros da Segunda Guerra Mundial foi pensada como um processo cumulativo que teria como fim a formação de uma federação europeia” (Vicente, 2013, 32), e segundo alguns académicos, a ideia de uma federação é mesmo uma hipótese a considerar já que “given the diversity among European states, the attractions of federalism for the study of European integration are more than obvious [...] because federalism has tended to be a political project, with particular goals in mind” (Rosemond, 2000, 23). Contudo, essa ideia é refutada na medida em que a UE é “mais que uma simples união de Estados, todavia ainda longe de uma união de indivíduos, marca d’água nas federações tradicionais”¹⁰ (Burgess, 2000, 41-42)

¹⁰ Traduzido nosso

Uma vez que o conceito de Estado não se aplica a este caso, avançamos agora para as perspetivas teóricas, desde logo fez-se uma triagem entre as várias teorias considerando que “o debate [...] tem, de facto, oscilado maioritariamente entre duas perspetivas” (Lobo-Fernandes, 2006, 147), sendo elas o “supracionalismo” e “intergovernamentalismo”. Nesse contexto, “o paradigma supranacional tem como principal expoente a teoria neofuncionalista” (*Ibidem*), que “enfatiza fundamentalmente a autonomia relativa das instituições transgovernamentais e o papel dos grupos transnacionais” (Brandão e Lobo-Fernandes, 2001, 6), uma vez que este processo permite que os “political actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties, expectations, and political activities toward a new and larger center, whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre existing national states” (Haas, 1961, 366-367). Nesse sentido as instituições do novo e grande “centro” assumem “influência assinalável mas também produzem efeitos independentes nas políticas dos Estados-membros contribuindo desse modo para consolidar significativamente o próprio processo de integração” (Brandão e Lobo-Fernandes, *idem*), levando assim a compreender que esta teoria não tem como objetivo o “achieved through the pursuit of rational argument and forward-thinking constitutional design, but through incremental and strategic means” (Rosamond, 2000, 51) de integração. No caso da teoria intergovernamental, argumenta-se que ela se “baseia num modelo de cooperação interestatal, onde os interesses nacionais são um factor essencial no papel de motor do processo de integração” (Lobo-Fernandes, 151), levando-nos assim de encontro de outra perspetiva que “considers economic interdependence as a necessary condition for integration (Moravcsik, 1998, 6; apud Malamoud, 2002, 9).

No entanto, existem outras teorias a ser exploradas no contexto da construção europeia, vejamos pois o caso do “funcionalismo” e «comunidade de segurança». Para Fernandes “as teorias que sustentam a base desse processo baseiam-se essencialmente nas teorias clássicas: no funcionalismo [...] neofuncionalismo [...], na noção de «comunidade de segurança» [...] e no federalismo” (2006, 37). Vis-a-vis estas observações, não podemos deixar de referir que “do estudo da integração passou-se, em grande medida, para o estudo da governação europeia” onde, dessa forma, podemos considerar que, não obstante a conceções teóricas assaz desenvolvidas, a UE continua e continuará a ser uma “estrutura multidimensional muito complexa que é porventura um dos elementos mais importantes do excepcionalismo comunitário” (Lobo-Fernandes, *idem*). No sentido de desconstruir todas as teorias até agora

explanadas surge-nos a máxima de Jean Monnet, afirmando que o projeto europeu “tratava-se mais de unir homens do que de unir Estados” (Pires, 1992, 109).

Continuamos assim a concordar com o que a maioria dos académico e intelectuais das RI defendem, isto é, um ator diferente e que se distingue dos demais “Europe's power and influence in world politics are considered to be essentially to be different from those of other major players” (Gerrits, 2008, 2), facto esse que muito provavelmente surge por, como constatamos, ser um misto de poder supranacional com intergovernamental, conferindo-lhe uma nova e diferente figura política a partir do período pós Westfaliano, considerando que “the EU involved into a hybrid of supranational and international forms of governance which transcends Westphalian norms [...] the EU represents a new and different political form.” (Manners, 2002, 240). Assim, esta nova e diferente forma de fazer política, mostra-se como o resultado do esforço coletivo que se traduz no “processo de construção política Europeia conduzido por elites, ordens legais e baseada em tratados” (Manners, 2002:241)¹¹. A UE mostra-se assim como uma existência *sui generis* até em relação às suas normas, vejamos que o “Tratado Constitucional é como tudo na Europa. Um produto híbrido. Mais do que intergovernamental. Menos do que supranacional. Mais do que um Tratado internacional. Menos do que a Constituição de um Estado soberano [...] A construção europeia nunca foi um processo linear” (Teixeira, 2005). É, de facto, um ator indefinido, que não se rege pelo centrismo de um Estado mas sim pelo misto de instituições que contém um conjunto de regras e comportamentos que se interligam entre si. Observamos, porém, que esta “estrutura multidimensional complexa”, segundo alguns autores, “é antes um processo em construção, sempre inacabado, é um complexo de instituições com regras e procedimentos diferenciados, articulados em vários níveis ou pilares e é esse processo complexo que estrutura a acção política da União” (Teixeira, 1998, 122). Desta forma, o caminho seguido pelos decisores políticos e líderes europeus continua, porém, a não ser amigo para os acérrimos teóricos que insistem numa definição clara daquilo que é o modelo europeu. Note-se que passados mais de 10 anos e após o Tratado de Lisboa, a alma *suis generis* da UE mantém-se, na medida em que “the Treaty of Lisbon continues the tradition of [...] maintained the Union’s distinct sui generis character [...] with powers that are more centralised at the EU level (supranational decision-making) and in other policy areas (e.g. security and defence) as an international organisation” (Egenhofer, et al., 2011, ii). Nessa medida, tendo em conta estas

¹¹ Traduzido nosso

características institucionais e funcionais, assim como a natureza normativa da sua ação externa, torna-se relevante analisar em particular a dimensão cultural da UE.

CAPÍTULO II:

PARA ALÉM DA MATRIZ INTERNA: A AFIRMAÇÃO DA CULTURA PELA UE ENQUANTO DIMENSÃO EXTERNA

Mostra-se pertinente, no âmbito e contexto deste trabalho, abordar a noção de cultura ao qual teóricos e intelectuais nos indicam que ela pode ser visto por várias perspectivas ou á qual se podem fazer várias aceções. Assim, na enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura define-se este conceito como “*cultura* implica associações diferentes segundo o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou de toda a sociedade” (Eliot, 2002, 22). Contudo, parece ser evidente que qualquer que seja a *cultura*, ela não é, de modo algum, um ato que se pratica de forma isolada, isto é, “a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e de que a cultura de um grupo ou classe pertence a toda a sociedade a que pertence esse grupo ou classe” (*Ibidem*). Porém, torna-se útil excluir, desde logo, uma das perspectivas sobre cultura e que, para o efeito, não nos será relevante, trata-se, no caso, daquela que é “aplicada a organismos inferiores - relativamente, por exemplo, ao trabalho da bacteriologista ou do agricultor -, o seu significado é perfeitamente claro, visto haver unanimidade com respeito aos objetivos visados, e essa unanimidade pode ser obtida sejam os objetivos alcançados ou não” (*Ibidem*).

Excluída essa perspectiva, mostra-se fundamental e central dissecar o conceito à luz das ciências sociais onde, a esse respeito, “o sentido geral, ou antropológico, da palavra cultura, [...] desenvolveu-se independentemente dos outros sentidos” sendo que uma das primeiras definições deste conceito e nesta aceção foi introduzida pela escritor Edward Burn Tylor (1832-1917), considerando que “a cultura ou a civilização, na sua aceção etnográfica mais ampla, era um todo complexo que incluía conhecimento, crenças, arte, justiça, ética, hábitos e outras capacidades e costumes adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (apud Pires, 2004, 3). Compreendemos, desta forma, que é uma definição vasta, potenciadora de uma definição bastante completa, contudo, podendo gerar alguma confusão. Nesse sentido, outros intelectuais criaram as suas teses em torno do conceito no sentido de lhe dar um enfoque mais restrito e, quanto a isso, Franz Boas (1858-1942) “dera-se por objectivo estudar “as” culturas mais que “a” cultura” (Cucho, 2003, 45), para este autor existia uma pluralidade de culturas e como tal, aqueles que seguem o seu legado “vão esforçar-se por dar conta do processo de

distribuição no espaço dos elementos culturais [...] a ideia é estudar a repartição espacial de um ou vários traços culturais em culturas próximas e analisar o processo da sua difusão” (*idem*, 61). Na sua conceção cada cultura é “única” e “específica”, remetendo-nos assim para o particularismo histórico – cultural, tendo presente que dava primazia á “dimensão histórica dos fenómenos culturais” (*idem*, 61). Nesse sentido, para Boas, existem diferenças entre os grupos humanos e que não dependem, necessariamente da sua origem, com efeito, assume que “a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial” (*idem*, 44). Boas, foi também um defensor da observação direta pormenorizada, dizendo mesmo que “no estudo de uma cultura particular, tudo deve ser registado, até ao pormenor do pormenor” (*idem*, 46). Por um outro lado, Émile Durkheim (1858-1917), um contemporâneo de Boas mas mais ligado à sociologia do que à etnografia, contribui para este conceito através da compreensão do “social em todas as suas dimensões e sob todos os seus aspectos, incluindo a dimensão cultural, através de todas as formas de sociedade” (*idem*, 51). Não obstante ao seu empenho teórico sobre as questões sociais, Durkheim não descurava os fenómenos culturais, ao invés, ele entendia que, tanto as questões sociais como as culturais estão relacionadas, apontando para isso que “os fenómenos sociais têm necessariamente uma dimensão cultural uma vez que são também fenómenos simbólicos” (*Ibidem*).

Numa outra dimensão, quiçá, mais ambiciosa por levar o fenómeno cultural a outros campos concetuais como a teoria funcionalista, Malinowski introduz pela primeira vez o conceito de cultura relacionado com a componente material “a ordem e a lei têm de ser mantidas, uma vez que a cooperação é a essência de toda realização cultural [...] o substrato material de cultura tem de ser renovado e mantido em condições de funcionamento. Por isso, algumas formas de organização econômica, são indispensáveis, mesmo nas culturas mais primitivas” (Malinowski, 1970, 43). A base de sustentação para o postulado de Malinowski reside, assim, no facto de o homem ser um ser vivo que tem necessidade de se proteger das mais variadas ameaças e perigos externos a si, satisfazer necessidades orgânicas e criar condições de subsistência. Com efeito, o autor afirma que “todos estes problemas fundamentais dos seres humanos são solucionados para o indivíduo por artefactos, organização em grupos cooperativos e pelo desenvolvimento do conhecimento” (*Ibidem*). Nesse sentido, o autor propõe que apesar de o homem ter uma “bagagem de artefactos e capacidade para produzi-los e apreciá-los, o homem cria um ambiente secundário” (*idem*, 42). Na linha de raciocínio deste autor, compreendemos então que este ambiente secundário se desdobra em “imperativos instrumentais-emergentes de

tipos de atividades tais como econômicas, normativas e políticas - e imperativos integrativos [...] conhecimento, religião e magia” (*idem*, 43-44), permitindo a coexistência e formando um todo, notando ainda que se vai “constituindo cada cultura um todo coerente, todos os elementos de um sistema cultural se harmonizam uns com os outros, o que torna qualquer sistema equilibrado e funcional e o que explica que qualquer cultura tenda a conservar-se a si própria” (Cucho, 2003, 64)

Segundo o dicionário Luso-Brasileiro de Cultura, constatamos que cultura surge sob várias ópticas, nomeadamente, ele dirige-se à cultura na perspectiva da “filosofia”, “agronomia” e “geografia”, não obstante, abordaremos o sentido “filosófico”, mostrando-se como aquele que se inflete diretamente sobre o homem e, por isso, o mais adequado para este contexto. Assim, o sentido antigo de cultura deriva do latim *cultura*, que tem a mesma matriz que *cultus* (cultivo e culto) e que se aplica tanto aos campos de cultivo, como às letras ou a amizade (1987, vol.6, 578). Esta aproximação revela-se fundamental para o nosso estudo se tivermos em conta a expressão atribuída a Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) *sese excolere humanitatem* (cultivar-se a fundo segundo a *humanitas*), onde a palavra *-humanitas-* é perspectivada de três formas: “aquilo que faz que o homem seja um homem; a preocupação do homem pelo homem no sentido da sua mútua vinculação, em grego conhecido como *philanthropia*; aquilo pelo qual o homem se torna verdadeiramente homem, a sua formação ou educação, em grego *paideia*” (*idem*, 579) que, por sua vez, também nos remete para a *cultura animis* (ou cultura do espírito), atribuindo-lhe, juntamente com Horácio (65 a.C. – 8 a.C.), a perspectiva de que cultura é “a acção que o homem realiza, quer sobre o seu meio, quer sobre si mesmo visando uma transformação para melhor” (*Ibidem*). Assim, no Renascimento (séc. XIV-XVII) a *cultura animi* ganha maior relevo, tendo como instrumento de “excelência, as letras greco-latinas” (*Ibidem*). Ao assumirmos o conceito usado nas ciências sociais, tomaremos como exemplo dois países que se destacaram na evolução do conceito, por um lado relevamos o papel da França e, por outro lado, o da Alemanha “as duas concepções de cultura, respectivamente, universalista e particularista, são os parâmetros para a definição do conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas” (Pinto, 2011) Assim, o legado francês, já que foi através dela que existiu uma maior “evolução semântica decisiva da palavra, parece, - que permitiu a invenção do conceito – [...] antes de se difundir por empréstimo lingüístico em outras línguas vizinhas (inglês, alemão) ” (Pires, 2011). Assim, ela vai definindo-se como a “formação”, a educação” do espírito, ou seja, de “cultura” como ação” (*Ibidem*).

No seu processo natural de desenvolvimento, "a ideia de cultura vigente no final do século XVIII surge em reacção às mudanças drásticas que ocorreram na estrutura e na qualidade da vida social através da industrialização e da tecnologia legitimadas pela ideologia de progresso" (*Ibidem*). Assim, para os intelectuais da altura deste período – Iluminismo –, a noção de cultura significa "uma soma de saberes armazenados e transmitidos pela humanidade ao longo dos tempos" (*Ibidem*) e já no século XX ela "marca a oposição conceitual entre "natureza" e "cultura", oposição esta fundamental para os pensadores iluministas que concebem a cultura como um carácter distintivo da espécie humana" (*Ibidem*). Num outro sentido, surge na Alemanha uma ideia distinta de cultura, onde "kultur evolui para um sentido mais restritivo [...] devido à burguesia intelectual (intelligentsia), vinda das universidades, que critica a aristocracia alemã [...] os quais, segundo esses intelectuais, abandonam a arte e a literatura e dedicam-se aos cerimoniais da corte francesa, imitando maneiras "civilizadas"" (*Ibidem*). Esta diferença opõe duas preposições "autenticidade versus superficialidade. A primeira, sinónimo de [...] enriquecimento intelectual e espiritual; a segunda, sinónimo de civilização, é entendida como leviana, supérflua, descartável" (*Ibidem*). Com efeito, o significado de cultura propriamente dito e no seu sentido mais lato, perdurando na Europa até aos dias de hoje foi o sentido alemão, considerando que ela "abrange todos aqueles objectos ou operações que a natureza não produz e que lhe são acrescentado pelo espírito [...] a religião, a arte, o desporto, o luxo, a ciência e a tecnologia são produtos da cultura" (Saraiva, 2003, 11), uma vez que não retirando mérito à aceção francesa, o mesmo autor continua dizendo que "este é o sentido mais *extenso* de cultura, que coincide com o de *civilização*, palavra que se propagou por via francesa. Cultura, essa, difundiu-se por via alemã" (*Ibidem*).

Para a UNESCO, a ideia de cultura está associada a um "conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças." (2002). Sob este ponto de vista, a Unesco vai de encontro ao espírito europeu, contemplando no seu conceito a índole normativa da UE. Notemos que, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), existe uma variedade de "bens indispensáveis à existência plena dos indivíduos e coletividades, o documento associa os tradicionais direitos civis e políticos aos direitos sociais, económicos e culturais, conformando o discurso liberal ao social" (apud Campos e Correia, 2008, 3992-3993). Esta declaração será a base para todos os meios de protecção dos direitos humanos que

aparecerão posteriormente e divididas em categorias. Nessa mesma medida, “os documentos normativos internacionais [...] podem, assim, ser subdivididos em três categorias [...] a) documentos gerais e tratados internacionais [...] os quais definem os grandes pilares sobre os quais são assentadas as orientações específicas; b) declarações de conferências; c) documentos diversos. (*Idem*, 3994), os quais propõe o reconhecimento da “educação como processo formativo de valores e atitudes em favor da paz, da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais” (*Ibidem*). Nessa medida, o enquadramento normativo europeu alinha-se com os documentos internacionais da ONU, representando princípios que são tidos como fundamentais para a coexistência entre os povos, observando que “a busca da compreensão e do respeito por todos os povos, suas culturas, civilizações, valores e formas de vida; consciência da crescente interdependência entre povos e nações; e a compreensão da necessidade da solidariedade e cooperação internacional” são, simultaneamente, os mesmos princípios adotados pela União. (*Ibidem*)

O papel da cultura tornou-se importante não apenas na afirmação da identidade dos indivíduos ou na produção artística, mas também para se posicionar como um elemento que contribui – quando usada de forma positiva - para que exista um mundo mais seguro, baseado na confiança entre as nações, com segurança e sem que exista a sensação de perda. Por um outro lado, o fator “cultura” pode ser o foco de tensões, e é do conhecimento humano que “os povos e os países com culturas análogas aproximam-se. Os que têm culturas diferentes afastam-se” (Huntington, *idem*, 145). Nesse sentido, parece-nos premente um ainda maior esforço, considerando que existe a percepção de que melhor pode ser feito nesta matéria, especialmente pelos corpos diplomáticos do lado europeu, uma vez que “acicatada pela modernização, a política global está a ser reconfigurada segundo linhas culturais” (*Ibidem*). Argumentando em relação à posição das autoridades competentes em matéria cultural, recorreremos a um estudo encomendado pela Comissão Europeia à consultora cultural KEA, cujo resultado insinua se “EU diplomatic efforts would not be better served by giving more consideration to cultural exchanges with a view to addressing issues such as the EU’s image, conflict prevention, mutual understanding, immigration, sustainability, the fight against terrorism” (KEA, 2013). Uma outra perspectiva sugere que as ameaças externas, onde muitas vezes são efetivadas e postas em prática por sociedades com características culturais opostas às Ocidentais, podem deixar marcas irreversíveis numa determinada sociedade. Atentemos ao caso do ataque às Torres Gêmeas (Nova Iorque, 2001), revelando-se como um dos eventos mais marcantes na história da

humanidade onde a administração Bush¹², após os ataques, passou a dar maior relevância às diferenças culturais, isto é, “depois de 2001, na sequência da reação da política externa aos atos de terrorismo do dia 11 de setembro, atribuiu-se um papel mais forte e concreto à política externa da cultura e da educação na prevenção e tratamento de conflitos” (Hipler, 2013, 19)

Do lado europeu existe a consciência sobre o peso da dimensão cultural e das suas potencialidades, contudo as opiniões divergem, alguns autores argumentam que “o sucesso do processo de integração da União Europeia baseia-se tradicionalmente no essencial, na cooperação política e económica. A dimensão cultural tem sido negligenciada” (Davies, 2013, 203). Nesse sentido, e embora exista uma narrativa – como já aqui foi descrita pelo próprio Durão Barroso - que eleva o papel da cultura na ação europeia, ela não fez parte – no seu âmbito- “do sucesso da integração e, atualmente, em contexto de crise, as relações e dinâmicas culturais promovidas pela UE e seus parceiros podem ficar marginalizadas já que os atores dedicam muito do seu tempo a assuntos económicos e financeiros” (*Ibidem*).

Porém, e sob esta perspetiva de que o processo de integração está historicamente mais voltado para assuntos ligados ao comércio e à economia, foi a partir de Maastricht que veio um maior impulso aos assuntos ligados à cultura “O Tratado de Maastricht [...] historicamente orientado para a economia e o comércio, desenvolve ações culturais para salvaguardar, divulgar e fazer evoluir a cultura na Europa.” (Comissão Europeia, 2013). É então a partir daqui que a cultura passa a ser uma responsabilidade comunitária. Vejamos que antes de Maastricht as alusões à cultura – numa perspetiva comum - eram poucas porque “the EU did not have cultural competences before the Treaty of Maastricht” (Monroe, 2006), porém, antes deste Tratado já se destacava uma ação – não comunitária- “a Capital Europeia da Cultura foi lançada em Atenas em 1985, como uma iniciativa intergovernamental” (Eurocid, 2014) um evento protagonizado pela vontade de alguns países, atendendo ao facto do “complex system of multi-level-governance cultural policy officially remained an exclusive domain of the member states until 1992 (Monroe, *idem*).

A partir do momento em que o tratado entrou em vigor, os Estados-membros passam a ter uma ligação mais acentuada e completa, nomeadamente, nos domínios da política e da componente social e cultural. No caso desta última, Maastricht dotou-a de uma base jurídica, onde a vem auxiliar nos enquadramentos legais e onde o seu modo de operar se centrava no

¹² O ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono foi perpetrado no ano 2001, sob a presidência de George Walker Bush

encorajamento, apoio e complementaridade, respeitando a diversidade cultural e evidenciando o seu património. Desta forma, a intervenção feita pela comunidade vai no sentido da “complementaridade” e “subsidiariedade” para com os países membros aos quais são atribuídos subsídios, – através da candidatura a programas- de forma a incentivar o tecido cultural da União com o objetivo de desenvolver e estimular cada vez mais o diálogo intercultural e valorizar o seu património. Assim, os benefícios deste tratado para com os países da UE traduzem-se, em larga medida, em "completar as suas iniciativas a fim de contribuir para a eclosão das respetivas culturas, no respeito pela sua diversidade nacional ou regional, no intuito de valorizar o património cultural comum [...] utiliza instrumentos de apoio às iniciativas culturais como o programa «Cultura»" (Comissão Europeia, 2014)

Desde essa época que são inúmeros os programas e iniciativas no domínio da cultura onde, dentre eles, gostaríamos de destacar o já mencionado programa “Cultura 2000” e que depois é substituído pelo “Cultura 2007-2013”. Este seria o primeiro programa-quadro em prol da cultura e permitiria “clarificar o papel e o lugar da cultura nos grandes desafios com que a União Europeia se confronta” (Europa , 2007). É de notar que este programa tem características muito própria e inovadoras, desde logo importa referir que é um facilitador para a compreensão mútua, instiga à criatividade e contribui para o florescimento e robustez da cultura da União. No sítio da internet da União, podemos ler que:

"O programa ""Cultura 2000"" [...] destina-se a instaurar um espaço cultural comum, promovendo o diálogo cultural e o conhecimento da história, a criação, a difusão da cultura e a mobilidade dos artistas e respectivas obras, o património cultural europeu, as novas formas culturais de expressão, bem como o papel socioeconómico da cultura. "Cultura 2000" apoia projectos transnacionais de cooperação, que impliquem uma cooperação entre criadores, agentes culturais e instituições culturais dos países que participam no programa" (Comissão Europeia, 2014)

O programa Cultura está também vocacionado para apoiar organizações de âmbito cultural na idealização e execução de vários projetos artísticos e culturais, bem como incentivar intercâmbios entre organizações da União. É ainda importante referir que através deste programa se atribui mérito e valor às atividades culturais que se destaquem das demais ou que contenham elevado grau de distinção, pela via da atribuição de prémios. Por outro lado, o “Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014” que está a ao abrigo da Agenda Europeia para a Cultura (AEC), estabelece como sendo premente seis objetivos, assim, a "diversidade cultural e diálogo

intercultural, indústrias culturais e criativas, competências e mobilidade, património cultural, a cultura nas relações externas e estatísticas no domínio da cultura" (Comissão Europeia, 2014). Para este efeito, gostaríamos de aprofundar a prioridade que se dá à cultura nas relações externas, notando que "os países da UE e a Comissão irão desenvolver uma abordagem estratégica da cultura nas suas relações externas [...] continuarão a promover a ratificação da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais por países parceiros, bem como [...] criar grupos de peritos para apoiar o desenvolvimento das relações culturais com países não pertencentes à UE" (*Ibidem*).

Numa nova estratégia desenhada para a UE, o programa «Cultura» deixa de existir, dando lugar ao «Europa Criativa 2014-2020», também ele, um programa de apoio aos setores cultural e criativo, substituindo assim os programas Cultura, MÉDIA e MÉDIA Mundus. Nesse sentido, o programa «Europa Criativa» compreende o subprograma Cultura, dirigido aos setores cultural e criativo e o subprograma MEDIA, dirigido ao setor audiovisual, estes tem como finalidade promover o crescimento e a criação de novos postos de trabalho, contando para isso com um "budget of €1.46 billion [...] the programme will provide a boost for the cultural and creative sectors, which are a major source of jobs and growth", estabelecendo para o efeito a divisão orçamental da seguinte forma: ""the programme will allocate at least 56% of its budget for the MEDIA sub-programme and at least 31% for the Culture sub-programme" (Comissão Europeia, 2013b). Notamos contudo que o anterior programa "MEDIA Mundus", outrora destinado a "promover a cooperação no domínio do audiovisual entre os profissionais europeus e os seus homólogos de países terceiros" (*Ibidem*) vê-se assim privado de continuar com essa tarefa nos mesmos parâmetros. Ainda assim, existe a vontade de continuar a envolver os países terceiros tendo em conta que "creative Europe will [...] enable thousands of talented artists to reach new audiences in Europe and beyond" (*ibidem*), conferindo assim a dimensão externa do programa.

Verificamos que o setor cultural e criativo vem conseguindo algum reconhecimento no que respeita à sua importância, a Comissão refere que "european culture, cinema, television, music, literature, performing arts, heritage and related areas will benefit from increased support [...] 9% more than current levels" (*ibidem*) onde, não obstante a um aumento orçamental vis-a-vis ao último programa-quadro, destacam-se ainda as dinâmicas de emprego e o crescimento que estes setores representam.

Nesse sentido, compreendemos que a União tem uma visão em relação à cultura que se mostra dual, notemos que por um lado há uma aproximação aos valores, ao diálogo intercultural, ao protecionismo do património e " constitui um fator indispensável para a concretização dos objetivos estratégicos da UE " (Parlamento Europeu, 2014a), conquanto, existe também uma outra perspectiva que, compreensivelmente indissociável da primeira, lhe confere uma componente de valor material e gerador de riqueza, ou seja, "centra-se na promoção da cultura como catalisador da criatividade [...] para o Crescimento e o Emprego" (*Ibidem*). E é nesse contexto que podemos compreender melhor a visão cultural da UE, estando assim "posicionada no eixo das esferas económica e política, [...] a cultura encerra em si uma dimensão adicional fundamental. a cultura não só gera riqueza, mas também contribui para a inclusão social, a melhoria da educação, a autoconfiança" (*Ibidem*) considerando ainda que "a esse respeito, os setores culturais e criativos constituem uma fonte de ideias inovadoras, que podem ser transformadas em produtos e serviços e ajudam a fazer face às mudanças da sociedade. Além disso, a excelência e a competitividade nestes setores resultam principalmente dos esforços desenvolvidos pelos artistas, pelos criadores e pelos profissionais, que precisam de ser incentivados" (Parlamento Europeu, 2014b,222).

Notemos ainda que em relação ao programa "Europa Criativa" constatamos que ele centra-se numa estratégia de crescimento, ajudando a contornar a situação económica e socialmente instável na qual o continente mergulhou, esforçando-se para "dar o impulso de que tanto necessitam o setor da cultura e das indústrias criativas " (Comissão Europeia, 2013c). Nesse sentido, a política cultural externa da União para que surta o efeito desejável, terá de, numa primeira instância, estar consolidada dentro do seu próprio espaço comum e, posteriormente, disseminá-la a todos os pontos do globo. Assim,"debe crearse una estrategia europea integral para incorporar la cultura a las políticas de relaciones exteriores de la UE de manera coherente y sistemática. Además, deben desarrollarse estrategias específicas con terceros países y regiones, con el fin de aclarar los objetivos y enfoques de la cooperación cultural" (Comissão Europeia, 2009). Nessa medida, e apesar de ser um programa direcionado para o setor cultural e criativo, o programa "Europa Criativa" é parte da estratégia "Europa 2020", ou seja, a estratégia de crescimento da UE para os próximos anos (2014-2020). Tal estratégia assenta em três prioridades, girando em torno do "crescimento inteligente [...] crescimento sustentável [...] crescimento inclusivo" (Comissão Europeia, 2014f) incluindo, dessa

forma, o setor cultural como parte integrante da sua política de crescimento dentro e fora da União.

Notemos que uma política terá de estar munida de alguns elementos chave, tais como ter uma intencionalidade e um propósito, usando estratégias que almejem alcançar objetivos devendo, para o efeito, "conduzir programas sistemáticos de revisão do estoque regulatório em relação a objetivos que sejam claramente definidos pela política, incluindo considerações de custos e benefícios" (Banks, 2012, 4). Assim, a política cultural deverá estar articulada com o poder político e seguirem lado a lado, sublinhando para o efeito que:

“Uma política cultural começa quando se estabelece um reconhecimento da autonomia relativa do campo cultural por parte do poder político. O epíteto de pública surge quando é orientada por uma intervenção de salvaguarda do célebre “carácter de exceção” das obras culturais, encaradas mais do que meras mercadorias, sujeitas às alterações da oferta e da procura. O mercado da cultura é assim um mercado assistido, regulado e tutelado pelo poder público: um mercado desregulado neste campo seria a garantia de que só se produziriam bens para as maiorias, deixando os restantes votados ao silêncio.” (Lopes 2003, 2)

Face a esta observação entendemos que a política cultural está sujeita à regulamentação do poder público tendo como seu gestor o poder político, verificando que “o processo de incentivo à cooperação entre países [...] passa naturalmente pelo recurso às formas de actuação política. É nesse plano que faz sentido o conceito de política cultural” (Dantas, 2007, 73). Assim, a responsabilidade do setor público em disseminar e promover a cultura junto a todos os cidadãos mostra-se como um dever, no entanto, “a própria relação com o campo político afigura-se potencialmente conflituosa. Ainda é frequente a cultura ser encarada não como um domínio merecedor de uma política relativamente autónoma, mas um acréscimo de legitimação do poder político” (Lopes, *idem*). Ainda assim, e como já acima descrito, a cultura representa uma fatia da política da UE, (interna e externa) e considerando que a “government policy is justified if there is popular support for it” (Pratt, 2005, 10), concordamos então que cada vez mais faz sentido valorizar o setor cultural enquanto uma política que serve o cidadão indiscriminadamente e, nesse sentido, parece-nos estar a desempenhar um bom papel, já que “the cultural industries have undoubtedly attained considerable visibility and a degree of notoriety in recent years as a policy object” (*idem*, 3) onde, por outro lado, respeita a “Convenção da Unesco sobre a Diversidade das Expressões Culturais” referindo o princípio da equidade "o acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso

das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo" (Unesco, 2005, 4). Assim, a cultura deve continuar a ser estimulada pelo poder político como um bem público na exata medida em que "public goods [...] is a good that if consumed by one can be consumed by all others for no extra cost" (*Ibidem*). É nesse sentido que a política cultural da União também se dirige aos seus cidadãos, promovendo a cultura em todos os seus sentidos e estimulando-a para que esta seja um bem acessível a todos, tendo em conta que "a UE procura conservar o património cultural comum da Europa e torná-lo acessível a todos, bem como apoiar e promover as artes e as indústrias criativas na Europa" (Comissão Europeia, 2013a).

Num plano externo sublinha-se que a cultura ganha maior expressão constituindo um dos principais instrumentos de cooperação com os países terceiros, argumentando que, à luz da "Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais" (2005), "a nova agenda para a cultura propõe o reforço da dimensão cultural enquanto elemento indispensável das relações externas da EU" (Comissão Europeia, 2010b), da mesma forma que "tem feito incidir a sua intervenção na promoção da [...] protecção e a promoção dos direitos culturais" (Comissão das Comunidades Europeias, 2007, 7). É de se fazer notar a conduta da União pela via da cooperação cultural com países terceiros, algo que foi possível a partir do Tratado de Maastricht que como se lê no ponto 3 do artigo 128º "a Comunidade e os Estados-membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura" (Conselho das Comunidades Europeias, 1992) colocando de agora em diante o setor cultural na esfera internacional. Assume-se então que as dinâmicas culturais – com a convivência política - são adotadas pela União para impulsionar o setor, contudo, devemos atender ao facto de não se tratar de um esforço isolado, ao invés, existem incentivos bem delineados para estimular tais dinâmicas, entre elas conta-se com a canalização de verbas para o setor, facto, *per se*, demonstrador da importância que se lhe confere. Observemos que "a política cultural enquanto um elemento da política pública deriva de uma invenção europeia e resulta num sistema de intervenções infra-estruturais, com uma escala rica de instrumentos e consideráveis subsídios públicos." (Dantas, *idem*). Assim, a aplicação de iniciativas culturais necessitam de um instrumento financeiro legítimo e," por que se supõe a sua legitimidade? Porque, incluídas ou não nos enunciados da política oficial, elas são aceites, *à priori*, pela sociedade [...] ninguém nega que o ser humano tenha direito de se manifestar culturalmente. A livre expressão das idéias sempre permitirá defender essa

prerrogativa” (Saraiva, 1999, 90). Posto isto, podemos então compreender a posição da União em relação à causa cultural, admitindo-a na sua política pública, uma vez que se entende que é um direito que assiste ao cidadão poder manifestar-se através das ideias e outras revelações artísticas e culturais, considerando que "uma política pública é um sistema explícito e coerente de fins últimos, objetivos e meios práticos [...] qualquer política pública [...] constitui uma contribuição setorial à busca do bem-estar coletivo. Obedece, portanto, a prioridades que são mais rigorosas quando os recursos são escassos" (*Ibidem*).

Numa outra perspectiva, a cultura tem um contributo importante para o desenvolvimento das relações económicas e políticas com países terceiros. Entende-se que esta cooperação cultural – além de se mostrar como um veículo para a partilha de valores universais – oferece melhores oportunidades aos sectores culturais e criativos que, sendo geradores de riqueza material, entram na esfera económica “cultural cooperation and cultural diplomacy offer the best opportunity [...] productive dialogues with countries from outside the EU will benefit our mutual understanding, as well as open new opportunities for our cultural and creative sectors” (Vassilliou, 2014). Num mesmo sentido de valorização, considera-se ainda que também as dinâmicas e os intercâmbios culturais com o resto do mundo contribuem para uma diversidade cultural rica, geradora de diálogo e valoriza os direitos humanos. Notemos que “a cultura, na medida em que promove o respeito mútuo e uma capacidade de escutar e compreender outros comportamentos, mentalidades, formas de pensar ou sentimentos de pertença a religiões ou credos diferentes, constitui um veículo poderoso para a promoção dos direitos humanos” (Parlamento Europeu, 2014, 3). Ainda assim, devemos considerar que estes benefícios essenciais ao ser humano podem não são partilhados por todos, e se alguns vêm oportunidades na diversidade, outros entendem que a diferença cultural pode ser a centelha geradora de conflito. Segundo o relatório “Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural” (UNESCO, 2009) "para alguns, a diversidade cultural é intrinsecamente positiva, na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e, assim, aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e de troca. Para outros, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum como seres humanos, constituindo assim a raiz de numerosos conflitos"(*Ibidem*). Parece-nos assim que a EU é um ator que vê estas diferenças de forma positiva tendo em conta a sua conduta normativa acima referida, colocando-se exemplarmente numa posição de “modelo” a seguir, argumentado para o efeito que é um “projeto social e cultural sem precedentes e coroado de êxito, que visa moldar as perceções dos

países terceiros de todo o mundo [...] incentiva a UE a promover o princípio «unidos na diversidade», a fim de influenciar as mentalidades dos países terceiros e levá-los a empenharem-se na proteção da sua própria diversidade cultural” (Parlamento Europeu, *idem*, 4).

2.1. Identidade e cultura: dimensão interna da UE

O advento da Guerra Fria mostrou-se como um marco para as sociedades contemporâneas, notando que ela presenciou ao “início de mudanças dramáticas nas identidades dos povos e nos símbolos dessas identidades. A política global começava a ser reconfigurada tendo em atenção factores culturais” (Huntington, *idem*, 19), contudo, questiona-se ainda se ela foi efetivamente reconfigurada ou se essa mudança reside na forma como se olha a alteridade, ou seja, “as dúvidas são acima de tudo sobre se o que presenciamos é realmente novo ou se é apenas novo o olhar com que o presenciamos. Estamos numa época em que é muito difícil ser-se linear [...] é bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando (Santos, 1994, 39). Tendo em conta a própria natureza da Europa, cujo seu curso foi composto por “mais de uma dezena de impérios, mais de meia centena de nações” (Pires, *idem*, 48) dando origem a um choque que se pautou por uma “história de conflitos e rupturas de povo contra povo, inclusivamente e, sobretudo, entre vizinhos” (*Ibidem*). Não obstante, os mesmos países Ocidentais que se digladiavam entre si – com destaque para a Europa – foram os mesmos que, ainda no século XIV, “constituíram um sistema internacional multipolar dentro da civilização ocidental e interagiram [...] as nações ocidentais também se expandiram, conquistaram, colonizaram ou influenciaram decisivamente cada uma das outras civilizações” (Huntington, *idem*, 21).

Se é verdade que “não existe um povo europeu, «nem autóctone nem homogéneo» (Rémond; apud Pires, *idem*), também podemos considerar que “toda e qualquer identidade é construída” (Castells, 2003, 4), notando para o efeito que identidades que encetam relações através do ódio poderão, a longo prazo, terminar num projeto de cooperação, no sentido em que “que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas” (Santos, *idem*, 31). Na verdade, a União compreende dentro de si 28 Estados soberanos, cada Estado representa um país e um país representa os cidadãos com

características únicas, lembremo-nos do lema “unidade na diversidade” e compreendemos que não se afigura como objectivo da União fundir todos os povos numa cultura única, até porque ela “continua a patentear contrastes estruturais [...] tais contrastes dizem respeito às áreas linguísticas, religiosas e políticas, aos níveis de desenvolvimento e ao grau de urbanização” “ (Pires, *idem*, 49). Não obstante, a capacidade europeia para se renovar enquanto entidade ganha forma a partir do momento em que “the respect for cultural diversity and the construction of a shared European identity – an identity that does not replace the sense of national belonging, but adds a new layer to the multiple identities of our citizens. The search for this balance is part of what we call intercultural dialogue. It is an integral part of the European project, and it has been so right from the start” (Vassilliou, *idem*). Notemos contudo que esta identidade europeia, não obstante às várias identidades que possui é, desde o processo de integração, feito da melhor forma possível, considera-se para o efeito que “apesar da variedade linguística é possível uma cultura literária possível senão uma pelo menos comunicante e circular com suficientes referencias comuns [...] e um espírito que permite incorporar os clássicos das várias línguas no mesmo «quadro de honra» da cultura europeia” (Pires, *idem*, 51).

Por um outro lado, constata-se que identidade faz parte de toda e qualquer sociedade fazendo-se notar que “a identidade cria-se em torno de uma língua comum – que facilita a comunicação do grupo – de uma religião partilhada – que dá um sentido de pertença ou propósito” (apud Dantas, 2007, 60) onde não existe “conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção [...] não seja estabelecida”.” (Calhoun; apud Castells, 2003, 2). Porém, no caso europeu a sua identidade vai mais além destes cerca de 60 anos de união política e vejamos que sempre esteve “sujeita às condições políticas existentes em cada época, pelo que [...] paz e prosperidade se deve à perseverança de muitas personalidades da História da Europa, mesmo dos que viveram bem antes do início da Comunidade Económica Europeias” (Costa, 2006, 239). Assim, a Europa foi reconhecida, tanto através das suas conquistas como através das próprias manifestações artísticas e culturais, considerando que “os artistas europeus raramente tiveram de perguntar pela sua identidade, mas os artistas africanos e latino-americanos, trabalhando na Europa [...] foram forçados a suscitar a questão da identidade” (Santos, *idem*). Nessa medida, a Europa continua a trabalhar no sentido de se afirmar enquanto unidade, argumentando que “o aspeto cultural das relações diplomáticas e externas oferece a possibilidade de projeção de uma imagem mais específica da UE na cena mundial e de criação de uma identidade cultural europeia externa comum”

(Parlamento Europeu, 2014, 6). Assim, sendo a União constituída por um conjunto de Estados soberanos, com a sua própria língua e tradição, com divisões geográficas e com perspetivas políticas e religiosas que podem divergir poderá tornar-se, à partida, um pouco ambíguo falar em identidade cultural europeia, com efeito, “por mais diferentes que sejam, os povos europeus partilham uma história que situa a Europa no mundo [...] o «modelo cultural europeu», reside entre o respeito pela expressão cultural própria de cada povo e os intercâmbios, as acções de cooperação, que alimentam e enriquecem cada cultura.” (Comissão Europeia, 2002, 3). Esta perspetiva normativa mostra-se fundamental para a afirmação do povo europeu no mundo, aludindo a uma União baseada em valores comuns e partilhados, considerando que “se é necessário construir uma identidade europeia, esta deverá fundar-se em valores fundamentais partilhados e no respeito pelo património comum, pela diversidade cultural e pela dignidade de cada indivíduo” (Conselho da Europa, 2008).

Assim, falar de uma identidade cultural europeia é falar do reconhecimento de cada europeu em relação a uma comunidade e identificar-se com ela. Por outro lado, esse sentimento identitário persegue um legado histórico - que podemos considerar cultural - acabando por reinventar-se e, nesse sentido, os “criadores como Dante e Petrarca, Ronsard e Camões [...] nunca esconderam a sua dependência dos grandes modelos clássicos gregos e latinos [...] tudo isto com grandes intervalos de tempo entre si e a muitos séculos de distância” (Moura, 2013, 24) e se existe alguém a quem atribuir responsabilidades por nos fazer lembrar de uma identidade comum, essa responsabilidade deve-se especialmente a intelectuais e políticos que tinham a “consciência de que a Europa reunia um conjunto de características de ordem espiritual, racional, científica e humanística, cuja combinação a distinguia dos outros continentes.” (Moura, *idem*, 11), tornando-a assim numa região de valores partilhados que perdurará até aos dias de hoje, tendo como corolário a sua conduta normativa.

É de reconhecer ainda que esta identidade cultural europeia deriva de uma mescla de povos que se agregou e que se fundiu, feita a partir de pensadores e de homens que mudaram os paradigmas da sociedade moderna, pela via de novos ideais, moldando mentalidades que ajudam a desenvolver o mundo com respeito pela diversidade e pela diferença. Para os eurocéticos não será demais recordar que “as vezes parece não existir dentro de si, entre os seus, existe seguramente na relação com os outros através do mundo, e é nessa relação que é reconhecível” (Pires, *idem*, 53). Nesse sentido, entende-se que a Europa é uma “unidade pragmática e uma sociedade paradigmática” (Henriques; apud Pires, *idem*). Numa outra

perspetiva, remetendo-nos a alteridade, fazemos notar que “as diferenças cruciais entre grupos humanos dizem respeito aos seus valores, crenças, instituições e estruturas sociais, e não à sua dimensão física, à forma das cabeças e à cor da pele” (Huntington, 1999, 47). É, portanto, em solo europeu que tais diferenças perdem terreno e, considerando a necessidade de definir as coordenadas de uma identidade cultural com base na sua história, sublinhamos que “nem a história nem a identidade europeia são lineares”, (Moura, 2013, 29) significando que é fruto de uma identidade que se foi construindo “a partir de momentos- chave e viragens históricas” (*idem*, 23) e “só na década de 1950 se tentou lentamente a sua reconstrução, começando pelo que parecia mais fácil, com uma Comunidade Económica Europeia, de que viria a resultar a União Europeia, de construção política, que repousa, como no passado, numa forte base continental” (Dantas, 2007:61)

A Europa tem, essencialmente, uma longa história em comum e vejamos que não se trata de uma história que retrata uma convergência de interesses desde a sua fundação. Ao longo dos séculos, existiram hostilidades entre os seus povos, mas até mesmo as guerras foram vistas como parte para o atual processo de paz, ou seja, elas foram importantes para forjar o desejo coletivo pela paz no continente. Assim, a identidade cultural é algo que está sujeito a transformação, se outrora houve guerra, ao longo dos tempos reconquistou-se a paz, assim esta identidade cultural comum não se agarrou apenas a factos históricos beligerantes que marcaram desde sempre a posição europeia na sua busca pelo poder, ela sofre uma transformação porque está sempre sujeita ao “jogo” da história, da cultura e do poder.

No sentido de reforçar esta ideia recorreremos a Stuart Hall, teórico cultural que muito contribuiu para os estudos da cultura. Na sua obra “Cultural identity and diaspora” ele afirma que a identidade cultural é:

“a matter of ‘becoming’ as well as of ‘being’. It belongs to the future as much as to the past. It is not something which already exists, transcending place, time, history and culture. Cultural identities come from somewhere, have histories. But like everything which is historical, they undergo constant transformation. Far from being eternally fixed in some essentialised past, they are subject to the continuous ‘play’ of history, culture and power. Far from being grounded in mere ‘recovery’ of the past, which is waiting to be found, and which when found, will secure our sense of ourselves into eternity, identities are the names we give to the different ways we are positioned by, and position ourselves within, the narratives of the past.” (Hall, 1993: 394)

Dessa forma os povos da Europa também reviam em si aproximações de requinte e de excelência que marcaram os europeus ao longo de vários séculos, desde logo, um facto que os distinguia de outros povos, nomeadamente, “podemos ver que há um qualquer substrato que corresponde a essa identidade cultural e com ela identificamos instintivamente uma serie de valores ligados à cultura e que não surgiram noutras paragens” (Moura, 2013, 23). Neste contexto, a identidade cultural europeia transcende a identidade cultural de cada Estado membro europeu, constituindo-se num somatório de heranças, símbolos e valores comuns que lhe trazem a unidade na diversidade, consideremos que a unidade da cultura europeia reside justamente na sua “maneira de gerir as diferentes identidades regionais, nacionais, religiosas e culturais que a constituem, atribuindo-lhe um estatuto novo e tirando proveito dessa mesma pluralidade” (*Idem*, 61). Faz-se ainda notar que essa identidade comum é mais perceptível numa lógica internacional e externa, dando motivo para uma comparação com outras grandes “culturas”, como a oriental ou africana, compreendendo assim que também através das suas manifestações artísticas ela ajudou a moldar o paradigma mundial, sublinhando que “fosse qual fosse a sua controversa utilidade, a arte sempre acabou por espelhar e também transformar o mundo [...] todo este processo é característico de uma dinâmica da própria identidade europeia. Em nenhuma outra área do mundo ocorreu algo de semelhante” (*Idem*, 73) Por outro lado, a religião é um fator de grande importância no que diz respeito à identidade europeia, sendo esta sustentada por uma base religiosa comum, notando para o efeito que a “a identificação da Europa com a cristandade ocidental fornece um critério claro para a admissão de novos membros das organizações ocidentais” (Huntington, *idem*, 187). Nesse sentido, os povos da União têm características muito próprias, reconhecendo-se mutuamente nas questões ligadas à tolerância e interações baseadas em pressupostos de paz e igualdade que se pautam por uma necessidade de transcendência que têm mais que ver com determinadas escalas de valores [...] a dignidade, a solidariedade, a igualdade civil e de oportunidades, na sua combinação com um sentido do Direito e da justiça, e no quadro de uma concepção democrática da organização de Estados” (Moura, *idem*, 21-22). Estamos em crer que, na verdade, existe dentro do seio da União uma diversidade cultural dentro de uma matriz comum e nesse sentido a Europa confronta-se com várias perspetivas diferentes, notando que “trois europe se sont alors confrontées: celle d'un empire qui prolongue dans sa decadence le reve d'une federation des nationalités; celle d'un autre empire qui, vaincu, va renaître du mythe d'une race supérieure; celle de sans-patrie, des cosmopolites, qui devra se transporter aux États-Unis pour y faire la

force et le rayonnement des grandes universités. cette troisième europe, celle des persecutés, des rejetés, est la seule qui se soit épanouie hors du sol natal. cela donne à méditer à la fois sur la fécondité de l'Europe et sur le mauvais usage des identités nationales”(Domenach, 1990, 61).

2.2. A presença direta do setor cultural nas Instituições, organismos e agências da UE

Conforme analisado anteriormente, atendendo ao facto de não se tratar de um Estado e de ser um ator não convencional, a UE varia num complexo sistema de instituições supranacionais independentes e de decisões intergovernamentais negociadas entre os seus Estados-membros. Assim, a composição de um conjunto de instituições, agências e outros organismos que regulam as ações dos seus países membros em várias áreas são a maior referência legal da União e dentro desse vasto campo de atuação encontramos a vertente cultural. A par das regulamentações efetuadas pela UE existem também outros atos legislativos, referimo-nos portanto a diretivas, recomendações, decisões, pareceres e decisões – alguns destes atos têm caráter vinculativo e outros não, alguns aplicam-se a todos os Estados membros, outros apenas a alguns. Contudo, nenhum destes se sobrepõe aos Estados que detêm soberania, notando para o efeito que “as instituições da União apenas podem adotar estes atos jurídicos se uma disposição dos Tratados lhes conferir poder para tal [...] classificando-as em três categorias, nomeadamente, as competências exclusivas, as competências partilhadas e as competências de apoio, sendo que a UE adota medidas destinadas a apoiar ou complementar as políticas dos Estados-Membros” (Parlamento Europeu, 2014b). Nesta coerência institucional existe, para o efeito, um conjunto de medidas abraçadas pelas instituições, organismos e agências no sentido de fomentarem a cultura no plano interno mas também externo.

Assim, verifica-se que através Parlamento Europeu existe a Comissão da Cultura e da Educação que “é responsável por todos os aspetos culturais da União, nomeadamente a difusão da cultura, o património cultural, a diversidade cultural e linguística, assim como a educação, a política audiovisual, os aspetos culturais e educacionais da sociedade da informação, a juventude e os desportos.” (Parlamento Europeu, 2013) onde, por um outro lado, está

vocacionada também para a educação, incluindo a área do ensino superior europeu e a promoção do sistema de ensino europeu. Esta comissão prevê ainda uma política em relação ao audiovisual, à juventude, ao desporto e lazer e de informação, e dos meios de comunicação. Uma outra característica assaz importante no âmbito deste exercício remete-nos para as questões externas, fazendo notar que "cooperação com os países terceiros nos domínios da cultura e da educação e relações com as organizações e instituições internacionais relevantes" (*Ibidem*), evidenciando assim o seu papel além das suas fronteiras.

Junto ao Conselho da União Europeia existe também o programa Educação, Juventude, Cultura e Desporto (EJCD), sendo composto pelos Ministros com a tutela da educação, da cultura, da juventude, dos meios de comunicação social, da comunicação e do desporto de todos os Estados-Membros da UE e "reúnem-se três ou quatro vezes por ano" (Conselho da União Europeia, 2014), com efeito, este é um processo ensimesmado, ou seja, voltado para uma dinâmica mais interna cuja função será a de "enquadrar a cooperação entre os Estados-Membros, efectuada nomeadamente através do intercâmbio de informações e de experiência sobre questões de interesse comum [...] e completa a acção [...] através de programas de apoio" (*Ibidem*) conferindo-lhe, desta forma, a atribuição de um papel central uma vez que este adota medidas quer de incentivo, quer de recomendações.

Numa outra intervenção de âmbito cultural, a Comissão Europeia contribui para que o domínio da cultura se afirme cada vez mais na Europa e no mundo, ela concebe importantes programas de apoio à área cultural como é o caso do Programa Cultura cujo último quadro esteve previsto entre os anos de 2007 e 2013, sendo apoiado com um "budget of €400 million for projects and initiatives to celebrate Europe's cultural diversity and enhance our shared cultural heritage through the development of cross-border co-operation between cultural operators and institutions." (Enterprise Europe Network, 2010) ou o programa Media, onde "It helps to launch projects with a European dimension [...] works to find markets beyond national and European borders" (*Ibidem*) e o Media Mundus, cujo "budget of EUR 15 million from 2011-13 [...] explore ways of reinforcing global cooperation between EU and non-European professionals [...] to their mutual benefit" (*Ibidem*). Neste contexto, os programas destinados à cooperação *cross-border* também vão contribuir para as suas relações culturais externas, onde para isso se conta com os países mais a leste e cuja fronteira se confronta com a Rússia, como no caso da cooperação "South East Finland/Russia", cuja elegibilidade se circunscreve à

Finlandia (UE) e à Rússia, detendo um orçamento de € 36,185M e a sua prioridade centra-se no desenvolvimento económico para “strengthen local and regional sustainable economic development in the programme area: SME and business development” (EEAS, 2007, 3) mas também dá primazia ao setor cultural no sentido de “organize common cultural and sports events and bring together people from the programme area [...] to promote cultural diversity and increase the co-operation between cultural institutions” (*Ibidem*). Num mesmo sentido de apoiar projetos culturais através da política transfronteiriça destaca-se ainda o “Kaliningrad Programme” cuja elegibilidade pertence aos domínios da Lituania-Polónia-Rússia, com a ambição de “contributing to solving common problems and challenges” (*Idem*, 5), contando uma vez mais com um orçamento -€132.130 M- que contempla a área da cultura, desenvolvendo “solutions to improve the accessibility of educational centres [...] strengthening social and cultural integration of border territories” (*Ibidem*).

Nestes exemplos constatamos que existe a preocupação de, também através da política transfronteiriça se verificar a presença cultural e inclui-a numa dimensão externa que, não obstante, também promove a cooperação entre vários atores. Nessa mesma medida, o papel da União consiste em complementar os projetos por via de financiamento direto para o propósito da lógica internacional (além-fronteiras) da difusão cultural da União, condiderando que “thirty-two projects involving cultural cooperation with third countries [...] have been supported involving around 200 (140 organisations in European countries and 60 organisations from third countries) [...] this strand makes an important contribution to [...] promoting culture as a 'vital element in the Union's international relations" (Rampton & McCoshan, 2010, 8). Os valores apresentados pelo programa Cultura entre os anos de 2007 e 2009 podem ser analisados no seguinte quadro¹³:

¹³ FONTE: Rampton & McCoshan, 2010, 9. http://www.programculture.cz/media/document/final-report-interim-evaluation-2010-by-ecorys_en.pdf

Fig 1: Valores apresentados pelo programa Cultura entre os anos de 2007 e 2009

Strand	2007	2008	2009	TOTAL
Multi-annual cooperation projects (1.1)				
No. of projects	10	11	9	30
No. of organisations involved (all)	Min. 60	120	101	Min. 281
Funding allocated	€17.3m	€16.6m	€16.7m	€51m
Co-operation projects (1.2.1)				
No. of projects	78	92	87	257
No. of organisations involved (all)	324	410	429	1163
Funding allocated	€12m	€15.3m	€15.4m	€42.7m
Cultural co-operation with third countries (1.3.1)				
No. of projects	13	7	14	34
No. of European organisations involved (all)	57	26	45	128
No. of third country	25	14	24	63

partners				
Funding allocated	€1.9m	€1.3m	€2.1m	€5.3m
Target countries	China, India	Brazil	EU neighbourhood and EU eligible third countries*	

Note: Years refer to financial years.

*Armenia, Belarus, Egypt, Georgia, Jordan, Moldova, occupied Palestinian Territory and Tunisia

Como já antes teria sido abordado, sabemos que entre 2014-2020 existirá um programa único que fundirá os programas Cultura/Media/Media Mundus, passando a chamar-se “Europa Criativa” e que estará dividido em dois subprogramas: Cultura e Média, cujo orçamento “deverá afectar mais de 900 milhões de euros de apoio ao cinema e ao sector audiovisual [...] e quase 500 milhões de euros à cultura.” (Comissão Europeia, 2011d). Desta forma, as candidaturas são efetuadas e serão avaliadas por “peritos independentes, numa primeira abordagem de forma individual, seguido por uma reunião conjunta [...] segue-se uma reunião com os membros da Comissão Europeia, para formalmente serem ordenados os projectos de acordo com a sua avaliação” (Comissão Europeia, 2014g). Não tendo ainda dados concretos sobre o resultado do impacto deste programa – como aconteceu com a tabela anterior – mostramos a seguinte tabela¹⁴ com o financiamento previsto para apoio de projetos a partir de 2014.

Fig. 2: Financiamento previsto para apoio de projetos a partir de 2014

Duração	Custo do projeto	Percentagem
Até 24 meses	Igual ou inferior a €750.000	70% (30 dias)
Superior a 24 meses	Igual ou inferior a €750.000	1º = 50% (30 dias) 2º = 30% (mediante pedido acompanhado de relatório. Só será feito se 70%

¹⁴ FONTE: http://www.europacriativa.eu/_projectos_de_cooperacao_europeia

		do 1º pagamento tiver sido utilizado)
Até 24 meses	Superior a €750.000 e inferior ou igual a €2.000.000	50% (30 dias)
Superior a 24 meses	Superior a €750.000 e inferior ou igual a €2.000.000	1º = 50% (30 dias) 2º = 30% (mediante pedido acompanhado de relatório. Só será feito se 70% do 1º pagamento tiver sido utilizado)

Seguindo a mesma coerência institucional, o Comité das Regiões também apoia o setor cultural através da Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Investigação (EDUC) que pretende contribuir para a afirmação de um crescimento inteligente, inclusivo e ecológico no seio da EU. Note-se que esta comissão apoia as autoridades locais e regionais a cruzarem ou a estabelecerem ligações com outras instituições que também se debruçam sobre o setor cultural, considerando assim que “the EDUC Commission provides a forum for representatives from local and regional authorities to provide input to other European Institutions and exchange good practices in these fields” (Comité das Regiões, 2013). A sua missão, não obstante a proporcionar um quadro de cooperação entre os Estados membros a um nível mais interno, também investe no favorecimento da cooperação com países externos, considerando que “favorecemos a cooperação entre os órgãos de poder regional e local dos Estados-Membros, mas também com os seus homólogos dos países candidatos, dos países potenciais candidatos, dos países vizinhos e dos países terceiros, no âmbito da estratégia de alargamento, da política de vizinhança e da política de desenvolvimento” (*idem*, 2009, 2)

Por outro lado, no sentido de acompanhar e gerir os programas de incentivo, foi criada a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA) que entrou em funcionamento em 2006 onde, apesar de ter personalidade jurídica própria, ela depende de três Direções-Gerais da Comissão Europeia, onde se inclui a Direção-Geral da Educação e da Cultura (EAC), a Direção-Geral da Comunicação (COMM) e o Serviço de Cooperação EuropeAid,

responsável pela programação, avaliação e definição das suas políticas em matéria cultural. Consideremos assim que a grande missão do EACEA é a de “assegurar a execução de diversas componentes [...] nos domínios da educação e formação, cidadania ativa, juventude, audiovisual e cultura” (EACEA, 2014).

2.3. «Economia cultural» ou a «economia da cultura»? A cultura como bem material

Sendo duas áreas aparentemente distintas e em muitos casos até de improvável ligação a economia e a cultura vem ganhando terreno no sentido da complementaridade. Nesse sentido, tanto a classe política, como a classe académica usam com frequência o termo «economia cultural» ou «economia da cultura» que, a rigor, são sinónimos para se referirem às questões económicas que gravitam em torno das políticas culturais. Consideramos assim que “«Economia cultural» é a aplicação de análise económica a todas as artes criativas e cênicas, às indústrias patrimoniais e culturais, sejam de capital aberto ou fechado. Ela se preocupa com a organização económica do setor cultural e com o comportamento dos produtores, consumidores e governos nesse setor” (UNCTAD, 2014, 5).

No entanto, o desenvolvimento de uma abordagem estratégica do setor cultural no quadro das relações externas da EU incide não só na economia mas também sobre outras matérias, não se cofinando a um reduto limitado de hipóteses. Constata-se que a cultura interliga-se com outras disciplinas tão variadas que se podem enquadrar tanto num contexto político, económico ou diplomático, alcançando assim maior impacto tendo em conta o seu potencial material, promovendo as “relações comerciais com a circulação dos bens e serviços culturais” (Conselho da União Europeia, 2013, 2) construindo, ao mesmo tempo uma identidade, ou seja, uma identidade baseada numa sociedade de conhecimento. Constatamos assim que:

"many recent studies have shown that the cultural and creative industries (CCIs) represent highly innovative companies with a great economic potential and are one of Europe's most dynamic sectors [...] furthermore, cultural contents play a crucial role in the deployment of the information society, fuelling investments in broadband infrastructures and services [...] CCIs are also important drivers of economic and social innovation in many other sectors. Exposure to culture also stimulates creativity in individuals and workers, which is increasingly important in a knowledge-based society ." (Comissão Europeia, 2011, 1-2b)

Por um outro lado, os setores cultural e criativo são entendidos como fazendo parte do “domínio de “vantagem comparativa” para a Europa” (Conselho da União Europeia, *idem*) graças à sua especialização e enfoque sobre esta matéria, mostrando-se assim como uma valência para a estimulação da economia onde, para o efeito deverá “maximizar o contributo dessa vantagem para as relações externas no contexto de uma economia mundial – e de um mundo – em rápida mudança” (*Ibidem*).

Faz-se sentir ainda que no mundo contemporâneo existe uma responsabilidade cultural enquanto fator de estímulo à economia, considerando-se assim que a “arte e a cultura passaram a estar sujeitas ao modelo do pensamento económico ou, por outras palavras, um período em que a economia começou gradualmente a interessar-se pela arte e pela cultura” (Vilar, 2007, 131), dando assim início ao conceito «economia da cultura», ou seja, o princípio pelo qual a “cultura e as suas diferentes manifestações podem ou devem ser interpretadas em termos e segundo modelos económicos” (*ibidem*). Com efeito, a rápida mudança que se faz sentir e, por outro lado, a consciência do peso que este setor poderia ter, conduziram à introdução de um “mercado de bens e serviços culturais, de um emprego em actividades culturais e, sobretudo, de um valor económico dos bens culturais” (*Ibidem*), tornando-se assim num ramo da economia “que integra a criação, a distribuição e o consumo de obras de arte [...] ligada sobretudo às Belas Artes, às artes decorativas, à edição, à música e aos espetáculos ao vivo. A partir [...] do século XX, alargou-se a outras actividades culturais, o cinema, a edição de livros ou de música, e à economia das instituições culturais, os museus, as bibliotecas, os monumentos e sítios históricos” (Manso, 2007, 20).

Notamos assim que estas dinâmicas são geradoras de riqueza por se centrarem no capital intelectual e cuja transversalidade é imensamente abrangente nos seus domínios de intervenção argumentando-se que “a Economia da Cultura é estratégica: pelo seu dinamismo; pela geração de produtos com alto valor acrescentado”, (*idem*, 2012, 22). Assim sendo, é nesse contexto que importa esclarecer esta dimensão mais material para além da dimensão normativa sobre a qual já nos debruçamos anteriormente. Numa perspetiva externa da dimensão cultural a UE tem objetivos estratégicos que ultrapassam aqueles que se direcionam especificamente à cultura, ou seja, existe uma perspetiva mais abrangente do setor cultural enquanto meio difusor de normas e valores para os interligar diretamente com as políticas mais clássicas, neste caso, objetivos económicos. Assim, “los intercambios culturales y las acciones de cooperación cultural

a escala mundial, junto con el diálogo intercultural, son esenciales no sólo para acercar a las personas, reforzar el papel de la sociedad [...] sino también para reforzar la importancia económica de los sectores culturales.” (Comissão Europeia, 2009), criando assim um novo segmento de mercado com muito potencial económico, considerando que “indicators and data on the cultural sector, as well as operational activities have underscored that culture can be a powerful driver. [...] Cultural sector’s contribution to the economy and poverty alleviation”, argumentando ainda sobre a interligação com outros setores para a condução de uma imagem renovada das sociedades “cultural heritage, cultural and creative industries, sustainable cultural tourism, and cultural infrastructure can serve as strategic tools for revenue generation” (UNESCO, 2012, 3). As medidas adotadas de forma transdisciplinar, ou seja, aqui entendidas como aquelas que fazem o cruzamento entre os aspetos culturais e audiovisuais são uma forma de potenciar a cultura mas também uma forma de potenciar a economia com os países externos às suas fronteiras, onde “além do aspecto cultural, o sector audiovisual europeu possui igualmente um forte potencial social e económico [...] tem por objectivo tornar a economia da UE na economia mais competitiva e mais dinâmica do mundo ” (Comissão Europeia, 2007a). Sobre esta matéria será importante e conveniente reforçar a ideia de que a cultura gera emprego e, por conseguinte, gera riqueza que para esse efeito conta ainda com as indústrias criativas para reforçar tal papel, sublinhando que “as indústrias culturais e criativas europeias contribuem para o crescimento económico, o emprego, a inovação e a coesão social.” (Comissão Europeia, 2013c). Esta junção faz sentido na medida em que se considera que o setor cultural é promotor de criatividade e inovação capaz de se desenvolver em qualquer esfera económica, sublinhando para o efeito que a cultura "is embedded in networks that are interwoven with the creative industries; it develops human capital skills that can be applied in the creative industries and beyond; it includes organisational models and practices that can be used in industry and other domains; it is an attractor of creative individuals and dynamic businesses" (Culture Action Europe, 2008). Vejamos, pois, a figura 3¹⁵ de forma a melhor compreender como se agrupam os setores e subsetores geradores de economia da indústria cultural e criativa:

¹⁵ FONTE: KEA, 2006: http://ec.europa.eu/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf

Fig.3: Setores e subsetores geradores de economia da indústria cultural e criativa

Esfera	Setores	Sub setores	Caraterísticas
Artes nucleares	Artes visuais	Artesanato/Pintura-escultura-fotografia	-Atividades não industriais
	Artes performativas	Teatro-dança-circo-festivais	-Protótipos e "obras potencialmente protegidas pelos direitos de autor", ou seja, estes trabalhos têm um alto caráter de criação que está consagrado nos direitos de autor, mas eles não são, porém, de forma sistemática direitos de autores, como é o caso da maioria dos trabalhos artesanais, realização de produções artísticas e artes visuais, etc).
	Herança	Museus-bibliotecas- locais arqueológicos- arquivos	
Indústrias culturais	Filmes e vídeo		-Atividades industriais voltadas para a reprodução em massa.
	Televisão e rádio		
	Vídeo jogos		
	Música	Mercado de música gravada	-Outputs baseados em direitos de autor.

		- Ao Vivo Apresentações de música – receitas de sociedades de gestão colectiva setor musical	
	Livros e imprensa	Publicação de livros, revistas e imprensa	
Indústrias criativas	Desenho	Design de moda, design gráfico, design de interiores e design do produto	-As actividades não são necessariamente industriais, e pode ser protótipos. -Os outputs são baseados em direitos de autor, podem incluir outros inputs de propriedade intelectual (marcas registradas, por exemplo). - O uso da criatividade (habilidades criativas e pessoas criativas originária do campo das artes e do campo das indústrias culturais), é essencial para o desempenho desses setores não
	Arquitetura		
	Publicidade		

			culturais.
--	--	--	------------

Indústrias relacionadas	Fabricação de computadores, mp3, indústria móvel, etc.	- Esta categoria está isolada e é impossível de se circunscrever numa base de critérios objetivos.
		- Trata-se de muitos outros sectores económicos dependentes das "esferas" anteriores, como o caso das TIC

 Setor cultural

 Setor criativo

Num outro sentido, a dimensão cultural externa da União vê assim o seu papel reforçado pela vasta área que abrange os setores e subsetores acima referidos verificando-se que a «indústria cultural» centra-se num “conjunto de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis” (Lima, Franca e Matta, 2006, 3). Por um outro lado, ao assumirmos o termo «indústria criativa» constatamos que ele surge nos anos 1990, para designar setores nos quais a criatividade é uma dimensão essencial do negócio (Bendassolli, et al., 2009), porém, num relatório elaborado por Augusto Mateus inspirado no Creative Industries Task Force 1998¹⁶ designa de «indústrias criativas» “as actividades que têm a sua origem nas competências e nos talentos criativos individuais e que têm um potencial de criação de riqueza e de emprego através da geração e valorização da propriedade intelectual” (Mateus, 2010: 15).

¹⁶ Iniciativa da administração de Tony Blair para estimular as indústrias criativas no Reino Unido

Assim, e tendo em conta os dados disponibilizados, tudo o que gira em torno das atividades culturais e criativas assinalaram um crescimento na taxa de empregabilidade deste mercado na UE, fazendo sentir que “este setor representa cerca de 4,5% do PIB europeu e emprega cerca de 3,8% da mão-de-obra da UE (8,5 milhões de pessoas) [...] o emprego nas indústrias criativas registou, em média, um aumento anual de 3,5% durante o período de 2000-2007, contra 1% de aumento em toda a economia da EU” (Comissão Europeia, 2013c) e no período de 2004-2009 o impacto externo foi ainda maior considerando que "in 2009, the EU-27 exported more cultural goods to the rest of the world than it imported, recording a trade surplus of around EUR 1.9 billion. The main products exported and imported were books and works of art [...] the highest export/import ratio was recorded for newspapers, journals and periodicals"(Comissão Europeia, 2011c, 111). Nesse sentido, destacamos dois países que são dos maiores contribuidores para a dinâmica das importações e exportações de bens culturais da imprensa escrita «jornais e revistas» onde, por um lado temos a Rússia e por outro lado o Brasil, dois atores que serão aprofundados oportunamente mais à frente no decorrer deste trabalho, ainda assim salientamos que os "newspapers, journals and periodicals exported by the EU to the rest of the world went to neighbouring countries: [...] 18% to Russia. Conversely, 37% came from Switzerland, Croatia, Norway, Russia, Serbia, Brazil and Turkey" (*Ibidem*). Para melhor percepção do impacto económico do comércio externo de bens culturais, verifiquemos a figura 4¹⁷ abaixo indicada.

¹⁷ FONTE: http://www.acpcultures.eu/upload/ocr_document/CE-Eurostat_CulturalStatistics_2011.PDF

Fig. 4: EU-27 ⁽¹⁸⁾ external trade in cultural goods in million EUR, 2009

Cultural goods	Statistics on trade of cultural goods in million EUR		
	Export	Import	Balance Ratio Exp/Imp
Books	2 221	1 651	570 1.3
Newspapers, journals and periodicals	718	194	524 3.7
CDs	153	65	88 2.4
DVDs	421	146	275 2.9

Musical instruments

Pianos	64	87	23 0.7
Guitars, violins, etc.	45	127	82 0.4
Clarinets, trumpets, keyboards, etc.	107	98	9 1.1
Percussion	25	82	57

¹⁸ (1) EU-27: excluding intra-EU trade

Instruments			0.3
Electronic instruments	40	350	310 0.1
Musical boxes	7	15	9 0.4
Parts and accessories	107	157	51 0.7
Total	394	917	523 0.4

Works of art, collectors' pieces and antiques

Paintings	1 770	1 181	589 1.5
Engravings	54	48	6 1.1
Sculptures	574	243	332 2.4
Postage stamps	37	32	5 1.2
Collections	141	334	193 0.4
Antiques	471	244	227 1.9
Total	3 047	2 082	965 1.5
Total of cultural goods	6 955	5 055	1 899 1.4

A relação entre criatividade/cultura/economia vêm-se como elementos dependentes que contribuem para ajudar a UE cujo desiderato se revela ser cada vez mais competitiva no palco mundial, criando para esse efeito a já mencionada estratégia «Europa 2020», contando com o setor cultural e criativo para estimular a própria dinâmica económica, notando que “cultural and creative industries are in a strategic position to promote smart, sustainable and inclusive growth [...] which is the EU's growth strategy for the coming decade [...] some EU regions have been very good at tapping into this extraordinary potential as a way to promote socio-economic development” (Comissão Europeia, 2012).

Como vimos, apesar de uma forte componente simbólica que tanto caracterizam as manifestações de âmbito cultural é possível atribuir-lhe ao mesmo tempo um valor material, gerando riqueza e, por conseguinte, colocando-a na esfera da economia, considerando assim que “as atividades culturais destacam-se pela sua natureza múltipla, sendo simultaneamente económicas e culturais no sentido estrito” (Dantas, 2007, 136). Dessa forma, verifica-se que estes dois setores convergem pelo interesse mútuo – cultural e económico, destacando que “os produtos e serviços que incorporam sentimentos, valores, convicções, identidades e estética e pelos quais os consumidores estão dispostos a pagar um preço extra é de crucial importância para as empresas e para a competitividade industrial” (*Idem*, 137). Sob uma outra perspetiva, a cultura pode desencadear novas oportunidades de negócio e criar impacto noutros setores cuja dinâmica reverte abonatoriamente para o consumo de outros bens e serviços, entendendo que “as artes atraem o turismo; a deslocação a eventos artísticos propicia despesas noutros bens e serviços” (*Idem*) como no caso do turismo, restauração, transportes ou hotelaria, considerando a hipótese de que “muitas atividades culturais são competências transferíveis” (Klaic; apud *ibidem*). Contudo, entende-se também que o setor cultural e criativo é um indutor de inovação “cujos efeitos positivos não se limitam apenas às esferas cultural e criativa, mas estendem-se também a vários setores da economia” (Parlamento Europeu, 2013, 16).

2.4. Diplomacia cultural: o diálogo da amizade

Um dos argumentos contributivos para este capítulo centra-se no fenómeno da crescente globalização que se assiste no mundo contemporâneo, onde as pessoas viajam e interagem de forma cada vez mais rápida, como consequência disso descobre-se um mundo

onde as nações são cada vez mais interdependentes e na perspectiva do Institute of Cultural Diplomacy (ICD) uma “successful inter-cultural interaction will undoubtedly become a major challenge for international relations in the 21st century” (ICD, 1999). Notemos que, a título internacional, a Europa mantém laços com outros países, muitos deles carregam uma forte ligação histórica e cultural, não obstante, através do processo de globalização, essas ligações começam a ser redefinidas por via de um inevitável processo de mudança. Considerando que “important players in international cultural relations, from the United States [...] to some of the most important emerging countries, such as Brazil” (ENCATC, 2014, 2) são uma prioridade – a par de outros - para as relações externas da UE. Nesse sentido, o diálogo é um instrumento que melhor servirá estas relações, promovendo uma maior confiança e compreensão no sentido de reduzir conflitos, argumentando para isso que “inter- and intra-cultural relations can be strengthened and maintained through dialogue [...] to a better understanding and greater trust between cultures, prevent misunderstanding, improve communication and cooperation and help to reduce the likelihood of socio-cultural conflicts” (ICD, *idem*).

Nesse contexto mostra-se imperativo relacionar o diálogo com outras práticas, ou seja, conjugá-lo com atividades que são normalmente tidas como referência no campo das RI. Desde logo, a diplomacia surge como uma das práticas políticas mais recorrentes na relação entre atores, contendo “vários elementos fundamentais em que se decompõe a actividade diplomática. [...] a) representação; b)protecção; c) informação; d)promoção e e) negociação” (Magalhães, 1991, 23). Com efeito, estes são os princípios base na dinâmica da diplomacia tradicional, porém, é visível que alguns destes elementos vão de encontro às já estabelecidas normas que regem o setor cultural europeu, como no caso da promoção e proteção (b) do património cultural. Assim, fala-se de diplomacia como sendo “a gestão das relações entre Estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais” (Bull, 2002, 187) onde, por outro lado há quem considere a diplomacia como sendo um conceito de difícil compreensão, apesar de ir de encontro à visão anterior, considerando assim que “diplomacia é um termo ambíguo. usa-se muitas vezes para designar a política internacional, a política externa ou até para designar atitudes comportamentais, como a cortesia ou a habilidade – na versão mais amável” (Neves, 2014, 25). Ainda numa outra aceção, verificamos que a diplomacia se opõe ao uso da força, considerando que ela é a ação que “llevan a cabo los estados para que las relaciones entre ellos no se instrumenten a través de las presiones, de la amenaza del uso o del uso de la fuerza” (apud Petrella, 2014, 27). Desta forma,

constata-se que é necessário um compromisso por parte dos Estados/atores para compreender as diferenças entre eles e, como tal, o papel da diplomacia pode ser a única forma de estabelecer as pontes necessárias para uma relação social, internacional e promissora, baseada na pacificidade e através do diálogo e de agentes próprios e adequados, contribuindo para uma dinâmica que consagre comportamentos de tolerância e compreensão veiculando a cooperação e os entendimentos. Nesse sentido, mostra-se urgente que “el diplomata de hoy debe [...] estar siempre insustituiblemente bien informado [...] esse conocimiento le permitirá centralizar e coordinar el flujo de intereses [...] sobre los requerimientos políticos, culturales y comerciales que son la amalgama que fortalece toda relación seria y estable entre países” (*Idem*, 29).

Assim, o grande desafio com que a diplomacia se digladija centra-se essencialmente “numa conjugação de alterações comportamentais” (Neves, *idem*) e, nesse sentido, a diplomacia cultural mostra-se como um instrumento político utilizado *stricto sensu* ao serviço do *soft power* que, por sua vez, se vai agilizando com outras políticas, especialmente com aquela que aqui nos ocupa, a política externa. Assim, “the increasingly interconnected world stage highlights the need for co-operation on a new level. this is where the role of Soft Power as a form of cultural diplomacy becomes significant” (IDT, *idem*) e, segundo Marietje Schaake¹⁹, “a diplomacia cultural é cada vez mais utilizada como um veículo de promoção de valores”(2010) vindo, em parte, corroborar com a visão do IDT, afirmando que:

“Cultural Diplomacy may best be described as a course of actions, which are based on and utilize the exchange of ideas, values, traditions and other aspects of culture or identity, whether to strengthen relationships, enhance socio-cultural cooperation or promote national interests.”(IDT, 1999)

Sendo a diplomacia cultural (DC) utilizada numa lógica de troca de ideias, valores e tradições, podemos então considerar que ela é fundamental na aceção global do próprio conceito de diplomacia, ou seja, ela implementa-se para todas as outras áreas onde o contacto internacional existe, seja pelos atores públicos seja pelos privados, considerando-se que a “diplomacia cultural, no entanto, vai muito além: ao lograr objectivos culturais - tarefa em si mesma fundamental – facilita por via indireta, a consecução de objetivos políticos, comerciais, económicos e quaisquer outros a que a política externa de um país se proponha” (Ribeiro, 2011, 43). Como analisado anteriormente, sublinhamos a ênfase retórica dada à área cultural por

¹⁹ Eurodeputada

parte dos agentes da UE, reconhecendo mesmo que esta é uma “arma” ao serviço do *soft power* capaz de unir ou desunir os povos, sugerindo que “there is a strong history of cultural diplomacy both within Europe and between Europe and the wider world” [...] explore incentives for joint action and reveal possibilities for achieving synergies and coordination [...] best practices and effective cooperation” (European Commission, 2014a), indo de encontro à sua cartilha normativa, tornando-o num ator que transforma a sua DC como um bem cujas características são baseadas num espírito único e inigualável.

Se falarmos da diplomacia cultural no seio da UE num contexto de Estados nação, compreendemos que uma grande parte das ações empreendidas por esses eles são, na maioria das vezes, um sucesso de integração cultural. Façamos pois um reparo a algumas instituições que mostram ser um dos principais motores na cooperação e na divulgação das culturas nacionais que mantêm ligações a outros países, especialmente, através de acordos bilaterais. Assim, o primeiro país a adotar aquilo a que se pode considerar uma diplomacia cultural foi a França, sublinhando que ela “foi pioneira ao incorporar a cultura em favor de sua política externa [...] nos reinados de Luís XIII e XIV, que prestaram apoio aos missionários e, através deles, difundiu a língua e cultura francesas na Europa, tornando o francês, ao final do século XVIII, a língua da nobreza e dos intelectuais” (Bijos e Arruda, 2010, 36). Contudo, esta ambição francesa em ser a timoneira de uma ordem cultural europeia considerou-se fruto do «narcisismo» que era quase invisível aos olhos forasteiros estando, porventura, o segredo de tal êxito – de cultura universal – relacionado não com um pretensioso sentimento de superioridade mas sim de um espírito próprio e característico, argumentando que “com a sua sublime pretensão à universalidade, por ser crítica do particularismo alheio e próprio [...] ia construindo, sem o saber, as condições da única Europa possível” (Lourenço, 2005, 20). Mas na verdade a França sempre conseguiu fazer da sua cultura uma força e, quando Charles De Gaulle chegou ao poder em 1958, fez duas alterações de grande importância. A primeira foi fazer com que a nova constituição retirasse poderes ao parlamento e aumentasse os do presidente e do governo, tornando a 5ª república num regime semi-presidencial (Looseley, 2001, 2), a segunda foi criar um departamento orientado completamente para as artes e cultura visando a sua democratização, tendo como figura de proa o escritor e intelectual André Malraux. Nesse sentido, “two new duties of the state were added to the original ones of preservation and training: encouragement to contemporary ‘creation’, the production and dissemination of new works; and democratization, putting an end to cultural inequalities by taking the arts to everyone. (*Ibidem*).

Eis que nascia assim o primeiro Ministério da Cultura europeu criado decorria o ano de 1959, levando a que em 1988 o Conselho Europeu tomasse o modelo francês como o indicado na avaliação de programas. Atualmente, o Ministério da Cultura francês está mudado, contudo, argumentava-se que o “French system is, ultimately, a «cultural monarchy»” (apud Looseley, *idem*), considerando que ela lançou as bases – através de Malraux- para a estratégia cultural na qual o país ainda rege a sua ação nesta área, ou seja, atua através de três premissas base que assentam na preservação (e formação), a criação e democratização. Hodiernamente a França conta com as instituições de âmbito cultural para uma melhor relação com os países externos, nomeadamente através do Instituto Francês que “est l’opérateur de l’action culturelle extérieure de la France” (Institute Français, 2011) e cuja missão será a de “contribuer au rayonnement de la France à l’étranger dans un dialogue renforcé avec les cultures étrangères et répondre à la demande de France dans une démarche d’écoute, de partenariat et d’ouverture” (*Ibidem*). No entanto, a França é ainda um exemplo em relação a instituições de âmbito cultural, primando por um número considerável de instituições oficiais, como sendo o caso da Organisation Internationale de la Francophonie, LatitudeFrance ou ainda a Alliance Française. Esta última destaca-se por a "premier réseau culturel mondial, avec 850 implantations dans 136 pays sur les cinq continents. Chaque année, près de 500 000 personnes, de tous âges, viennent apprendre la langue française [...] et plus de 6 millions de personnes participent à leurs activités culturelles" (Alliance Française, 2014).

Porém, existem outros exemplos europeus que também dão uso à sua DC por via de institutos culturais. No caso da Grã-bretanha é através do British Council que dissemina as suas relações culturais com o resto do mundo, com o objetivo de ‘promoting abroad a wider appreciation of British culture and civilisation [by] encouraging cultural, educational and other interchanges between the United Kingdom and elsewhere’ (British Council, 2014). Num mesmo sentido, a Espanha promove a língua espanhola [...] e outras línguas dentro do país que são oficiais em algumas regiões autónomas, (caso do Catalão, Basco e Galego) bem como ajudar a espalhar a cultura espanhola pelo mundo, por via do Instituto Cervantes que “es la institución pública creada por España en 1991 para la promoción y la enseñanza de la lengua española [...] y para la difusión de la cultura española e hispanoamericana” (Instituto Cervantes, 2014). Portugal, num mesmo espírito de promoção da língua e de relações culturais oficiais investe no “Instituto Camões, I. P.” (IC, I. P.), que é um “instituto público [...] dotado de autonomia [...] e prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros nas áreas da cultura e da

educação, sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros²⁰, cuja missão é a de “propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação [...] executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro” (Instituto Camões, 2014). Assim, o IC, I.P. cria um conjunto de estruturas externas e atua recorrendo à diplomacia, instrumento utilizado para fazer cumprir os seus objetivos, considerando que estas “articulam -se no estrangeiro com a rede diplomática e consular, de acordo com a orientação estratégica do IC, I. P.”²¹. Tendo em conta aquilo que nos ocupa, fazemos uma nota entre as relações estabelecidas entre Portugal e Brasil que com a intervenção do IC, I. P reuniram-se para assinar o “Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta” (2000), que surge em virtude da “convergência de objectivos e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e económicos”²², levando a cabo um desígnio que apenas seria possível recorrendo à DC.

Assim, estes casos acima descrito são exemplos de como funcionam os Estados membros quando falamos de DC, que não deverá ser confundido com as relações culturais, não obstante a que, quer a DC quer as relações culturais são sinónimo de troca com matriz no setor cultural, porém, a DC é exclusiva dos Estados onde assenta em tratados, convenções e programas de intercâmbios, de forma distinta as relações culturais podem ter origem no setor privado (Mitchell, 1986, 2). Nesse sentido, podemos concluir que, em relação à DC é que ela pode trazer valor acrescentado às relações externas da UE se continuar a preparar os seus diplomatas para que estes continuem a promover e a representar os valores europeus.

²⁰ Diário da República, 1.ª série — N.º 144 — 28 de Julho de 2009. P.4860- (2)

²¹ Idem, 4860- (5)

²² Diário da República — I Série-A n.º 287 — 14 de Dezembro de 2000. p.7172

CAPITULO III

A CULTURA EM AÇÃO: A UE E OS SEUS PARCEIROS ESTRATÉGICOS: O CASO DO BRASIL E DA RÚSSIA

3.1. As relações culturais UE-Brasil

Após o final da Guerra Fria - que oporia, pois, as duas superpotências E.U.A. e Rússia - o mundo transita de um mundo bipolar para multipolar, dando origem a nova ordem mundial, que teve grande impacto especialmente numa “das dimensões do relacionamento internacional, a cooperação, retoma uma maior importancia” (Fernandes, 2006, 23). Assim, notamos que a maior zona de conflito durante este período foi, ora na Europa (Alemanha), ora na Ásia (Coreia, 1950-53 e Vietname, 1965-1975), onde se nota que “os países da América Latina, em geral, não tiveram maior envolvimento nos grandes lances estratégicos da Guerra Fria” (Almeida, 2009, 4). Contudo é ainda de sublinhar que “o fim da guerra fria também veio alterar de forma total o quadro estratégico. Essa transformação repercutiu-se em todos os espaços geopolíticos” (Fernandes, *idem*), notando que o Brasil, apesar de se apoiar num quadro de cooperação que remonta à década de sessenta, ela " was expanded in the 1980s and 1990s and reinforced again since 2002" (Sousa, 2010, 1). O Brasil, desenvolve a sua cooperação oficial através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), uma estrutura que é tutelada pelo Ministério da Relações Exteriores (MRE) e cuja principal função é a de "negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais" (ABC, 2012).

A ABC congrega na sua estrutura quatro coordenações com finalidades focadas em cada objetivo, ou seja, por um lado avança-se com a Coordenação Geral de Administração e Orçamento Geral da ABC (CGAO) cuja função é a de "coordenar as atividades administrativas e orçamentárias da ABC (*Ibidem*), por outro a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD) e, considerando a sua estratégia externa, o Brasil “has entered into cooperation partnerships with South American, Caribbean and African countries as a means of seeking recognition and support for its global position and for initiatives like its lobbying

efforts for United Nations (UN) reform and a permanent seat in the UN Security Council” (Sousa, *idem*). Por um outro lado, e aquele que mais importa para as relações com a UE, existe ainda a "Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral (CGCB), cujos dados de 2011 nos indicam que ela vem contribuir para uma dinâmica acentuada especialmente com países europeus, notando que os "principais parceiros da cooperação bilateral foram: Alemanha (12 projetos), Japão (8 projetos), França (7 projetos) e Espanha (6 projetos)" (ABC, *idem*), destacando-se por via de um número considerável de projetos. Também a Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGCM) se mostra importante nesse sentido, uma vez que ela é "um dos principais instrumentos da participação ativa do Brasil em um sem-número de iniciativas internacionais" (*Ibidem*), atuando inequivocamente na fileira da frente juntamente com outros atores de destaque no SI, especialmente através da participação em ações como a "Agenda para o Desenvolvimento das Nações Unidas, da participação substantiva em Conferências mundiais (Rio/92, Cairo, Beijing, Monterrey, Johannesburgo e, no contexto contemporâneo, da Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, das Conferências da ONU sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo e da Conferência Rio+20)" (*Ibidem*) entre outras ações de igual destaque.

Dessa forma, destacamos o Brasil como ator internacional já que se atesta que "due to rising per capita income levels Brazil since the 1990s has been not just a recipient but also a provider of development cooperation" (Sousa, *idem*), transformando assim a sua atuação no contexto global como país emergente considerando que, no que respeita à designação «emergente», define-se como "países cujos mercados internos ganham enorme importância como parceiros comerciais, captam muito investimento estrangeiro, melhoram o nível tecnológico industrial das suas empresas, reduzem o risco de investimento, e passam a desempenhar um papel mais ativo nas instituições transnacionais e na economia global" (Silva, 2014, 38-39). Como consequência, os países que também pretendam ascender ao estatuto de nova potência mundial terão de estar dotados de um certo número de atributos que os elevem a tal estado. Para tal, as questões ligadas a "um território de escala continental, com mais de cem milhões de habitantes, economia forte e capacidades científicas e tecnológicas substanciais, forças armadas modernas, com armas nucleares e capacidades espaciais, cibernéticas e de projecção de forças, uma diplomacia experiente, um Estado forte e um regime político estável" (Gaspar, 2012, 92) são fatores determinantes que não estão ao alcance de todos os que

almejam essa posição. Alguns destes países candidatos nem sempre são possuidores de todos os atributos do poder, porém, deverão ter algumas características atrás mencionadas que se façam representar no sentido de justificar o epíteto. Notamos, no entanto, que um conjunto de países logrou alcançar tal estatuto que, após o surgimento do conceito «emergente», - no que se refere a países ou mercados – caiu em desuso para dar lugar ao acrónimo “BRIC”²³ representando assim os países que cresciam avidamente.

Sendo o Brasil um destes países considera-se que, apesar de não estar munido de capacidade nuclear militar é "uma grande democracia, tem uma economia forte e reservas impressionantes de recursos energéticos e matérias-primas" (*Ibidem*), fazendo dele um país concorrente ao estatuto de grande potência. Numa outra medida, o Brasil é igualmente uma potência regional, sendo a figura de proa da América Latina, estando na origem da Mercosul²⁴ (Mercado Comum do Sul) e da União das Nações Sul-Americanas, esta é uma organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul e que compreende a Mercosul e a CAN (Comunidade Andina das Nações). No entanto, é na Mercosul que o Brasil poderá desempenhar um papel de verdadeiro líder, apontando, nesse sentido, que “o Mercosul está aí [...] é claro que pode e deve melhorar [...] o Brasil tem que impulsionar essas mudanças [...] por seu tamanho e pelo o que representa hoje em termos de economia e desenvolvimento, o Brasil deve se portar como um líder na busca da integração" (Ipea, 2011). Continuamos dizendo que é importante reconhecer que, para o mundo, o Brasil está mais forte e “é candidato ao estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança e ambos estão, tal como a China, na primeira linha do G-20, que se tornou o centro da concertação das políticas económicas”(*Ibidem*). Vejamos também que economicamente brasileira se destaca positivamente, se considerarmos os dados sobre um estudo da Goldman Sachs onde defende que “stability should allow real GDP growth rates to move gradually towards Brazil’s potential rate

²³ As últimas previsões para os anos 2001-2002 sugeriam que um conjunto de países estava com uma economia mais saudável e com maior crescimento que o conjunto de países do G-7. Esses países eram o Brasil, Rússia, Índia e China. Assim nasce o conceito de “BRIC” em virtude da letra inicial de cada um destes países. (O’Neal, 2001) Posteriormente a África do Sul também entrou neste grupo, formando assim os BRIC’S.

²⁴ Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL e o dota de personalidade jurídica internacional. (Ministério das Relações Exteriores, idem)

of about 3.5%, which is near our BRICs potential growth rate of 3.7%" (Goldman Sachs, 2007, 75).

Por um outro lado, salientamos que o Brasil vê a sua posição internacional favorecida uma vez que mantém uma dinâmica interventiva, mantendo acordos multilaterais e bilaterais com vários países onde, como já constatamos, os parceiros com maior número de projetos no âmbito dessas relações são países pertencentes à UE, revelando assim grande proximidade, não obstante, à distância que os separa. De salientar neste contexto é também o facto de Brasil e UE serem parceiros estratégicos, a União vê assim o seu raio de influência aumentado, tendo em consideração que o Brasil se encontra, atualmente, numa posição global que a eleva ao mais alto nível das relações externas. Neste momento, o Brasil está também a fazer história já que – a par de outras potências -surge como um dos principais países na cena internacional, considerando-se ainda que tem mantido boas práticas como no caso da "agricultural research, which has transformed the country into a major exporter, the use of bio-fuel for road transport, and the emergence of Embraer as a high-technology aircraft manufacturer. In the social sphere, conditional cash transfers that target poverty and the success of the anti-AIDS policy provide useful lessons. A regulatory framework that helped Brazil withstand the shock of the global crisis, including the regulation of capital flows, and the issuance of domestic currency-denominated international bonds, which transfer currency" (Oxford University, 2011, XV).

A pujança económica brasileira poderá ser perspectivada como um fator de maior aproximação com a UE, considerando que esta última é detentora do título de maior potencia económica mundial, constatando que the "EU remains the largest economy in the world with a GDP per head of €25 000 for its 500 million consumers (European Commission, 2014b). Assim, procurando estreitar os laços com o Brasil, a Comissão Europeia lançou em 2007 um desafio no sentido de propor uma parceria estratégica e argumenta-se para o efeito que "o papel crescente desempenhado pelo Brasil na cena internacional, o seu peso a nível regional e os fortes vínculos bilaterais que existem entre o país e a Europa e propõe um certo número de iniciativas para reforçar as relações entre as duas partes no quadro de uma Parceria Estratégica" (Comissão Europeia, 2007b). Nesse sentido, as relações entre estes dois atores foram ganhando consistência à medida que cooperavam e, após a primeira Cimeira de Lisboa (2007), seguiram-se outras atuações institucionais relevantes tendo em vista uma maior integração e cooperação. Dessa forma, o passo seguinte foi o Plano de Ação Conjunta plurianual (2008-2011), levando-os

a desenvolver “uma relação reforçada entre os dois lados, incluindo a área das relações políticas. temas centrais da parceria incluem um multilateralismo efetivo, as alterações climáticas, a energia sustentável, a luta contra a pobreza, o processo de integração do Mercosul e a estabilidade da América Latina e da prosperidade” (EEAS, 2014). No seu seguimento surgiu um novo Plano de Ação Conjunta plurianual para o período entre 2012-2014, notando ainda que irão manter o estabelecido em 2007 através de “ reuniões anuais de Cúpula, focando os principais desafios globais como as alterações climáticas a crise financeira internacional, bem como a análise das situações regionais. Estes eventos têm sido muito bem sucedidos [...] fornecendo orientação e estímulo para uma cooperação intensificada” (*ibidem*). Notemos também que esta parceria foi ainda protagonizada pelo então presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, - um europeu que partilha a mesma língua do Brasil - versando que o “ Brasil é um parceiro importante para a UE. Não só partilhamos laços históricos e culturais [...] mas também a capacidade para dar uma contribuição decisiva para o tratamento de muitos desafios globais” (Comissão Europeia, 2007b).

Tendo por base as palavras de Durão Barroso, damos mote à abordagem das questões culturais partilhadas entre estes dois atores, centrando-se em programas orientados para uma ação conjunta nessa matéria. Assim, destaca-se o “Programa Conjunto no domínio da Cultura”, que teve o seu início em 2011 e vigorará até ao final de 2014, primando, acima de tudo, prima pela partilha e promoção dos princípios orientadores consagrados na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais²⁵. Mas, em rigor, as relações culturais seguiram um quadro de cooperação que se iniciou em 1992 com a “ EC-Brazil Framework Cooperation Agreement, seguindo-se o Country Strategic Paper 2007-2013, a EU-Brazil Strategic Partnership of 2007, a Joint Declaration of 2009, a Sectorial Policy Dialogue on Culture e o Joint Programme on Culture” (Smits, 2014, 22) sendo este último o mais recente, já

²⁵ Esta convenção foi promovida pela UNESCO e estabeleceu como principais objetivos “(a) protect and promote the diversity of cultural expressions; (b) to create the conditions for cultures to flourish and to freely interact in a mutually beneficial manner; (c) to encourage dialogue among cultures with a view to ensuring wider and balanced cultural exchanges in the world in favour of intercultural respect and a culture of peace; (d) to foster interculturality in order to develop cultural interaction in the spirit of building bridges among peoples; (e) to promote respect for the diversity of cultural expressions and raise awareness of its value at the local, national and international levels; (f) to reaffirm the importance of the link between culture and development for all countries, particularly for developing countries, and to support actions undertaken nationally and internationally to secure recognition of the true value of this link; (g) to give recognition to the distinctive nature of cultural activities, goods and services as vehicles of identity, values and meaning; (h) to reaffirm the sovereign rights of States to maintain, adopt and implement policies and measures that they deem appropriate for the protection and promotion of the diversity of cultural expressions on their territory; (i) to strengthen international cooperation and solidarity in a spirit of partnership with a view, in particular, to enhancing the capacities of developing countries in order to protect and promote the diversity of cultural expressions. (UNESCO, 2005).

que foi assinado em 2011 visando uma ação entre esse período e 2014. Contudo, no âmbito da Cimeira protagonizada em 2013 por estes atores ficou claro que os "leaders stressed the common cultural heritage of Brazil and the EU and reaffirmed their commitment to strengthening cultural cooperation for the benefit of their peoples" (*Ibidem*)

Assim, os ideais partilhados por ambos os lados em relação à cultura, enquanto veículo de valores que devem ser perseguidos e continuados são inequívocos, e na conceção da UE fica claro que existe "a common history, shared respect for human rights and ethnic, religious and cultural diversity [...] generating an increasing demand for a meeting of minds [...] driven by institutions from both sides" (European Commission, 2007a, 22). Por outro lado, o Governo brasileiro sublinha que "as relações culturais no campo internacional objetivam proporcionar maior compreensão e aproximação entre os povos [...] a cultura constitui uma maneira de criar um ambiente propício ao entendimento por meio do intercâmbio de idéias, experiências e patrimônios" (Ministério das Relações Exteriores, s.d.). Notamos, contudo, um caminho já satisfatório entre estes dois atores nas questões culturais considerando que na 7.ª Cimeira EU-Brasil, portanto, em 24 de Fevereiro de 2014, foram identificados cinco domínios prioritários na cooperação, sendo que um deles recai justamente sobre "os contactos entre os povos e os intercâmbios culturais" (Conselho Europeu, 2014). Sob uma outra medida, o Brasil também partilha a mesma visão em relação à cultura como sendo um bem material, sublinhando que "as atividades culturais são estratégicas e geram trabalho, emprego e renda, além de promover a inclusão social" (Governo Federal do Brasil, 2009), isto é, considera-se assim uma ferramenta capaz de gerar riqueza e, por conseguinte, desenvolver o crescimento económico para o país, afirmando que pretendem continuar a assegurar dinâmicas que se direcionem para políticas conducentes à criação de um "ambiente propício a uma economia cultural e criativa" (Comissão Europeia, 2011d).

Nesse sentido, o investimento nesta área contribui para que as relações entre UE e Brasil se fortaleçam, podendo servir os interesses mútuos, favorecer a solidariedade global e o diálogo intercultural, considerando que existe "a broad spectrum of activities extending from cultural creation through the commercialization of cultural expressions to the broader impacts of culture on business and the marketplace" (UNESCO, 2007, 20). A entrada da cultura na esfera económica contribui para que exista um crescimento expressivo, notando que existe uma "participação de 7% de bens e serviços culturais no PIB mundial, com crescimento anual

previsto em torno de 10% a 20%" (Governo Federal do Brasil). Assim, o Brasil também beneficia dessa tendência ao considerar que "no Brasil, o crescimento médio anual dos setores criativos (6,13%) foi superior ao aumento médio do PIB nacional (cerca de 4,3%) nos últimos anos" (*Ibidem*).

Podemos então perceber a importância da continuidade da cooperação cultural para a boa relação entre as partes, que nas palavras de Androulla Vassiliou²⁶

«Tanto a União Europeia como o Brasil reconhecem o papel vital da cultura nas nossas sociedades e nas relações com os nossos parceiros. O reforço da cooperação e do diálogo no domínio da cultura, que se insere na nossa parceria estratégica, é indispensável para a melhoria da compreensão mútua e o estreitamento dos laços entre os nossos povos. Para além disso, ajudar-nos-á no envolvimento nas questões de governação cultural a nível internacional.» (2011)

Num mesmo espírito, Ana Buarque de Hollanda²⁷, declara que:

"Esta mesa-redonda entre o Brasil e a União Europeia, que congrega representantes mandatados para pensar sobre a política cultural, é a oportunidade ideal para reflectir sobre a situação actual no que concerne às questões de ordem cultural, política, económica e social e, a partir dessa reflexão, buscar soluções viáveis para a sustentabilidade no séc. XXI" (2011)

Continua-se assim esta cooperação no sentido de realizar intercâmbios no sentido de contribuir para a implementação de políticas culturais eficientes recorrendo a boas práticas para levar a cabo as prioridades acima identificadas no âmbito do «Programa Conjunto no domínio da Cultura».

Notamos assim que as relações entre a UE e o Brasil com enfoque na dimensão cultural demonstram uma preocupação subjacente em relação a questões de ordem internacional - cooperação cultural, política económica e social e busca de soluções para a sustentabilidade - são demonstrativas da noção que estes dois atores têm sobre o seu peso no domínio das RI. Neste sentido, sublinhamos que no período pós guerra fria, o SI passou a orientar-se por valores

²⁶ Comissária Europeia para a Educação, Cultura, Multilinguismo, Juventude e Desporto, a propósito da assinatura da do novo «Programa Conjunto no domínio da Cultura» que vigorará até ao final de 2014

²⁷ Ministra da Cultura do Brasil a propósito da assinatura da do novo «Programa Conjunto no domínio da Cultura» que vigorará até ao final de 2014

onde a “democracia e o livre mercado ocupam novos espaços [...] e o avanço dos princípios liberais e o surgimento de uma agenda [...] global poderiam conduzir a diversas opções políticas. parecia lógico que o multilateralismo oferecesse o melhor caminho para a conquista dos seus “objetivos nacionais” (Bernal-Meza, 2005, 4). Como nos indicam os documentos oficiais da União podemos observar que existem laços muito próximos entre a UE e o Brasil e, nesse sentido, este multilateralismo efetivo compreende a cartilha liberal, já que "ambos os parceiros promovem o respeito pelos valores comuns dos direitos humanos, da democracia e da boa governação através de normas e instrumentos internacionais, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas" (Comissão da Comunidades Europeias, 2003)

Notemos que estas relações são seculares, tendo sido o Brasil um país colonizado por Portugal (país membro desde 1986 da UE) e habitado por muitos europeus nos séculos seguintes onde, as razões históricas, que assentam numa base cultural comum “reaffirmed their commitment to further cooperation on culture [...] to the benefit of their peoples [...] focused on cultural diversity, the development of the cultural and creative economy and its industries and cultural heritage.” (Conselho da União Europeia, 2011). Observamos ainda que Portugal é um país importante neste laço, especialmente porque a língua oficial no Brasil é a língua Portuguesa, podendo este ser um facilitador nas relações entre ambas as partes, já que os interesses de Portugal e da UE em relação ao Brasil parecem ser convergentes afirmando-se que “o interesse da União pela “potência emergente” parece conciliar efectivamente os interesses nacionais de Portugal e os interesses da EU” (Gomes, 2010). Nesse sentido, invocamos que os laços culturais que unem estes dois povos através são feitos através de acordos bilaterais e que, neste momento, se faz ao abrigo do «Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta» assinado em 2000, vindo clarificar que tais relações são “fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e económicos” (DR– I série-a n.º 287, 2000), ou seja, os mesmos fatores que unem a UE através da "dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos” (Parlamento Europeu, 2014), notando que estes valores estão consagrados na carta dos direitos fundamentais.²⁸ Considera-se que esta cooperação entra ainda

²⁸ A Carta dos Direitos Fundamentais reconhece um conjunto de direitos pessoais, cívicos, políticos, económicos e sociais dos cidadãos e residentes na UE, incorporando-os no direito comunitário, estabelecendo para o efeito os seguintes capítulos: Capítulo I: dignidade (dignidade do ser humano, direito à vida, direito à integridade do ser humano, proibição da tortura e dos tratos ou penas desumanos ou degradantes, proibição da escravidão e do trabalho forçado); capítulo II: liberdades (direito à liberdade e à segurança, respeito pela vida privada e familiar, protecção de dados pessoais, direito de contrair casamento e de constituir família, liberdade de pensamento, de consciência e de religião, liberdade de

no domínio da cooperação multilateral, nomeadamente através Comunidade Países de Língua Portuguesa²⁹ (CPLP) que " tem por objectivos a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural" (IPAD, 2014), notando ainda que as relações bilaterais são uma ação importante, sendo que o multilateralismo "tem-se constituído como um complemento essencial da primeira e como uma forma de reforçar a inserção da cooperação Portuguesa no contexto mais vasto do sistema internacional de apoio ao desenvolvimento" (*Ibidem*).

As relações existentes entre a UE-Brasil remontam há algumas décadas, iniciando-se "em 1960 com a troca de missões diplomáticas formais" (EEAS, *idem*). No seu seguimento estabeleceram-se vários acordos e parcerias, atualmente, esta relação é "regida pelo Acordo-Quadro de Cooperação CE-Brasil (1992), o Acordo-Quadro de Cooperação UE-Mercosul (1995) e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2004)" (*Ibidem*). É de salientar ainda que "a UE é o primeiro investidor estrangeiro na América Latina, a primeira entidade financiadora da região e, também, o primeiro parceiro comercial de numerosos países, nomeadamente os do Mercosul" (Eurocid, 2014). No entanto, é sobretudo a partir de 2007 aquando da celebração da parceria estratégica UE-Brasil que as relações ganham maior expressão, notando que desta forma se iria "reconhecer a importância política e económica das duas partes" (Conselho Europeu, 2007). A atual posição do Brasil constitui uma oportunidade para que a UE se posicione geopoliticamente no continente americano, abrindo-se assim a novos mercados e, ao mesmo tempo, cooperar com setores centrais na busca da resolução de problemas que se

expressão e de informação, liberdade de reunião e de associação, liberdade das artes e das ciências, direito à educação, liberdade profissional e direito de trabalhar, liberdade de empresa, direito de propriedade, direito de asilo, protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição);capítulo III: igualdade (igualdade perante a lei, não discriminação, diversidade cultural, religiosa e linguística, igualdade entre homens e mulheres, direitos das crianças, direitos das pessoas idosas, integração das pessoas com deficiência);capítulo IV: solidariedade (direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa, direito de negociação e de acção colectiva, direito de acesso aos serviços de emprego, protecção em caso de despedimento sem justa causa, condições de trabalho justas e equitativas, proibição do trabalho infantil e protecção dos jovens no trabalho, vida familiar e vida profissional, segurança social e assistência social, protecção da saúde, acesso a serviços de interesse económico geral, protecção do ambiente, defesa dos consumidores);capítulo V: cidadania (direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições municipais, direito a uma boa administração, direito de acesso aos documentos, Provedor de Justiça Europeu, direito de petição, liberdade de circulação e de permanência, protecção diplomática e consular);capítulo VI: justiça (direito à acção e a um tribunal imparcial, presunção de inocência e direitos de defesa, princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas, direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito);capítulo VII: disposições gerais (Comissão Europeia, *idem*).

²⁹ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de Julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira (CPLP, 2010)

encontram atualmente na agenda internacional. Representando a UE, Benita Ferrero Waldner³⁰ argumenta que "esta parceria estratégica permitir-nos-á desenvolver ainda mais a nossa cooperação em sectores-chave como a energia, os transportes marítimos e o desenvolvimento regional e estabelecer novas relações duradouras com os nossos povos [...] ao activar o diálogo motivaremos o Brasil a avançar no sentido de uma maior integração [...] encorajando-os a mostrar maior abertura nas nossas negociações" (Comissão Europeia, 2007b). Na sequência desse seguimento, os últimos dados existentes apontam que "a UE continua a ser o maior parceiro comercial do Brasil: constitui não só o principal destino das exportações [...] como a principal origem das suas importações. Mais de 20% das exportações do Brasil vão para a UE e mais de 21% das suas importações vêm da UE" (Conselho Europeu, *idem*)

A partir deste período a cultura também sai com um papel reforçado, não obstante, o Ministério da Cultura do Brasil (MinC) foi criado em 1985, e a partir de então “começaram a ser desenvolvidas ações específicas no reconhecimento da importância da cultura para a construção da identidade nacional” (Ministério da Cultura, 2013), contudo, num plano externo foi após a parceria estratégica com a UE que se atribui um maior relevo especialmente às questões ligadas à diversidade cultural e ao diálogo intercultural, sugerindo que se deverão realizar “ações para aproximar os povos através do sistema de intercâmbio de estudantes universitários Erasmus Mundus, do diálogo cultural e de uma Mesa Redonda de empresas a realizar paralelamente à Cimeira” (Comissão Europeia, 2007b). Nesse contexto, importa referir que ambos reconhecem o potencial e o papel de cada um na dimensão cultural, permitindo uma relação profícua, onde se verifica a importância de "continuar a promover a diversidade cultural e linguística em instâncias internacionais como a Unesco" (*Ibidem*), através de uma visão comum e pela constatação dos mesmos valores partilhados pelos europeus, algo que ficou assente na Declaração do Presidente Durão Barroso após a 6.^a Cimeira UE-Brasil:

“E é esse Brasil, esse Brasil da cultura, esse Brasil pujante de criatividade, que nós admiramos e com o qual queremos prolongar e reforçar a nossa relação [...]o Brasil tornou-se uma das grandes potências económicas mundiais. E o empenho mútuo em estreitar as nossas relações tem crescido ao mesmo ritmo. Unidos pela história e pela cultura, partilhamos os mesmos valores. Não apenas a história, mas um destino comum [...] Por isso quero aqui reiterar a nossa firme intenção de continuar a

³⁰ Comissária para as Relações Externas e Política Europeia de Vizinhança da Comissão Europeia durante o período 2004-2010, sendo sucedida por Catherine Ashton. Após o Tratado de Lisboa o cargo passou a designar-se de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

intensificar a cooperação também nos domínios da ciência, tecnologia e inovação, e da educação..." (2013c)

Verificamos que a cultura está recorrentemente presente nos diálogos e discursos dos líderes de ambos os lados e, como tal, ela pode ser entendida como a força motriz para que exista uma relação especial entre estes dois atores. "o Brasil e a União Europeia compartilham uma relação de longa data com base em fortes laços culturais e históricos, uma herança comum, que contribui no tempo para reforçar suas relações econômicas e políticas" (EEAS, 2014). Ainda, com base nestes laços, surge uma relação de confiança entre estes atores, mostrando-se importante na medida em que "trusting and trustworthiness are joint virtues, necessary for the political, social and economic development of both city states and large kingdoms" (Maquiavel; apud Papaioannou, 2013, 10). Nesse sentido, ambas as partes reúnem esforços para dar resposta a um mundo mais competitivo, convergindo na retórica de um entendimento partilhado em relação a assuntos relacionados com a cultura tanto a nível identitário como a nível de uma indústria capaz de se reinventar e de contribuir para o desenvolvimento gerando riqueza para as sociedades.

Como acima descrito, a UE é também parceiro do Mercosul que por alturas de 1995 assinaram um Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional, que entrou em vigor em 1999 e cujo objetivo passa por "strengthen existing relations between the Parties and to prepare the conditions enabling the creation of an interregional association which will cover trade and economic matters, cooperation regarding integration and other fields of mutual interest" (EEAS, 2014) e, em 2008, assinou-se o um acordo para alargar as relações a três novas áreas: ciência e tecnologia, infra-estruturas e energias renováveis. Estes são acordos que vão contribuindo para que ambas as partes tratem das questões de interesse mútuo, como sendo o caso da inclusão social, promoção dos direitos humanos, combate à discriminação, a prevenção das mudanças climáticas ou o uso sustentável ou renovável de novas fontes de energia. Num outro sentido, "Brazil's major foreign policy aspiration has long been to achieve international recognition in accordance with its self-perception as a "big country" [...] this gigantic nation be it in territorial, population, or economic terms" (Malamud, 2011, 4), considerando estas características é compreensível que o Brasil seja visto como o maior parceiro da América latina para a UE, especialmente a nível comercial e no respeitante à Mercosul, o Brasil é um país central derivado à sua dimensão económica, geográfica e populacional.

Desde logo será importante clarificar que o Brasil trabalhou nos últimos anos de forma a mudar substancialmente a sua política externa e, num contexto de crise, percebe-se que a cooperação bilateral e multilateral surge como uma resposta a esse desafio e, no caso do segundo, sublinha-se que o “multilateralismo defende que a perseguição do livre-comércio deve ser o objetivo dos policy makers, especialmente por ser a única postura que garantiria a maximização do bem-estar econômico dos agentes envolvidos no mercado mundial” (Sabbatini, 2001, 31). Especialmente a partir da administração de Lula da Silva³¹ começa-se a redesenhar uma nova imagem para a ação externa, cujos discursos se evidenciavam claramente revolucionários a fim de posicionar o Brasil como um Estado com uma ambição internacional. Assim, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim sublinharia que:

“O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários fóruns internacionais, internacionais, regionais e globais”³²

Desta forma compreende-se que o Brasil posiciona-se para contribuir para um mundo que se pauta pela cartilha dos valores ocidentais, dando especial ênfase à democracia e aos compromissos multilaterais com os seus parceiros. De resto, antes de Lula da Silva já Itamar Franco (1992-1994) tentou colocar o Brasil na esfera mundial das RI, muito especialmente através da participação em fóruns multilaterais, da integração regional e de parcerias com países vizinhos e os de língua portuguesa (CPLP), considerando-se esse o primeiro passo com projeção internacional efetuado por um governo brasileiro.

O Brasil foi fortemente marcado pela cultura europeia. Considera-se o facto de que “em 1808, a família real portuguesa [...] transferiu-se para o Brasil que, de colônia, tornou-se sede da monarquia e vice-reino. Os treze anos durante os quais a corte permaneceu no Rio de Janeiro tiveram grande importância política e econômica” (Oliveira, 2011). Nessa medida, a dinâmica que a família real portuguesa trazia ao país teve impacto nas questões políticas e económicas mas também em questões comerciais, notando que “a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior acarretou um fluxo de comerciantes e viajantes estrangeiros para o país” (*Ibidem*).

³¹ Trigesimo quinto presidente da República Federal do Brasil, cujo cargo foi exercido entre 2003 e 2011, sendo sucedido pela candidata Dilma Rousseff.

³² Celso Amorim no seu discurso proferido aquando da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, 09/01/2003

Assim, outros viajantes entraram no país fazendo uma leitura da cultura brasileira assaz assimétrica, ou seja, no Rio de Janeiro onde se encontrava a família real, as pessoas teriam uma conduta mais europeísta - que seria sinónimo de cosmopolitismo – ou tentariam que assim o fosse - e, dessa forma, o Rio de Janeiro começa a ter uma cultura mais burguesa e urbana entre as classes altas, algo completamente diferente de cidades mais pequenas que teriam um modo de vida mais simples (*Ibidem*), sendo este fator o início das discrepâncias entre a sociedade brasileira contribuindo para que se gere um sentimento de alguma instabilidade e insegurança.

Com um elevado índice de violência urbana, especialmente entre os mais jovens, o Brasil superou no ano de 2010 a “marca dos 190 milhões de habitantes. Aproximadamente 13% dessa população é composta por adolescentes com idade entre 12 e 18 anos [...] residente em zonas urbanas (81,9%), e a composição desse grupo é multiétnica: brancos (42,3%), negros (56,2%), amarelos (1%) e indígenas (0,5%)” (Melo e Cano, 2012, 13). Dentro desta diversidade cultural, o Brasil tem tentado manter uma postura assertiva no sentido de diminuir as diferenças no seio da sua sociedade, algo que surtiu efeito, revelando-se como uma opção política positiva onde, não obstante, este é um problema que parece afetar todos os BRIC’S, considerando que “os cinco países enfrentam enormes desafios [...] que passa por fenómenos migratórios internos, desequilíbrios sociais [...] e envolvimento em problemáticas de segurança (Silva, *idem*, 62).

Porém, tais políticas foram especialmente conseguidas por um presidente que não se formou numa universidade conceituada ou frequentada pelos intelectuais mais notáveis do mundo contemporâneo. Esse presidente era um operário de profissão, um homem acessível ao povo e o povo identificava-se e revia-se nele, sendo também através dele que a política externa ganha maior peso internacional. Assim, considera-se que foi através da “presidência de Inácio Lula da Silva [...] o início de num “ciclo virtuoso de elevação contínua” de estatuto no plano internacional, em que se inclui a aproximação do país aos outros parceiros emergentes [...] a participação do Brasil nos BRICS tem um cunho político do Partido do Trabalhadores³³ (PT), servindo de alavanca na sua afirmação internacional” (Silva, *idem*, 66). Além de ter escolhido um operário para presidente, o Brasil volta a estar no centro das atenções por, surpreendentemente, ter eleito uma mulher para assumir o destino do país, ressalvando que a

³³ O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro que foi fundado em 1980. É um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul sendo Lula da Silva reconhecido como um dos seus membros mais notórios.

"president Dilma Rousseff herself is an example of the progress that women have achieved in Brazil" (USC Center on Public Diplomacy, s.d.). Estes fatores tem contribuído para um Brasil mais atrativo e com uma maior abertura ideológica, conseguindo posicionar-se "à frente dos demais BRIC [a nível de] necessidades humanas básicas, fundamentos do bem estar e oportunidades (cada um com componentes objetivos, mensuráveis, como nutrição, saneamento, educação e saúde, direitos individuais, etc.)" (Almeida, 2014, 83).

Notemos, porém, que esta atuação brasileira não assenta num "military power, bristling with missiles and troubled by messy border disputes like China or India, but the first big "soft" power, a kind of Canada writ large but with Carnival thrown in" (Leahy, 2013) e que é adquirido através da admiração e sedução por parte de outros países fazendo com que estes queiram cooperar com ele. Para o efeito, nota-se que o Brasil além da sua riqueza cultural comporta ainda uma posição de líder regional, fator esse, que comprova a utilização da cooptação para alianças estratégicas. Compreende-se, portanto, que "the world's unwavering attraction to Brazil is largely owed to its effortlessly exotic culture, there is much more to Brazil's soft power than Carnival, samba, and skimpy swimwear. Brazil's regional and global influence is a testament to this fact" (USC Center on Public Diplomacy, *idem*). Nesse sentido, mostra-se notável o investimento que se faz no *soft power* brasileiro para que o país seja atrativo, considerando que "o Brasil é um país sem poder bélico, mas está descobrindo uma forma de inserção no mundo, através das suas idéias, cultura e práticas" (Suplicy, 2013), demonstrando que tais investimentos favorecem a imagem do Brasil, considerando assim que "o que produzimos para o mundo como cultura [...] é, acredito, a grande oportunidade de consolidação e ampliação de nossa força como potencia atraente para o comércio, investimentos e turismo" (*Ibidem*).

O Brasil, ao apostar no *soft power* serve-se da diplomacia como uma ferramenta disponível para viabilizar as suas relações e durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso³⁴, que através da sua "diplomacia presidencial, frutificam de modo amplamente exitoso sob Lula, que acrescenta ao menu diplomático um número impressionante de viagens internacionais, sobretudo em direção do Sul e de um seleto número de parceiros estratégicos «não hegemônicos» (Almeida, *idem*, 92). Essa atitude tendencialmente diplomática veio surtir efeito na medida em que se tinha em vista um maior realce da imagem brasileira a nível internacional, considerando-se que "elevou a postura política e o reconhecimento diplomático do Brasil no

³⁴ Também conhecido como FHC, foi o 1º presidente do Brasil a ser eleito para 2 mandatos consecutivos entre 1995 - 1998 e 1999 - 2002

cenário mundial, tornando mais evidente [...] uma elevação formal desse novo *status*" (*Idem*, 93). Nesse contexto, a relação com a UE tem-se mantido num registo de *soft power*, prevendo na sua cooperação os aspetos interligados com a cultura como forma de se envolver intimamente com a UE, notando que "the Brazilian government is positive about the results of Brazil-EU cultural cooperation to date and looks forward to engaging in a new and more strategic relationship with the EU" (Smits, *idem*, 25). Por outro lado, salienta-se o papel do MinC e do seu aparelho estrutural que vem conferir à cultura um assunto assaz importante, especialmente, nas relações externas. Consideremos, portanto que dentro deste aparelho se encontram a Secretaria de Políticas Culturais (SPC), Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), Secretaria do Audiovisual (SAV), Secretaria de Economia Criativa (SEC), Secretaria de Articulação Institucional (SAI) e a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), ilustrando assim o peso que a cultura poderá ter nos vários quadrantes em que esta opera, mostrando-se ainda como um exemplo para a EU, sublinhando que "Europe and Brazil were both seeking to establish their identity and felt that the EU could learn something from Brazil, for example the need for the EU to develop a common narrative and use culture in its external relations as a tool to become a 'pleasant' soft power in the world" (Smits, 2014, 27).

3.2. As relações UE-Rússia

À semelhança do que acontece com o Brasil, a UE mantém com a Rússia relações diplomáticas, contudo, ela mostra-se diferente da parceira sul-americana que, como constatado, parte da permissa que comunga dos mesmos valores da Europa ocidental. Assim, "from the EU perspective, the purpose of the relationship with Moscow is to avoid new dividing lines in Europe after having overcome the previous one (bipolarity)" (Fernandes, 2010, 35). Nesse sentido, a implosão da URSS foi importante considerando que deu impulso ao início de uma nova relação, entendendo-se que "a Europa é uma questão absolutamente fulcral para a diplomacia soviética, que defende a ideia de «casa comum europeia»" (Vaisse, 1997, 186). Assim, tais relações iniciam-se no final da década de 80 pretendendo desenvolver laços "nomeadamente pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atômica e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas relativo ao comércio e à cooperação comercial e económica, assinado em 18 de Dezembro de 1989 (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 1997, 321),

não obstante, é já na década de 90 que se dá início a uma nova relação ao abrigo do Acordo de Parceria e Cooperação (APC), assinado a 24 de Junho de 1994 em Corfu. Porém, dada a proximidade temporal em relação à Guerra Fria, fazia-se sentir alguma incerteza e falta de credibilidade em relação à nova Rússia por parte dos ocidentais já que esta “sofre uma transformação radical [...] é um país completamente novo [...] as reformas políticas [...] e económicas [...] criam um clima de instabilidade” (Vaisse, *idem*, 191). No seu seguimento, retifica-se no ano de 1997³⁵ o mesmo acordo dando início a uma relação mais promissora, já que “a partir desse marco, evoluções significativas alargaram e aprofundaram as suas relações numa gama ampla de domínios” (Fernandes, 2012, 1). Contudo, a afirmação de uma relação mais profunda acontece em 2003, a propósito da Cimeira de S. Petersburgo, considerando-se que seria necessário “enfrentar a evolução da relação e a necessidade de melhorar a sua dimensão estratégica” (*Ibidem*). Assim, estes dois parceiros avançam para uma cooperação mais focada, criando “quatro «Espaços Comuns» baseados em valores comuns e interesses partilhados: um espaço de economia, um espaço de segurança e justiça, um espaço de segurança externa e um espaço de investigação, educação e cultura” (Parlamento Europeu, 2014).

Assim, este acordo era assaz claro para aquilo que se pretendia da parceira Rússia e ela teria, de algum modo, de se adaptar para que este acordo fosse avante, onde os argumentos da UE seriam necessários e válidos para a existência de uma Europa mais desenvolvida e segura. De resto, a parceria estratégica funciona como um instrumento de política externa da União, sublinhando que “a UE considera uma parceria com a Rússia uma prioridade da política externa” (Parlamento Europeu, *idem*) onde, após o Tratado de Amesterdão (1997) e a estratégia comum entre a UE e a Rússia (1999), vem acentuar e fortalecer a instauração da democracia nesta última. Dessa forma a União assume um papel de apoio à criação de uma “democracia pluralista, aberta e estável na Rússia”. (Almeida, *idem*). Por outro lado, a Rússia entre no sistema multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2012 e “a UE considera a adesão da Rússia à OMC uma oportunidade positiva, uma vez que esta oferece um quadro multilateral baseado em regras para as relações comerciais e para a resolução de disputas (Comissão Europeia, *idem*), deixando antever uma relação de contornos progressistas se

³⁵ A ratificação e entrada em vigor do APC foi adiada para 1997 como forma de protesto contra o excessivo e desproporcionado uso da força pelas forças russas na primeira guerra da Tchetchénia (apud. Almeida, 2008)

atendermos ao facto de que a UE é a “primeira parceira comercial da Rússia e a Rússia [...] a terceira da UE” (*Ibidem*). Não obstante, nota-se que existem ainda oscilações entre estes dois parceiros, uma vez que “desde a reeleição do Vladimir Putin em 2004 à presidência da Federação, a relação com Bruxelas tem sido marcada por dificuldades recorrentes” entendendo que Putin viria a por em causa aquilo que foi iniciado pelos seus antecessores – Gorbatchov e Ieltsin – evidenciando sintomas de negação face ao estado em que se encontravam e rejeitando a herança que o final da guerra deixou, ou seja, antes "a Federação Russa aceitava um status quo determinado pela sua posição mais fraca na balança de poder. Com Putin, o Kremlin desafiou a ordem pós-Guerra Fria, no sentido de operar um regresso da Rússia ao palco principal das relações internacionais" (Fernandes, 2013, 126).

Com a nova «política comum» adotada pela EU em relação à Rússia - aprovada pelo Conselho Europeu em Colónia (1999) – destaca-se através de três pressupostos inalienáveis, “a consolidação da democracia, do Estado de direito e das instituições públicas; integração da Rússia no espaço económico comum europeu; e a estabilidade e segurança regional” (Almeida, 2008, 18) de modo a que a Rússia entrasse numa lógica de maior integração comum europeia. Na verdade o que se estava a passar nesta altura é que a UE liderava esta estratégia, esse facto era inegável, já que a Rússia estava num período frágil quer a nível político, como a nível económico em relação a UE. Dessa forma, para que se pudesse “desenvolver e para recuperar poder e influência, necessitaria do auxílio europeu” (*Ibidem*). Depois da dissolução do império Soviético, a Rússia ganha novos vizinhos, considerando que o ““estrangeiro próximo” corresponde aos 14 novos Estados independentes que, com a Federação Russa, formavam a União Soviética (Fernandes, 2006, 127). Esse fator viria a contribuir para o enfraquecimento da, outrora, potência hegemónica que via assim o seu império a dividir-se em "países cooperantes com Moscovo, outros buscando independência, e outros afastando-se da Rússia" (Freire; apud Fernandes, *idem*), esta divisão passaria a ser um assunto de extrema importância para a Rússia já que as relações com os seus vizinhos eram fundamentais para a sua própria existência enquanto novo Estado, sublinhando que a vizinhança "tornou-se fundamental por razões de segurança. Tratava-se, pois, de garantir a unidade e viabilidade do recém-nascido Estado “Rússia”" (Fernandes, *idem*). Nesse sentido, a segurança Russa viria a ser favorecida por uma política externa baseada no poder político e económico adotado por Putin, onde as "as relações energéticas têm vindo, de facto, a assumir uma importância estratégica crescente nas relações

de Moscovo com a Europa, assumindo vertentes económicas e de segurança (*idem*, 129). Esse fator pode ser determinante, já que a Rússia "é um gigante energético: terá entre 6% e 10% das reservas mundiais conhecidas de petróleo e 32% das reservas de petróleo da bacia do Cáspio (onde estão cerca de 20% das reservas mundiais); conta ainda com mais de 30% das reservas mundiais conhecidas de gás natural" (Tomé, 2007). Esta valência Russa pode, de facto, constatar um problema para a UE e Estados ex Soviéticos (como, de resto, aconteceu em 2006³⁶), na medida em que a qualquer momento pode vedar o acesso energético aos seus vizinhos mais próximos e aqueles que estão mais a Ocidente que, em ambos os casos estão muito dependentes do ponto de vista energético, notando que "30% das importações totais de petróleo da UE provêm da Rússia, donde vem ainda 50% do total do gás natural importado pela UE" (*Ibidem*) causando, pois, fraturas nas suas relações.

Esta atitude vem, em parte contrastar com as medidas adotadas antes de Putin chegar ao poder, notando que em 1985 quando o então recém chegado ao lugar mais cobiçado do Kremlin, Mikahil Gorbachov, decidiu que deveria mudar o rumo da União da Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) pondo assim um término ao comunismo na Rússia. Tal "ousadia" ficaria reconhecida no mundo como a *Perestroika* (em português: reestruturação ou reconstrução) que viria revolucionar, especialmente, a economia Russa. Vejamos que uma necessidade de reestruturação na Rússia foi, de fato, uma novidade para os países ocidentais, porém, para os próprios membros do Partido Comunista era já uma questão antiga, a qual eles sabiam que era urgente, face às dificuldades económicas e sociais em que se encontravam, sublinhando que "já nos anos 70 muita gente compreendia que não poderíamos passar sem drásticas mudanças" (Gorbachov, 1987, 37). Num mesmo sentido, e com o objetivo claro de melhorar a saúde política do partido e do governo, Gorbachov lança uma outra medida que, pelo menos para uma facção de soviets, seria mais uma surpresa e que ficaria conhecida como *Glasnost*, ou política de abertura e transparência, cujo objetivo seria o de colocar um ponto final às questões ilícitas protagonizadas, especialmente, pelo corpo político, argumentando para isso que "alguns gozam de privilégios ilegais. Não podemos continuar a tolerar a estagnação" (*idem*:40).

³⁶ Após uma mudança drástica nos preços do gás natural vendido à Ucrânia e, sem acordo favorável para ambos os lados, a Rússia cortou as exportações de gás em Janeiro de 2006 afectando vários países europeus.

Para Gorbachov, este modelo seria o ideal para conseguir novas oportunidades para a Europa, uma dessas oportunidades será iniciar uma boa relação com o Ocidente e, nesse sentido, mudar o curso da Rússia. Gorbachov viria a explicar que a atual situação do país era incomportável, notando que começava a perder de vista as nações mais avançadas quer a nível económico, quer a nível científico e tecnológico. Nesse sentido, face a esta nova realidade atestasse a difícil situação em que o país se encontrava e que as mudanças eram inevitáveis.

“Deixe-me explicar a nada simples situação que se desenvolveu no país nos anos 80 e que tornou a Perestroika necessária e inevitável. A certa altura, - isto ficou particularmente claro na segunda metade dos anos 70 - aconteceu qualquer coisa à primeira vista inexplicável. O país começou a perder o impulso. Os falhanços económicos tornaram-se mais frequentes [...] Formou-se uma espécie de <mecanismo de travagem> afectando o desenvolvimento social e económico. Analisando a situação, primeiro descobrimos um abrandamento do crescimento económico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento do rendimento nacional haviam declinado em mais de metade e no começo dos anos 80, haviam caído para um nível muito perto da estagnação económica. Um país que outrora se aproximava rapidamente das nações avançadas começava a perder posições atrás de posições. Além disso, o distanciamento na eficiência da produção, qualidade dos produtos, desenvolvimento científico e tecnológico, produção de tecnologia avançada e utilização de técnicas avançadas começava a aumentar, e não a nosso favor.” (*idem*, 27).

No entanto, Gorbachev não se livrou de ficar conhecido nesse meio como aquele que foi o principal causador do desaparecimento da URSS “especialmente para os defensores até o último momento do sistema soviético, Gorbachev ficaria conhecido como o pai das reformas que ajudaram a levar a URSS a seu colapso final” (Rodrigues, 2006, 204). Se Gorbachov é considerado o causador do fim do sistema soviético, Boris Ieltsin³⁷ será a maior figura da ligação entre a Rússia e o Ocidente, rompendo qualquer ligação com o regime anterior já que “o partido comunista é banido da Rússia por Boris Yeltsin, e toda sua propriedade é declarada confiscada. É desta maneira conturbada que se inicia a Era Yeltsin” (Paes, 2007). Assim, o atual líder, implementa várias reformas na economia mesmo não sabendo muito sobre a dinâmica do capitalismo “including the role of interventionist states in making capitalism a viable system, took the simplistic neoliberal theory seriously, and has done its best to follow the neoliberal prescriptions to the letter” (Kotz, 1998), não obstante a tal empenho, a verdade é que “Yeltsin in

³⁷ Primeiro presidente da Rússia (1991-1999), portanto, o primeiro líder a ser eleito democraticamente.

the early 1990s faced key organizational challenges caused by many factors—including economic crisis—largely out of his control"³⁸ (Way, 2008, 28), deixando, pois, transparecer a ideia de que os “cidadãos russos sofreram do igualitarismo de Lenine, da traição de Gorbachev e da falta de seriedade de Ieltsin” (apud Shpuy, 2013). Assim, Ieltsin vê a sua reputação externa a ser enaltecida, considerando que "as boas relações com o Ocidente também foram priorizadas" (Fernades, 2013, 128).

A mudança que se instalou na Rússia foi extrema. Este era um país que se encontrava fechado em si mesmo e com uma lógica monolítica transitando, no período pós *perestroika*, para uma nova ordem europeia e mundial. A jovem Rússia teve em consideração a abertura de espaços à escala global com uma maior interdependência que, no que respeita à cooperação, entende agora que os Estados não são atores únicos a atuarem no campo das RI. Assim, “a metamorfose das relações internacionais define-se por um cenário difuso e mais volátil, por soberanias perfuradas, e por uma significativa permeabilidade das fronteiras que contraria a ossificação metodológica do sistema internacional em torno de Estados territoriais fechados” (Lobo-Fernandes, 2013, 3). Existe, pois, uma interdependência que é acelerada pelo fenómeno da globalização, que interliga os campos da economia e do comércio, fazendo pressão para que existam entendimentos e compromissos sérios entre os Estados. Nessa medida, nota-se que para esta situação muito contribuiu a decomposição da URSS, uma vez que permitiu uma renovada configuração em relação às fronteiras na Europa.

Tendo por base a nova política externa praticada por Moscovo, considera-se uma nova abordagem às questões da identidade, considerando que após a dissolução da URSS, surgem novos Estados independentes que, por um lado, viria a contribuir para um conflito permanente entre a nova vizinhança. Naquilo que define o debate identitário, quer pró Rússia quer pró UE, existe quem afirme que estes dois atores estão assentes em "solid and mainly positive foundations of traditional, sometimes centuries-old relations with individual EU member states, common principles and ideals of European civilization, similarity of our historical destinies" (Permanent Mission of the Russian Federation to the European Union, 2014). Porém, esta questão parece ganhar mais profundidade quando se coloca em causa a própria identidade

³⁸ Buscando a modernização econômica, o governo abandonou a política de controle de preços, e iniciou o processo massivo de privatizações. Fábricas, comércios e agências do setor de serviços foram postos à venda. Com as reformas vieram o desemprego, a inflação e concentração de renda (Paes, 2007, 2)

Russa, tendo em vista que na década de 90 algumas políticas externas da Rússia derivavam do problema da definição da sua própria identidade, ou seja, ela “consiste, na realidade, no debate entre eslavófilos [...] e pró-ocidentais [...] sob a cúpula da nacionalidade oficial estadual” (Fernandes, 2006, 65). Porém, esta questão inicia-se na primeira metade do século XIX quando uma minoria começa por contestar a tendência pró Ocidental da identidade Russa, por considerar-se vítima de outros Estados (*Ibidem*). Desta forma, começou por existir uma nova leitura por parte da Rússia face ao Ocidente e já no “pós Guerra-Fria, a Rússia pós-soviética e pós-imperial parece estar confrontada com a resolução do mesmo problema” (*Ibidem*), pese embora a postura de Gorbachov ao afirmar que “a Europa é o nosso lar comum” (1987, 217) referindo-se assim a todos os europeus. Contudo, emergem novos Estados e novos conflitos, como se observa na relação Rússia-Ucrânia, onde tais conflitos “têm origem na crise de identidade que assola os dois países [...] definida em termos territoriais, étnicos e culturais, a identidade é construída em um processo de disputa [...] a elite da Rússia não aceita a identidade da Ucrânia como país independente [...] a elite ucraniana, que se divide entre os que apóiam a vinculação com a Rússia e os que preferem o afastamento. [...] a inabilidade das elites russas em aceitar a separação da Ucrânia é responsável pela ênfase dada pela elite ucraniana no governo à diferenciação em relação à Rússia” (Mielniczuk, 2006). A indefinição de uma identidade comum parece ser assim uma miragem no mesmo espaço geográfico comum, considerando que a Rússia foi influenciada “pelo paradigma europeu (a Rússia pertence à Europa), o paradigma asiático (a Rússia fica mais próxima da Ásia) e o paradigma euroasiático (a Rússia é um mundo à parte e segue as suas próprias regras)” (Baranovsky, 2002, 18-21;apud Fernandes, 2006, 67). Estes paradigmas, por seu turno, contribuem para vulnerabilidades da Rússia pós-soviética mas também para “uma ambiguidade identitária e uma ansiedade existencial, acentuada pela recorrência dos debates entre as correntes “atlantistas” e “euro-asiáticas”, que reproduz a divisão entre “europeístas” e “pan-eslavistas” (Gaspar, 2004).

Parece-nos assim que a Rússia, após uma retórica que a aproxima aos valores da UE não tem sido capaz de desapegar de si a velha imagem de potência com aspirações hegemônicas. Notemos que tem existido uma inabilidade de atrair os novos vizinhos que outrora fariam parte do seu império. Isto é percebido por parte dos povos europeus ocidentais na medida em que “uma das convicções mais poderosas nas capitais europeias é de que a expansão da União é substancialmente diferente dos exemplos de expansão política e económica

do passado. O alargamento da UE é uma forma de expansão consentida e pacífica, e não imposta através da força” (Almeida, *idem*). Assim, parece difícil colocar a Rússia como um Estado que se pauta pelos mesmos valores da UE, mostrando-se inapta para seguir a cartilha normativa, sendo que "com a perseguição da nova oligarquia empresarial, a brutalidade do resgate dos reféns de Beslan ou a tentativa de manipular, grosseiramente, a eleição presidencial ucraniana, mostram a outra face da Rússia" (Gaspar, *idem*). Não obstante, declarações recentes do presidente Putin vêm contradizer esta tese, mostrando-se mais receptivo e sensível à pluralidade da condição humana ao aceitar todos os povos de forma igual e criticando mesmo a conduta “homogênea” imposta pelo Ocidente, considerando que ele "rejette les principes moraux et toute identité traditionnelle, qu'elle soit nationale, culturelle, religieuse ou même sexuelle... On mène des politiques mettant sur un pied d'égalité les familles nombreuses et les familles homoparentales, la foi en Dieu et la foi en Satan" (Courrier Internationale, 2013).

Considerando ainda que é durante a presidência de Ieltsin que a Rússia tem a sua maior aproximação aos valores ocidentais, em virtude de uma mudança que se traduz essencialmente na renúncia ao império comunista, argumenta-se que ela “perde o seu estatuto central no sistema internacional para se tornar uma potência regional europeia [...] que se reclama dos valores europeus” (Gaspar, 2007), um resultado que se fez sentir em virtude da vontade “muito clássica, entre as tendências liberais e os movimentos nacionalistas” (*ibidem*), destacando a preocupação latente em convergir politicamente para a prioridade da estabilização interna. Não obstante, e já num plano externo, a relação com o Ocidente mostrava que "durante os três ou quatro primeiros anos da transição, prevalece a tendência de ocidentalização” (*ibidem*), contudo, no decorrer dos tempos e, contrariamente ao que se esperava, o fosso divergente entre a UE e a Rússia aumentava, mostrando-se como consequência de “por um lado, a ausência da ameaça estratégica implica uma perda de interesse do lado ocidental e, por outro lado, os problemas da transição para a democracia na Rússia sublinham as suas diferenças na comparação com os regimes liberais europeus” (*ibidem*). Existe, porém, a ideia de que a política de Ieltsin não vingou em relação às ambições propostas, e em várias vertentes, considerando-se assim que oscilou entre “uma democracia inacabada, um Estado federal desequilibrado e uma economia abalada” (Fernandes, *idem*, 128). Com a ascensão de Putin ao poder, surge uma *détente* nas relações com o Ocidente, contrariando assim a postura contestatária de Ieltsin e com uma nova abertura europeísta, considerando que "Putin marcou

uma nova era para a Rússia, que introduziu mudanças notáveis na relação com terceiros" (*idem*, 126). Nesse contexto, sublinha-se ainda que a "abertura à Grã-Bretanha e, depois, à Alemanha são os primeiros sinais da nova política" (Gaspar, *idem*), compreendendo que antes de se afirmar como potência internacional, deverá começar por ser uma potência regional e "os avanços nesse domínio, durante o seu primeiro mandato, são significativos" (*Ibidem*) e deve ainda ter-se em conta que Putin promoveu uma maior estabilidade com os seus parceiros externos já que foi capaz de assegurar "uma maior estabilidade interna nos níveis político e económico" (Huskey, 2004; apud Fernandes, *idem*).

Por um outro lado, considera-se ainda a natureza de Vladimir Putin, um ex espião ao serviço do KGB³⁹, como sendo a certa para elevar a Rússia ao estatuto de nova potência e que, de resto, agradava à comunidade Russa, observando que ele seria a peça fundamental já que "era um homem "de punho forte", característica apreciada pelos russos" (Natali, 2004). Nesse seguimento, Putin foi coerente com tal epíteto ao estabelecer uma política mais de acordo com os interesses internos onde, especialmente a partir do segundo mandato, surgiram "tensões provocadas pela reafirmação internacional [...] e o problema da sua consolidação democrática" (Fernandes, *idem*, 128). Uma das suas maiores investidas foi feita através do fator energético "assumindo vertentes económicas e de segurança" (*idem*, 129), sendo considerado como um forte elemento da política externa, a energia tem sido um "método utilizado para avançar posições em relação aos países de trânsito, como a Ucrânia ou a Bielorrússia, é criticado pela UE (cortes de gás)" (*Ibidem*). Desta forma, a Rússia tem beneficiado do fator energético enquanto "arma de arremesso" aos países vizinhos, porém, deverá ter em conta que existe um mercado interdependente, notando-se que "a Rússia precisa dos mercados europeus" (*Ibidem*).

Notemos, pois, que foi através de Putin que à semelhança do que aconteceu com Lula no Brasil, a Rússia se viu envolta dentro daquele que é considerado o bloco emergente de potências do momento, *id est*, os BRIC'S. Especialmente a partir do seu segundo mandato, o discurso de Putin era de um homem confiante no seu trabalho, afirmando que "that "not only has Russia fully overcome a long period of production decline, but it now ranks among the top ten economies in the world" (Judah, Kebzova, Popescu 2011, 15), fazendo ainda uma

³⁹ Alias Comité de Segurança do Estado. Atuou durante a Guerra Fria como sendo uma combinação de operações secretas no estrangeiro articuladas com as funções de uma polícia federal.

retrospectiva daquilo que logrou durante o seu primeiro e segundo mandato “historians will be the judge of what my people and I achieved in eight years. We re-established Russia’s territorial integrity, strengthened the state, moved in the direction of a multi-party system and re-established the potential of our armed forces” (Judah, 2011, 15). Na verdade, Putin era líder de uma das maiores potências em ascensão (ver Anexo - I), porém, continua a distanciar-se dos valores Ocidentais, considerando que “a Rússia e a China possuem regimes autoritários e praticam modelos económicos de capitalismo de Estado” (Silva, *idem*, 63), insistindo ainda que houve uma “política externa em transição de um regime comunista para o que vieram a ser tentativas falhadas de democratização, resultando na catalogação do regime político como “democracia de gestão”, “democracia incompleta” e “democracia dirigida” - termos que encarnam uma fórmula particular de governação que se desenvolveu na Rússia” (Freire, 2009, 75). Nesse sentido, se comparado ao caso brasileiro notamos diferenças comportamentais notando que, no que há liberalização de cunho Ocidental diz respeito, “o Brasil sempre foi uma economia de mercado [...] ele nunca atravessou décadas de socialismo centralizador – e totalitário” (Almeida, *idem*, 97). Verifica-se ainda uma diferença na postura face aos compromissos multilaterais onde, apesar de não membro, “Moscou tem concretizado oposições à ordem definida pelos actores ocidentais, nomeadamente pela NATO” (Fernandes, 2009), ao passo que “a postura política e o reconhecimento diplomático do Brasil no cenário mundial, [torna] mais evidente a busca, por seu Governo, de uma elevação formal desse novo status pela conquista de uma cadeira permanente para o país no Conselho de Segurança das Nações Unidas” (Almeida, *idem*, 94). Ainda no respeitante aos valores democráticos argumenta-se também que a capacidade individual de lidar com tal questão é importante e, no caso da Rússia, parece ser necessárias gerações para que tal aconteça de forma efetiva, considerando que a democracia quando não tem um valor na mente das pessoas não pode ser bem aceite “it has even been claimed that “true” democracy has not yet taken hold in Russia because the people themselves are “co-conspirators” in the rejection of democratic values and practices” (Denton, 2006). Assim, ao ter em conta esta realidade não poderá existir uma Rússia efetivamente democrática porque a aceitação espiritual de tais valores terá de ser feita, especialmente, por cada indivíduo.

Numa mesma aceção, considera-se que estamos no “momento Ucrânia” e assoma-se a tensão entre os dois atores devido às tomadas de posição por ambas as partes, numa disputa

territorial que não augura um final pacífico. Por um lado, a UE "têm interesse em expandir [as] suas fronteiras para o leste e isolar a Rússia", por outro lado, "Moscou quer aumentar sua zona de influência e aproximar-se da UE para confrontá-la. E no meio do caminho tinha uma Ucrânia" (Norte, 2013). Esta é, de resto, uma questão de difícil resolução, já que parece existir, na sua gênese, uma maior aproximação à Rússia onde as "questões históricas, culturais e econômicas ligam a Ucrânia ao país de Vladimir Putin" (*Ibidem*), mas também existe uma nova realidade que vem contrariar essa tendência, notando que uma grande fação "vê motivos mais fortes para se inclinar para o outro lado [...] apreciam os benefícios oferecidos pelo Ocidente, principalmente os jovens, estudantes e profissionais da classe média" (*Ibidem*). Os últimos apontamentos conhecidos dizem mesmo que "os partidos pró-ocidentais e nacionalistas obtiveram uma vitória esmagadora nas eleições legislativas ucranianas" (Diário de Notícias, 2014), onde o bloco Petro Poroshenko recolhe 23% e a Frente Popular (Arseni Iatseniuk) 21 %, sendo que a oposição - apoiada pelos Russos- recolhe 8% dos votos (*Ibidem*). Este assunto vem ainda trazer à tona questões de segurança, especialmente, dentro do próprio país, sublinhando que "a situação securitária atualmente vivida na Ucrânia resulta da disputa geopolítica entre o *soft power* da UE e a aplicação da *realpolitik* por parte da Rússia" (Barata, 2014, 34-35) na sua vizinhança próxima.

Assim, este *soft vs hard power* é, em si mesmo, um diferenciador das questões culturais de ambos os lados. Na conceção de Fernandes "construir a «casa comum europeia» de Gorbachev revelou-se um ideal algo ingénuo no contexto dos anos de 1990, onde os termos comuns eram de facto impostos a Moscou pela sua posição de fragilidade" mas do lado russo, a propósito dos vistos que permitem a liberalização da circulação de pessoas entre os países, é um fator de otimismo porque eles permitem o contacto entre as populações. Nas palavras do presidente Putin "the importance of this issue is not so much political as economic and humanitarian, because contacts between our people and their joint projects in business, science and culture are the most solid foundation for our partnership. We need to support our citizens in their desire to work together, holiday together, and simply maintain personal friendships. (Putin, 2012, 2). Parece-nos, contudo, que para que a cultura progrida entre as nações, a sintonização em relação a algumas matérias estruturais é fundamental, assim, apesar não serem os únicos atores (como já acima mencionado), o entendimento entre os governos será uma trave mestra neste processo. Seria um pouco irreal considerar que todas as dinâmicas culturais tenham um

desempenho positivo se mesmo em questões de matéria de segurança, elas estão sujeitas a divergências.

Porém, fizeram-se esforços para que a cultura no continente europeu florescesse, criando entendimentos que sirvam ambas as partes e, no âmbito da Cimeira de S. Petersburgo (2003), a UE e a Rússia reforçaram a sua cooperação nessa matéria por via de parcerias. Assim, para a UE “as parcerias visam igualmente criar os fundamentos para uma cooperação legislativa, económica, social, financeira, científica civil, tecnológica e cultural.” (Comissão Europeia, 2010c). A Rússia é um importante ator na cena internacional e o maior vizinho da UE, não obstante, a história diz-nos que as tensões entre estes dois atores foram uma constante. Assim, através de uma parceria estratégica previa-se uma nova era, já que se traçaram objetivos comuns. É de notar que a Rússia tem fronteiras terrestres e marítimas com a UE e, nessa medida, partilham as vantagens e desvantagens que possam surgir nesse contexto, mas o interesse da UE em manter boas relações com a vizinha Rússia e vice-versa está ancorado numa parceria recíproca, uma vez que desta consta uma alusão ao compromisso e a cooperação em várias áreas.

A Rússia é um país vizinho da UE que tem as suas fronteiras assentes pela via marítima e terrestre. É, à semelhança do Brasil, um país com grande influência. Segundo Fernandes ela é detentora “de uma verdadeira capacidade de influência na cena europeia e global” (2009). Como observado, emerge uma nova Rússia no pós Guerra Fria, uma Rússia que está mais disposta a cooperar e a dialogar com atores externos e, nesse sentido, a dimensão cultural passa a ser um elemento da própria política externa, onde o "President Putin announced to the Federal Assembly of Russia that the government was going to promote the Russian culture and language in its international relations" (Smits, *idem*, 7), fazendo notar assim uma retórica que valoriza o papel da cultura Russa enquanto instrumento de *soft power*, passando a ser uma “priority for world politics to prevent civilizational fault line clashes and to intensify efforts to forge partnership of cultures, religions and civilizations in order to ensure a harmonious development of mankind” (Ministry of Foreign Affairs of Russia, 2013). Não deixa de ser curioso que este novo conceito de poder surge na “nova” imagem Russa como “a comprehensive toolkit for achieving foreign policy objectives building on civil society potential, information, cultural and other methods and technologies alternative to traditional diplomacy” (*ibidem*). Contudo, há que afirmar

que não passa de um embuste político, considerando assim que "this toolkit is seen by many as a propaganda tool of the government" (apud Smits, *idem*).

Contudo, existe hoje uma maior cooperação na área cultural, vindo a assegurar na região um maior número de iniciativas, tomando consciência da importância desta matéria e das suas dinâmicas como promotor de estabilidade e de diálogo intercultural. Nesse contexto, "culture is becoming increasingly important [...] the EU and Russia have agreed to promote a structured approach to cultural cooperation between the enlarged EU and Russia, to foster creativity and mobility of artists, public access to culture, the dissemination of art and culture, inter-cultural dialogue and knowledge of the history and cultural heritage of other peoples of Europe" (EEAS, 2014) anunciando, portanto, o início de uma nova relação baseada em valores comuns, tradicionalmente mas associados ao Ocidente. Desta forma, argumenta-se também que "in recent years the Russian government has been using culture, notably Russian artists, to improve its image in the rest of the world" (Smits, *idem*, 5), deixando transparecer que esta política cultural Russa, tem em mente apenas uma finalidade: a projecção internacional enquanto potência. Salienta-se, porém, que no âmbito das relações culturais com a UE, a Rússia mantém um papel de "boa cooperante" já que se submete aos ideais ocidentais, indo de encontro ao seu enquadramento político normativo, considerando que "in particular, the EU repeatedly stated its intention to promote, in its institutionalized dialogue with Russia, the rule of law, good governance, the respect for human rights, including minority rights, the promotion of good neighbourly relations, the principles of market economy and sustainable development" (Fernandes, 2008). Na verdade, parece que ao utilizar o seu *soft power* e seguir a cartilha normativa da UE, a Rússia, caminha na direção de uma imagem favorecida dentro do próprio continente, notando que "Russia's record of implementing the universal principles of human rights is an important element shaping its European public reputation" (Van Rompuy, 2011). Nessa medida, mostra-se importante que o entendimento seja, efectivamente uma realidade, notando para o efeito que estes dois grandes atores geopolíticos são interdependentes entre si e que uma agenda comum só é possível através da convergência. Por seu turno, essa convergência terá de ter no seu substrato uma conotação simbólica e cultural.

"Sendo as maiores entidades geopolíticas no continente europeu, a Rússia e a UE são interdependentes em muitas esferas, ligadas por suas raízes civilizacionais comuns, cultura, história e futuro. A agenda da nossa interação é multidimensional e

abrange vários setores. Estamos dispostos a melhorá-lo - com base, é claro na igualdade e no benefício mútuo" (Sergey Lavrov, 2010)⁴⁰

Não podemos deixar de notar que foi através de um quadro institucional que estas relações se aprofundaram "the first one is the 1997 Partnership and Cooperation Agreement (PCA), from which all the output of the relationship stems. ii) In 1999, two strategic documents were adopted by the two parties (European Council 1999; The Russian Federation 1999). iii) Since 1998, biannual summits have taken place. iv) There are also technical cooperation bodies, which prepare summits and implement decisions. v) EU cooperation programmes are also instruments of the relationship created by Brussels" (Fernandes, 2010, 35). Assim, parece-nos que a igualdade e o interesse mútuo tem sido factores fundamentais que contribuem para o seguimento destas relações, notando ainda que a base de toda a dinâmica se deve ao APC, o propulsor do diálogo político, consistindo num "mixed agreement and all-inclusive [...] it was meant to manage economic, commercial and political relations. In the spirit of the PCA, there is the promotion of international peace and stability, in equality and partnership" (*ibidem*)

A Rússia é um parceiro estratégico em vários domínios mas naquilo que diz respeito ao aprofundamento da dimensão cultural é alcançada em virtude da Cimeira de S. Petersburgo (2003), onde o último dos quatro espaços comuns está voltado para a «Pesquisa e Educação, incluindo aspetos Culturais», cujos objetivos passam por promover uma aproximação cultural baseada em pressupostos já adotados antes pela União em relação a outros parceiros, onde há uma clara preocupação comum em valorizar a história e herança cultural da Europa, já que ambos os atores partilham o mesmo continente. Porém, no «EU-Russia Common Spaces Progress Report 2012» faz-se nova alusão à cultura, ou seja, a vontade de cooperar nas indústrias culturais, estabelecendo um campo de ação com propósitos materiais, resultando na Northern Dimension Partnership on Culture (NDPC) [...] brings together the EU, Russia, Norway and Iceland, and is focusing in particular in cooperation relating to creative industries and cultural industries" (Conselho Europeu, 2014). Assim, esta componente material mostra-se também aqui como um elo de ligação para uma parceria mais coesa, favorecendo o impacto económico em ambos os lados. Considerando assim que:

⁴⁰ Sergey Viktorovich Lavrov é Ministro das Relações Exteriores da Rússia desde 2004. Citado no sítio da Missão Permanente da Federação Russa para a União Europeia

“promote a structured approach to cultural cooperation between the EU and Russia, to foster the creativity and mobility of artists, public access to culture, the dissemination of art and culture, inter-cultural dialogue and knowledge of the history and cultural heritage of the peoples of Europe; to strengthen and enhance the European identity on the basis of common values, including freedom of expression, democratic functioning of the media, respect of human rights including the rights of persons belonging to minorities and promotion of cultural and linguistic diversity as a basis of vitality of civil society in Europe without dividing lines; to develop cooperation between the cultural industries of the EU and Russia in order to increase both their cultural and economic impact” (EEAS, 2014)

Face ao exposto, não existem dúvidas que a retórica europeia ocidental vem considerar a Rússia como uma comunidade que está umbilicalmente ligada a si, tecendo considerações sobre, basicamente, o que é ser e pertencer à Europa, um palco partilhado pela pluralidade cultural e linguística, essenciais a sobrevivência da sociedade civil.

CONCLUSÃO

Os aspetos culturais, apesar de não serem o principal motivo da integração europeia, estiveram desde sempre ligados à sua fundação. Essencialmente, a busca por uma Europa que não mais se guiasse pelo belicismo passaria, segundo os seus fundadores, pela integração dos países europeus, onde no entender de Gasperi⁴¹ seria a forma para uma Europa assente na paz, fazendo notar que "o futuro não será construído através da força, nem do desejo de conquista, mas sim mediante a aplicação paciente do método democrático, o espírito construtivo da concórdia e o respeito pela liberdade". Numa perspetiva interna europeia observa-se que os fundadores tinham em mente, acima de tudo, a preocupação de convergir em princípios fundamentais para uma vida pacífica entre as nações. Ainda assim, persistia a ideia de que não poderia ser criada uma comunidade efetiva a curto prazo, Schuman argumentando que "a Europa não será feita de uma só vez nem segundo um plano único. Será construída através de realizações concretas que comecem por criar uma solidariedade de facto"⁴². Nesse sentido, essa vontade culmina também numa tolerância idiossincrática dos países integrantes, tolerância essa que inspira o lema «unidade na diversidade» dando, pois, oportunidade a uma vida em comunidade livre de conflitos. Na conceção de Winston Churchill⁴³ deveria seguir-se o caminho para "criar uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só dessa forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida".

É, portanto, neste sentido de estabilidade e de paz que assentam as bases da actual UE. Contudo, a ambição em alcançar uma região livre de perigo estava de tal ordem inculcada nas mentes dos europeus que na perspetiva de Denis de Rougemont, considerado como um "great pioneer of European integration", acreditando numa "cultural Europe, a Europe of direct participation of people beyond the nation-state" (European Cultural Foundation, 2014) deveria caminhar-se mais além, considerando – já na primeira metade do século XX – que um sistema

⁴¹ Alcide De Gasperi foi um dos pais fundadores da atual EU. Estas foram as palavras que enunciou ao receber, em 1952, o prémio Carlos Magno pelo seu empenho na defesa da causa europeia. Acessível em: http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/alcide_de_gasperi_pt.pdf

⁴² Robert Schuman foi considerado o arquiteto do projeto de integração europeia. Excerto retirado do discurso proferido no salon de l'Horloge do Quai d'Orsay, a 9 de maio de 1950. Acessível em: http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/robert_schuman_pt.pdf

⁴³ Sir Winston Churchill, primeiro-Ministro britânico entre 1940-1945 e 1951-1955 e considerado um dos fundadores da UE. Excerto do discurso na Universidade de Zurique em 1946. Acessível em: http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_pt.pdf

federal seria a única forma de unir os países de forma mais profunda, ultrapassando os propósitos económicos. Para este europeísta convicto, a ideia de federação terá necessariamente que passar por uma prova feita à tolerância dos Estados membros, mostrando-se, pois, como uma resposta ao totalitarismo, algo que o autor considera como «simplista». Tal tolerância deverá premiar a aceitação da pluralidade cultural, e nesse sentido afirma que "le fédéralisme repose sur l'amour de la complexité, par contraste avec le simplisme brutal qui caractérise l'esprit totalitaire [...] l'amour des complexités culturelles" (Rougemont, 1947, 14). Assim, parece ser no substrato da diversidade cultural que reside o maior sucesso da integração, argumentando que visualiza uma "fédération européenne [qui] se compose lentement, un peu partout et de toutes sortes de manières. Ici c'est une entente économique, là c'est une parenté culturelle qui s'affirme (*Ibidem*).

Apesar de, neste momento, não estarmos num sistema federal pleno – como vaticinaria Rougemont – concordamos que a cultura é um aspeto fundamental para a integração que temos hoje, nomeadamente, contribuindo para um sentimento de paz, gerindo as diferenças de forma positiva, considerando ainda que "culture and creativity touch the daily life of citizens. They are important drivers for personal development, social cohesion and economic growth. But they mean much more : they are the core elements of a European project based on common values and a common heritage [...] promoting intercultural understanding confirms culture's place at the heart of our policies" (European Commission, 2007b). Nesse sentido, constata-se que a estratégia europeia assenta também num propósito de âmbito cultural que se destaca por contribuir para a coesão social e o crescimento económico. Dessa forma, "the EU is committed to developing a new and more active cultural role for Europe in international relations, as well as to integrating the cultural dimension as a vital element in Europe's dealings with partner countries and regions" (European Parliament, 2014). Notamos assim uma preocupação em se servir das questões culturais como um instrumento de apoio às relações externas que, como verificamos, são baseadas na cartilha normativa europeia, considerando que "the power of culture comes about through the fact that the assumptions are shared and, therefore, mutually reinforced" (Schein, 2004, 35).

A UE tem a ambição de se relacionar com atores externos a si e, nesse sentido, a dimensão cultural da política externa da UE começa a desenhar-se a partir do mesmo momento em que a Comunidade Económica Europeia (CEE) transita para a nomenclatura atual – UE. É,

pois, através de Maastricht que a cultura ganha influência a nível externo, e através do artigo 167º são reconhecidas as suas competências de carácter construtivo não só a nível interno mas fomentando também a cooperação com terceiros. Notemos assim que a UE vê vantagens nesta estratégia externa porque, desta forma, poderá projetar “its own cultural diversity internationally, while by the same token affirming globally shared values and in a spirit of mutual learning. This would allow the Union to promote itself to the rest of the world” (European Commission, 2014c). Ainda assim, apesar da narrativa que privilegia as relações culturais com os países externos, notamos que a nível institucional ela é efetuada de forma pouco estruturada. Considerando o argumento de que “culture has traditionally been a cornerstone of national sovereignty and falls within the competence areas of the member states, which is the reason why the EU has never developed a body of expertise in cultural (foreign) policy” (Kühner, 2011, 8), a dimensão cultural da política externa da UE ainda depende em grande medida da convergência dos países membros no sentido de melhor projetar a sua política cultural externa comum.

Como constatado, a nova ordem mundial no mundo pós guerra fria vem alterar os paradigmas mais clássicos do SI, despoletado essencialmente pela emergência de novos atores e pela caracterização de diferentes países enquanto potências (multipolaridade). Nesse sentido, verificamos que a tradicional busca de poder e influência deixa de ser a única prioridade e as diferenças e afinidades culturais passam a ser fatores que moldam os comportamentos, verificando-se, pois, uma reconfiguração tendo em conta os aspetos culturais. Nesse sentido, e com o contributo de positivistas e pós-positivistas, ganha-se a consciência de que o mundo é socialmente construído, estando assim associado ao conceito da normatividade, elevando a cultura como um centro de poder ao serviço dos vários atores. Um dos maiores contributos que a cultura traz ao mundo das RI, relaciona-se com o facto de esta ser uma ponte para a compreensão mútua entre as sociedades, resultando assim num mundo mais próximo, tolerante e pacífico mas também como uma forma de perseguir os seus objetivos estratégicos e fortalecer a presença internacional, onde verificamos que esta é a atuação mais comum na UE, que vê assim a sua imagem a ser interpretada de forma “benigna”, uma vez que não pretende relacionar-se com outras regiões através do uso da força, mas sim através do poder das ideias. Associado a esta cartilha, está o conceito de *soft power* que, por oposição ao *hard power*, propõe uma relação baseada na ideia de “atração”, i.e. na capacidade de levar um outro Estado a agir em consonância não pela agressão mas pela via da cooptação, onde se assume que é através

deste conceito, baseado em pressupostos intangíveis, que se enquadra o papel da cultura, cujos valores associados não podem estar sujeitos a medições. Com efeito, num mesmo sentido, é também à luz da teoria construtivista que a cultura passa a desempenhar um papel mais central, considerando que na conceção de alguns teóricos desta corrente que um sistema conflitual ou pacífico não depende da do poder tradicional, mas sim da cultura partilhada criada através de práticas sociais discursivas, como é o caso da diplomacia, apoio financeiro ou as telecomunicações.

Vejamos que um dos principais desafios da EU enquanto ator está relacionado com a sua própria coerência institucional. O facto de ela não ser nem um Estado nem uma OI intergovernamental clássica, mas sim um misto de intergovernamentalismo com supranacionalismo leva, muitas vezes, a que seja apelidada de ator *sui generis* e, nessa medida a sua atuação é, forçosamente, diferente das demais, conduzindo a uma nova abordagem política, algo que não acontecia desde o período pós-Vestefaliano. É, portanto, no seu misto de instituições que se estabelecem as normas, tornando-a num ator complexo. Assim, alinhado ao modelo complexo da UE, surge também o conceito de cultura que, como vimos, também não é um conceito assaz claro. Porém, a política cultural externa continua a pautar-se pelas directivas da Convenção da Unesco sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais indo, assim, de encontro a uma política estratégica de inclusão e relacional entre os Estados membros mas também entre atores externos, i.e. uma inclusão da cultura perspectivada como um meio importante para atuar no campo das RI, tendo em conta que a UE “está empenhada no desenvolvimento de um papel renovado e mais ativo para a Europa no contexto das relações internacionais e na integração da dimensão cultural como elemento essencial das relações entre a Europa e os parceiros nacionais e regionais” (Parlamento Europeu, 2014), consolidado-se com a ideia de que o “diálogo intercultural é uma prioridade contínua da UE [...] [as] políticas da UE que promovem o diálogo intercultural incluem, a título de exemplo, as relacionadas com o setor audiovisual, o multilinguismo, a juventude, a investigação e as relações externas” (*ibidem*). Mostrando, pois, como programas que abarcam as dinâmicas culturais também se cruzam com outras áreas, verificando-se esta como uma aposta para a política cultural externa que, além do âmbito cultural propriamente dito, está também implícita noutras vertentes. Notemos ainda que os programas de ação cultural levados a cabo pela UE são vários, variando entre as “Capitais Europeias da Cultura” ou a atribuição de prémios em áreas tão

diversas como a arquitetura, património ou literatura e música, passando ainda pela mobilidade de artistas e os programas de financiamento que, neste espaço temporal assenta no programa “Europa Criativa” – o programa cultural da UE para o período 2014-2020. Constatamos assim a estratégia intersectorial da política cultural externa da EU. Por outro lado, verifica-se que a cultura está também associada à esfera económica, cujo capital intelectual é potencialmente gerador de riqueza, crescimento e emprego, mantendo parcerias estratégicas diferentes com os seus parceiros, estando ciente de que cada parceiro atua de forma distinta.

Os estudos de caso aqui desbravados mostram-se como um exemplo. Notemos que o Brasil é um ator que se assemelha mais com a conduta normativa da UE, abdicando do poder militar em benefício do *soft power*, utilizando a sua diversidade cultural como um atrativo para o resto do mundo, agindo com respeito pelos acordos multilaterais e atraindo novos parceiros pela via da cooperação. É certo que o Brasil e a UE partilham de uma história secular comum, contudo, o seu rumo poderia assentar em características mais agressivas mas na verdade não o fez (e surpreendeu o mundo ao eleger um metalúrgico para seu presidente e, seguidamente, uma mulher para o substituir). Por outro lado, a Rússia, apesar de ser igualmente um parceiro estratégico da UE parece estar ideologicamente mais distante desta, apesar da partilha do mesmo continente e dos esforços mútuos, continua a manter uma política externa cujos princípios recaem mais sobre o modelo realista das RI. Notamos, pois, que a parceria estratégica com a Rússia permitiu, acima de tudo, e até recentemente, evitar uma nova divisão entre a Europa. A evolução da crise ucraniana, iniciada em 2013, veio pôr em causa o legado da aproximação alcançada entre os dois maiores vizinhos europeus uma vez que se assiste ao regresso da violência armada no coração da Europa e à divergência normativa entre Bruxelas e Moscovo (Fernandes, 2013; 2014). Existe, portanto, uma diferença crescente entre estes dois parceiros, apesar da estratégia comum estar assente em interesses comuns e valores partilhados. No entanto, o propósito de aproximação também havia alcançado as relações culturais entre estes dois atores, as quais ganharam novo fôlego depois da cimeira de S. Petersburgo, com a criação dos já acima mencionados «quatro espaços comuns», sendo que um deles recai justamente sobre a “investigação, educação e cultura”, no sentido de estimular a “cooperation in the field of research and development, education and culture will contribute to increased cooperation between institutions and people working on common challenges, better knowledge of differing history and culture and more contacts among people, particularly the

young" (Comissão Europeia, 2007c, 18).No entanto, como verificado anteriormente, parece que a cooperação cultural na visão da Rússia tem apenas o propósito instrumental de a projetar para o exterior como uma grande potência e não serve um intuito de aproximação normativa.

Constatamos assim que o discurso por parte dos representantes europeus estimula o diálogo e as relações culturais com terceiros. Assim, considerando a nossa pergunta de investigação e as nossas hipóteses de trabalho, concluímos que a dimensão cultural da política externa da UE debruça-se, acima de tudo, pela percepção de que a cultura une as pessoas, fortalece o papel da sociedade civil, promove a democracia e os direitos fundamentais e contribui ainda para o crescimento económico e que, neste caso, se efetua através de um conjunto de medidas e programas criados objetivamente para as dinâmicas culturais. Verificou-se, pois, que as suas parcerias estratégicas diferem mediante o ator com que se relaciona. Assim, os agentes diplomáticos da UE confrontam-se com países cuja tradição e ideologia é diferente da sua, levando-a a adaptar-se e a formular abordagens distintas com atores distintos, não obstante, com uma retórica coerente com a sua conduta normativa. Na nossa conceção, e alinhados com o princípio da liberdade e da diversidade cultural, entendemos que sendo a UE um ator que, *per se*, continua a atrair vários parceiros, deveria criar uma verdadeira política cultural externa mais coerente e onde as várias dimensões estejam praticadas de forma mais convergente. Consideramos assim que a esfera cultural deveria, acima de tudo, estar num patamar acima dos domínios económico e político, uma vez que estes dois setores terão melhor aceitação e resultados se existir uma União culturalmente unida.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS/DOCUMENTOS OFICIAIS

BARROSO, José Manuel - **Speech by President Barroso at the plenary debate with the Prime Minister of Finland, Jyrki Katainen: "The Future of the European Union"**. Comissão Europeia. 2013a [Consultado em 20 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-322_en.htm>

BARROSO, José Manuel Durão - **Culture: the cement that binds Europe together**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2013b

BARROSO, José Manuel Durão - **Declaração do Presidente Durão Barroso após a Cimeira UE-Brasil**. [Em linha]. União Europeia, 2007 [Consultado em 13 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-48_pt.htm?locale=FR>

BARROSO, José Manuel Durão - **Declaração do Presidente Durão Barroso após a Cimeira UE-Brasil**. [Em linha]. União Europeia, 2013c [Consultado em 13 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: file:///C:/Users/jgsilva/Downloads/SPEECH-13-48_PT.pdf>

BARROSO, José Manuel Durão - **Falar a uma só voz: Definir e defender o interesse europeu**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: para uma parceria estratégica UE-Brasil**. [Em linha]. União Europeia, 2007 [Consultado em 09 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0281:FIN:PT:PDF>>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - **Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões: Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado**. [Em linha]. União Europeia, 2007 [Consultado em 08 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0242:FIN:PT:PDF>>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - **Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado**. [Em linha] União Europeia, 2007 [Consultado em 5 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52007DC0242>>

COMISSÃO EUROPEIA - A cultura na União Europeia. [Em linha] Comissão Europeia, 2013a [Consultado em 08 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/pol/cult/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **A história da União Europeia**. [Em linha] Comissão Europeia, 2014e [Consultado em 13 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Agenda Europeia para a cultura**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2013 [Consultado em 08 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL:http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda_en.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Agenda Europeia para a Integração – migrantes bem integrados enriquecem a UE de um ponto de vista económico e cultural**. [Em linha] Comissão Europeia, 2011a [Consultado em 13 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: europa.eu/rapid/press-release_IP-11-911_pt.doc>

COMISSÃO EUROPEIA - **Commission welcomes approval of Creative Europe programme by European Parliament: press release**. [Em linha] Comissão Europeia, 2013b. [Consultado em 13 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-1114_en.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Europa alargada e os países vizinhos: um novo enquadramento para as relações com os nossos vizinhos orientais e meridionais**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2003. [Consultado em 30 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52003DC0104>>

COMISSÃO EUROPEIA - **Critérios de adesão (critérios de Copenhaga)**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2014d [Consultado em 30 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL:http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/accession_criteria_copenhagen_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Cultura: União Europeia e Brasil assinam acordo para reforçar a cooperação**. [Em linha] Comissão Europeia, 2011d [Consultado em 30 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL:http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1152_pt.htm?locale=FR>

COMISSÃO EUROPEIA - **Europa criativa: projectos de cooperação europeia**. [Em linha] Comissão Europeia, 2014g [Consultado em 15 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: http://www.europacriativa.eu/_projectos_de_cooperacao_europeia>

COMISSÃO EUROPEIA – **Europa 2020: crescimento inteligente: crescimento sustentável: crescimento inclusivo**. [Em linha] União Europeia, 2012. [Consultado em 5 de

Agosto de 2014]. Disponível em <URL: http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/flagship-initiatives/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Europa 2020: iniciativas emblemáticas**. [Em linha] Comissão Europeia, 2014f [Consultado em 5 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/flagship-initiatives/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - Livro Verde: realizar o potencial das indústrias culturais e criativas. [Em linha] Comissão Europeia, 2011b. [Consultado em 19 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC0183&from=EN%20\(b\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC0183&from=EN%20(b))>

COMISSÃO EUROPEIA - **MEDIA 2007: programa de apoio ao sector audiovisual europeu**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2007a [Consultado em 19 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/audiovisual_and_media/l24224a_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Política comercial comum**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2014a [Consultado em 24 de Janeiro 2014]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/amsterdam_treaty/a20000_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Política externa e de segurança comum**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2014c [Consultado em 24 de Janeiro 2014]. Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/key_eu_policies/common_foreign_security_policy/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Relatório da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões: sobre a realização da Agenda Europeia para a Cultura**. [Em linha]. União Europeia, 2010a [Consultado em 15 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52010DC0390:PT:NOT>>

COMISSÃO EUROPEIA - **Relatório da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao Comité económico e social europeu e ao comité das regiões: sobre a realização da agenda europeia para a cultura**. [Em linha]. União Europeia, 2010 [Consultado em 29 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0390:FIN:PT:PDF>>

COMISSÃO EUROPEIA - Tratado de Lisboa que altera o tratado da união europeia e o tratado que institui a comunidade europeia [Em linha]. **Jornal Oficial da União Europeia**. n.º 306, 2007 [Consultado em 05 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:306:FULL:PT:PDF>>

COMISSÃO EUROPEIA - **Tratado de Lisboa: a europa rumo ao século XXI**. [Em linha] Comissão Europeia, 2014a. [Consultado em 29 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/institutions/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **UE-Brasil: a Comissão propõe Parceria Estratégica**. [Em linha] Comissão Europeia, 2007b. [Consultado em 29 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-07-725_pt.htm>

COMITÉ DAS REGIÕES - **Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Investigação (EDUC)**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 19 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://cor.europa.eu/pt/activities/commissions/educ/Pages/educ.aspx>>

COMITÉ DAS REGIÕES - **Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Investigação (EDUC)**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 29 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: <http://cor.europa.eu/pt/activities/commissions/educ/Pages/educ.aspx>>

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA - **Educação, Juventude, Cultura e Desporto**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 29 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/education,-youth-and-culture.aspx?lang=pt>>

CONSILIUM - **Educação, Juventude, Cultura e Desporto**. [Em linha]. Conselho da União Europeia; União Europeia, 2013 [Consultado em 10 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/education,-youth-and-culture.aspx?lang=pt>>

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION - **V European Union - Brazil Summit: Joint Statement**. [Em linha]. European Union, 2011. [Consultado em 24 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf>

EACEA - **Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura**. [Em linha]. União Europeia, 2014 [Consultado em 10 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: http://europa.eu/about-eu/agencies/executive_agencies/eacea/index_pt.htm>

EEAS - **Política Europeia de Vizinhança**. [Em linha] União Europeia, 2014. Consultado em 10 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/what_eu/neighbourhood_policy_eastern_partnership/index_pt.htm>

EEAS - **O Brasil e a UE**. [Em linha] União Europeia, 2014. Consultado em 20 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/eu_brazil/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Acordos de Parceria e Cooperação (APC): Rússia, Europa Oriental, Cáucaso Meridional e Ásia Central.** [Em linha]. União Europeia, 2010c [Consultado em 10 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/eastern_europe_and_central_asia/r17002_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Cultura.** [Em linha]. Comissão Europeia, 2013. [Consultado em 15 de outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/culture/index_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **La cultura en las relaciones exteriores de la UE.** [Em linha]. Comissão Europeia, 2009 [Consultado em 22 de outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0002_es.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Síntese da legislação da UE: Tratado de Maastricht sobre a União Europeia.** [Em linha]. Comissão Europeia, 2013 [Consultado em 10 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_maastricht_pt.htm>

COMISSÃO EUROPEIA - **Sínteses da legislação Europeia: Acordos de Parceria e Cooperação (APC): Rússia, Europa Oriental, Cáucaso Meridional e Ásia Central.** [Em linha]. Comissão Europeia, 2013. [Consultado em 10 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/eastern_europe_and_central_asia/r17002_pt.htm>

EUROPEAN COMMISSION - **Brazil: country strategy paper 2007-2013.** [Em linha]. Comissão Europeia, 2007a [Consultado em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/brazil/csp/07_13_en.pdf>

EUROPEAN COMMISSION - **Cultural Cooperation with Russia.** [Em linha]. European Commission, 2013. [Consultado em 30 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://ec.europa.eu/culture/news/ne0070-cultural-cooperation-with-russia_en.htm>

EUROPEAN COMMISSION - **EU position in world trade.** [Em linha]. European Commission, 2014b. [Consultado em 20 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://ec.europa.eu/trade/policy/eu-position-in-world-trade/>>

EUROPEAN COMMISSION - **EU-Russia common spaces progress report 2007.** [Em linha]. European Commission, 2008. [Consultado em 05 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/russia/docs/commonsplaces_prog_report2007.pdf>

EUROPEAN COMISSION - **First-ever EU strategy for culture: contributing to economic growth and intercultural understanding.** [Em linha] European Comission, 2007b. [Consultado em 02 de Dezembro de 2014] Disponível em <URL: http://eu-un.europa.eu/articles/en/article_7016_en.htm>

EUROPEAN COMISSION - **Framework Agreement for Cooperation between the European Economic Community and the Federative Republic of Brazil - Exchange of Letters between the European Economic Community and the Federative Republic of Brazil on maritime transport.** [Em linha]. European Comission, 2013 [Consultado em 03 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21995A1101%2801%29:EN:NOT>>

EUROPEAN COMISSION - **International cultural cooperation: European agenda for culture.** [Em linha]. European Union, 2013. [Consultado em 09 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL:http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda_en.htm>

EUROPEAN COMISSION - **Media Programme** [Em linha]. European Comission, 2013. [Consultado em 18 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: http://ec.europa.eu/culture/media/media-mundus/index_en.htm>

EUROPEAN COMISSION - **Preparatory action: 'culture in eu external relations.** [Em linha]. European Comission, 2014c. [Consultado em 03 de Dezembro de 2014] Disponível em<URL:<http://cultureinexternalrelations.eu/wp-content/uploads/2014/06/Preparatory-Action-eBook-1.4-master.pdf>>

EUROPEAN COMISSION - **Research e innovation: Europe as a global actor.** [Em linha] European Comission, 2014a [Consultado em 18 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/opportunities/h2020/topics/1063-int-11-2015.html>>

EUROPEAN COMISSION - **Summary of Treaty: Interregional Framework Cooperation Agreement between the European Community and its Member States, of the one part, and the Southern Common Market and its Party States, of the other part - Joint Declaration on political dialogue between the European Union and Mercosur.** [Em linha]. European Comission, 2014. [Consultado em 19 de Maio de 2014]. Disponível em <URL: <http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=405>>

EUROPEAN COMISSION - **The European Agenda for Culture – progress towards shared goals** [Em linha]. União Europeia, 2010 [Consultado em 18 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=SEC:2010:0904:FIN:EN:PDF>>

EUROPEAN COMMISSION - **Cultural statistics**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011c

EUROPEAN COMMISSION - **The European Agenda for Culture – progress towards shared goals: accompanying document to the commission report to the european parliament, the council, the European economic and social committee and the committee of the regions on the implementation of the european agenda for culture**. Brussels: European Commission, 2010.

EUROPEAN COMMISSION - **The European Union and Russia: close neighbours, global players, strategic partners**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2007c

EUROPEAN PARLIAMENT - **European Parliament resolution of 12 May 2011 on the cultural dimensions of the EU's external actions**. [Em linha] European Union, 2010. [Consultado em 11 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2011-0239&language=EN&ring=A7-2011-0112>>

EUROPEAN UNION - Consolidated version of the treaty on the functioning of the european union. [Em linha]. **Official Journal of the European Union**, 2010 [Consultado em 06 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.cvce.eu/content/publication/2010/5/3/e49fd232-e12a-4a45-924e-1b35b3631f94/publishable_en.pdf>

EUROPEAN UNION - **External action: EU relations with Russia**. [Em linha]. European Union, 2013 [Consultado em 09 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL:http://www.eeas.europa.eu/russia/index_en.htm>

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE - **Research and development, education, culture**. [Em linha]. European Union, 2014. [Consultado em 25 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/russia/common_spaces/research_en.htm>

EUROPEAN UNION - **External action: V European Union - Brazil Summit Joint Statement**. [Em linha]. European Union, 2013. [Consultado em 09 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.eu-un.europa.eu/articles/en/article_11454_en.htm>

GOVERNO DE PORTUGAL - **A constituição da república**. [Em linha]. Governo de Portugal, 2014. [Consultado em 06 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/a-constituicao-da-republica/a-constituicao-da-republica.aspx>>

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - **Portugal na União Europeia**. [Em linha]. Governo de Portugal, 2009. [Consultado em 10 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL:<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000045001-000046000/000045771.pdf>>

PARLAMENTO EUROPEU - **As fontes e o âmbito de aplicação do direito da União Europeia**. [Em linha]. Parlamento Europeu, 2014b [Consultado em 17 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_1.2.1.html>

PARLAMENTO EUROPEU - Carta dos direitos fundamentais da união europeia. [Em linha]. **Jornal Oficial da União Europeia**. N.º 364, 2000. [Consultado em 01 de Fevereiro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf>

PARLAMENTO EUROPEU - **Comissões: Cultura e Educação**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 24 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/cult/home.htm>>

PARLAMENTO EUROPEU - **Política externa: objetivos, instrumentos e realizações**. [Em linha]. Parlamento Europeu, 2013a. [Consultado em 17 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_6.1.1.pdf>

PARLAMENTO EUROPEU - **Respeito dos direitos fundamentais na União**. [Em linha]. Parlamento Europeu, 2014 [Consultado em 15 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.1.2.pdf>

PARLAMENTO EUROPEU - **Rússia e Ásia Central**. [Em linha]. Parlamento Europeu, 2014 [Consultado em 28 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_6.6.3.htm>

UNIÃO EUROPEIA - **A União Europeia por temas: cultura**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 12 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/pol/cult/index_pt.htm>

UNIÃO EUROPEIA - **Acção externa: República Federativa do Brasil**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 12 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/brazil/index_pt.htm>

UNIÃO EUROPEIA - **Cultura**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 24 de Julho de 2013]. Disponível em <URL: http://europa.eu/pol/cult/index_pt.htm>

UNIÃO EUROPEIA - **Delegação da União Europeia no Brasil**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 03 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/index_pt.htm>

UNIÃO EUROPEIA - **EUNIC Yearbook 2012/2013 Culture Report - Culture and Conflict**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 03 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.eunic-online.eu/node/1065>>

UNIÃO EUROPEIA - **EUNIC-Bruselas: Cometido y Organización**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 03 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL:http://www.eunic-brussels.eu/asp/about_eunic/about_us.asp?lang=es>

UNIÃO EUROPEIA - **European agenda for culture work plan for culture 2011-2014**. [Em linha]. União Europeia, 2012. [Consultado em 20 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL:
[http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/120420%20CCI%20Policy%20Handbook%20\(FINAL\).pdf](http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/120420%20CCI%20Policy%20Handbook%20(FINAL).pdf)>

UNIÃO EUROPEIA - **Fichas técnicas sobre o parlamento**. [Em linha]. União Europeia, 2013 [Consultado em 05 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL:
http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_4.17.4.html>

COMISSÃO EUROPEIA - **Agenda europeia para a cultura num mundo globalizado**. [Em linha]. União Europeia, 2010b. [Consultado em 29 de Julho de 2013]. Disponível em <URL:
http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29019_pt.htm>

EUROPEAN COMMISSION - **The civil society platform for access to culture**. [Em linha]. Europeia Comissão, 2010. Consultado em 09 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL:
<http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/documents/acp-presentation.pdf>>

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - **Tratado da união europeia**. [Em linha] In. **Jornal Oficial**, n.º C 191, 1992 [Consultado em 17 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001>>

UNIÃO EUROPEIA - Versão consolidada do tratado da união europeia. [Em linha]. **Jornal Oficial da União Europeia**. Vol. 83, 2010 [Consultado em 22 de Janeiro 2014]. Disponível em <URL:
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0013:0046:PT:PDF>>

UNIÃO EUROPEIA - **Versões consolidadas do tratado da união europeia e do tratado sobre o funcionamento da união europeia: carta dos direitos fundamentais da união europeia**. [Em linha]. União Europeia, 2010 [Consultado em 11 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL:
http://europa.eu/pol/pdf/qc3209190ptc_002.pdf#nameddest=article167>

UNIÃO EUROPEIA. **Política externa e de segurança comum**. [Em linha]. União Europeia, 2013. [Consultado em 12 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL:
http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0025_pt.htm>

UNIÃO EUROPEIA. Versão consolidada do tratado sobre o funcionamento da união europeia. [Em linha]. **Jornal Oficial da União Europeia**. Vol. 83. 2010 [Consultado em 05 de Agosto de

2013]. Disponível em <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0047:0200:pt:PDF>

UROPEAN COMMISSION - **Culture programme: a serious cultural investment**. [Em linha] European Union, 2013. [Consultado em 18 de Dezembro de 2013]. Disponível em <URL: [http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/culture-programme-\(2007-2013\)_en.htm](http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/culture-programme-(2007-2013)_en.htm)>

VAN ROMPUY, Herman - **Press conference following the EU-Russia Summit**. [Em linha]. European Council, 2011. [Consultado em 13 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/122555.pdf>

FONTES SECUNDÁRIAS:

ADLER, Emanuel - O construtivismo no estudo das relações internacionais. [Em linha] **Lua Nova**, n.º 47 (1999) p. 201-252 [Consultado em 15 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47.pdf>>

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - Introdução. **Ministério das Relações Exteriores** [Em linha]. 2012 [Consultado em 21 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>

ALMEIDA, João Marques de - A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia: o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria». [Em linha] **Relações Internacionais**, Vol. 20. 2008 [Consultado em 24 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n20/n20a02.pdf>>

ALMEIDA, Paulo Roberto de - Brasil. In: Silva, Jorge Tavares da (coord.). **BRICS e a Nova Ordem Internacional**. Aveiro: Mare Liberum, 2014

ALMEIDA, Paulo Roberto de - O Brasil e as relações internacionais no pós-Guerra Fria. In: Ladwig, Nilzo Ivo e Costa, Rogério Santos da (orgs,) **Vinte anos após a queda do muro de Berlim: um debate interdisciplinar**. Santa Catarina: Unisul, 2009

ALMEIDA, Pedro Vieira de- O fantástico na arquitectura. In: Seixo, Maria Alzira, coord.- **O fantástico na arte contemporânea**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 31

ANTUNES, Manuel – **Teoria da cultura**. Lisboa: Colibri, 1999

BANKS, Gary. introd. - **Recomendação do conselho sobre política regulatória e governança**. [S.I.]: OECD, 2012

BARATA, Pedro - A Ucrânia, a UE e a Rússia: Softpower versus Realpolitik. **JANUS.NET e-journal of International Relations**. [Em linha]. Vol. 5, n.º 1, (Maio-Outubro 2014).

[Consultado em 30 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol5_n1/pt/pt_vol5_n1_art3.pdf>

BELL, Judith – **Como realizar um projecto de investigação**. Lisboa: Gradiva, 1997

BERNAL-MEZA, Raúl - Multilateralismo e unilateralismo na política mundial: América Latina frente à Ordem Mundial em transição. **Revista Brasileira de Política Internacional** [Em linha], n.º 48, (2005). p.5-23 [Consultado em 23 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a01>>

BIJOS, Leila. Arruda, Verônica - A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Diálogos**. [Em linha]. Brasília, Vol.13, n.º1 (Agosto, 2010) [Consultado em 05 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/2912/1824>>

BOHORQUEZ, Tysha - Soft Power: the means to success in world politics. **UCLA** [Em linha]. 2005. [Consultado em 16 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.international.ucla.edu/article.asp?parentid=34734>>

BOYER, Luc. BUREAU, Romain - **400 citações para o gestor: de Heraclito a Woddy Allen**. Porto: Campo das letras, 1998

BRITISH COUNCIL - **History**. [Em linha]. British Council, 2014. [http://www.britishcouncil.org/organisation/history?_utma=70673091.514052900.1410352367.1410352367.1410352367.1&_utmb=70673091.15.9.1410352789405&_utmc=70673091&_utmx=-&_utmz=70673091.1410352367.1.1.utmcsr=google%7cutmccn=\(organic\)%7cutmcmd=organic%7cutmctr=\(not%2520provided\)&_utmv=-&_utmik=173188005](http://www.britishcouncil.org/organisation/history?_utma=70673091.514052900.1410352367.1410352367.1410352367.1&_utmb=70673091.15.9.1410352789405&_utmc=70673091&_utmx=-&_utmz=70673091.1410352367.1.1.utmcsr=google%7cutmccn=(organic)%7cutmcmd=organic%7cutmctr=(not%2520provided)&_utmv=-&_utmik=173188005)

BURGESS, Michael - Federalism and European Union: The Building of Europe, 1950-2000. London: Routledge, 2000

CAMERON, Fraser - A União Europeia como um Ator Global em Tempos de crise. **Cadernos Adenauer** [Em linha] Vol. XIV, N.º 1 (2013) p.29-39 [Consultado em 03 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.kas.de/wf/doc/9585-1442-5-30.pdf>>

CAMERON, Fraser - **An Introduction to European Foreign Policy**. Oxon: Routledge, 2007

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA - **Missão do Camões**. [Em linha] Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2014. [Consultado em 25 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: <http://instituto-camoes.pt/quem-somos/missao-do-camoes>>

CASTELLS, Manuel – O poder da identidade. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: FCG, 2003. Vol. 2.

CENTER ON PUBLIC DIPLOMACY - Brazil's Soft Power and Dilma's Dilemma. [Em linha]. University of Southern California. [S.d.] [Consultado em 24 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://uscpublicdiplomacy.org/pdin_monitor_article/brazils_soft_power_and_dilmas_dilemma>

CIED - **Centro de Informação Europe Direct da Alta Estremadura: O triângulo responsável pela tomada de decisões.** [Em linha]. União Europeia. 2013). [Consultado em 12 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL:<http://europedirect.adae.pt/index.php/redes-de-informacao/educacao-formacao-e-cultura>>

CLOSA, Carlos - La Unión Europea: un actor global en un mundo en cambio. In Mallo, Tomás. Sanahuja, José Antonio, coords. - **Las relaciones de la Unión Europea con América Latina y el Caribe.** Madrid: Fundación Carolina; Siglo XXI, 2011

COELHO, Carlos - **PESC (Política Externa e de Segurança Comum).** [Em linha]. Carlos Coelho.eu, 2007 [Consultado em 25 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.carloscoelho.org/saber_mais/ver_glossario.asp?submenu=31&gloss=52>

COMISSÃO da CULTURA e da EDUCAÇÃO - **Parecer: da Comissão da Cultura e da Educação dirigido à Comissão dos Assuntos Externos sobre a política externa da UE num mundo em que existem diferenças culturais e religiosas.** Bruxelas: Parlamento Europeu, 2014

COMISSÃO EUROPEIA - **Compreender as políticas da União Europeia: Cultura e audiovisual.** Bruxelas: Comissão Europeia, 2013c

COMISSÃO EUROPEIA - **Construir a Europa dos Povos: a União Europeia e a cultura.** Bruxelas: Comissão Europeia, 2002

COMITÉ DAS REGIÕES - **Declaração de Missão.** [Em linha]. Comité das Regiões, 2009. [Consultado em 25 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://cor.europa.eu/en/about/Documents/Mission%20statement/PT.pdf>>

CONSELHO DA EUROPA - **Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural:" Viver Juntos em Igual Dignidade".** Estrasburgo: Conselho da Europa, 2008

CONSELHO EUROPEU - **EU-Russia Common Spaces.** [Em linha]. European External Action Service, 2014. [Consultado em 29 de Novembro de 2014] Disponível em <URL: http://eeas.europa.eu/russia/common_spaces/index_en.htm>

COSTA, Francisco Seixas da - **Uma segunda opinião.** Lisboa: Dom Quixote, 2006

COSTA, João Ricardo de Sousa Barbosa e Dias da - A ideia de europa em Aristide Briand: o Memorando Briand. **Proelium.** [Em linha]. 2006. [Consultado em 13 de Novembro de 2014].

Disponível em [URL:www.academiamilitar.pt/.../a-ideia-de-europa-em-aristide-briand-o-memorando](http://www.academiamilitar.pt/.../a-ideia-de-europa-em-aristide-briand-o-memorando)

CPLP - **Objectivos**. [Em linha]. CPLP, 2010 [Consultado em 24 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.cplp.org/id-46.aspx>>

CRUZ, Paula - **Cultura nas relações internacionais: emergência e perspectivas teórico-conceituais: política, cultura e instituições**. [Em linha]. 2011. [Consultado em 21 de Julho de 2014]. Disponível em <URL: http://www.ppgri.uerj.br/form/Paula_Cruz.pdf>

CUCHE, Denys – **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999

CULTURE ACTION EUROPE - **The cultural industries and the economy of culture**. [Em linha]. Comissão Europeia. 2008. [Consultado em 16 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL:

DANTAS, Vera – **A dimensão cultural do Projecto Europeu: da Europa das culturas aos pilares de uma política cultural Europeia**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007

DAVIES, Robin - Manter as portas abertas em tempos difíceis. In: **Cultura e Conflito: Desafios da política externa**. Vol. 5. Estugarda: EUNIC, 2013. p. 201-205

DEL SARTO, Raffaella; SCHUMACHE, Tobias - From EMP to ENP: What's at Stake with the European Neighbourhood Policy towards the Southern Mediterranean? **European Foreign Affairs Review** [Em linha]. n.º 10, (2005) p.17-38 [Consultado em 28 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.ies.be/files/documents/JMCdepository/Rafaella%20A.%20Del%20Sarto,%20Tobias%20Schumacher,%20From%20EMP%20to%20ENP,%20What's%20at%20Stake%20with%20the%20European%20Neighbourhood%20Policy%20towards%20the%20Southern%20Mediterranean.pdf>>

DENTON, Alexandra - Russian Political Culture Since 1985. **SRAS**. [Em linha]. 2006. [Consultado em 16 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.sras.org/russian_political_culture_since_1985>

EGENHOFER, Christian. [et al.] - **The ever-changing union: an introduction to the history, institutions and decision-making processes of the European Union**. Bruxelas: CEPS, 2011

ELIOT, T. S. – **Notas para uma definição de cultura**. Lisboa: Seculo XXI, 1996

ENCATC - **Culture in External Relations & Cultural Diplomacy: Focus on the Americas**. [Em linha]. ENCATC Academy, 2014. [Consultado em 18 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL:

http://www.encatc.org/pages/fileadmin/user_upload/2014_Activities/ENCATC_Academy_Programme_2014.pdf>

ENTERPRISE EUROPE NETWORK - EU Funding in Specific Sectors [Em linha]. London Chamber of Commerce and Industry, 2010 [Consultado em 12 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.londonchamber.co.uk/docimages/7051.pdf>>

ESPADA, João Carlos - O projecto europeu: estará o Estado-nação em vias de desaparecimento? **Análise Social**. [Em linha]. Vol. 22, n.º 141, 1997 p. 443-460 [Consultado em 12 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841553K6mRI9uk9Qy00KA6.pdf>>

ESTRE, Felipe Bernardo - Poder, interdependência e desigualdade. [Em linha]. In: **Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional ABRI 2011**, 2011, São Paulo: [s n.], 2011. [Consultado em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200007&lng=en&nrm=iso>

EUROPA - **Carta dos Direitos Fundamentais**. [Em linha]. Comissão Europeia, 2010 [Consultado em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL: http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/fundamental_rights_within_european_union/l33501_pt.htm>

EUROPEAN CULTURAL FOUNDATION - **Beyond the Nation State - Cultures make Europe; Historic speech to Europe: Denis de Rougemont**. [Em linha] European Cultural Foundation, 2014 [Consultado em 02 de Dezembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.culturalfoundation.eu/events/historic-speech-to-europe>>

FERNANDES, António José – **Métodos e técnicas para a elaboração de trabalhos académicos e científicos**. Porto: Porto Editora, 1995

FERNANDES, Sandra - Beyond Ukraine: How to Handle Russia Right? **IPRIS Viewpoints**. [Em linha] N.º 152, (August 2014). [Consultado em 30 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.ipris.org/?menu=6&page=52>>

FERNANDES, Sandra Dias - **Decifrar a potência Russa**. [Em linha] In. Relações Internacionais, n.º 21 (Março 2009). [Consultado em 30 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000100005&script=sci_arttext>

FERNANDES, Sandra Dias - **Europa (in) segura: União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: a institucionalização de uma relação estratégica**. Estoril: Príncipia, 2006

FERNANDES, Sandra - Russia and Transforming Security Relations in Europe: a mix of strategic and normative rationales. **e-cadernos ces**. [Em linha]. N.º 19, 2013. [Consultado em 29 de Janeiro de 2015]. Disponível em <URL: <http://eces.revues.org/1568>>

FERNANDES, Sandra Dias - **Rússia e União Europeia: dois gigantes e um continente**. Coimbra: [s.n.], 2014

FLAMBÓ, António Alves; RAMOS, Paulo Jorge Rodrigues - Soft Power. **Proelium** [Em linha]. Série VII, n.º 1 (2011), p. 49 – 70 [Consultado em 16 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CDAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.academiamilitar.pt%2Fproelium-serie-vii-n.o-1%2Fsoft-power.html&ei=ktrXUoT5BsqS1AXU_YGQBw&usg=AFQjCNFg9d-n14DURXOf2pu5MRBc9JE95g&sig2=wmuz7ZbQLbPzn7jS_JxRg>

FOX, Byron L.- International Cultural relations. **American Sociological Review** [Em linha] Vol. 15, n.º 4 (1950). [Consultado em 28 de Agosto de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2087307?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102607046163>>

Gama, Pedro Nogueira da - **Cultura, economia e política: um estudo comparado sobre a relação da indústria cinematográfica com o poder do estado na Alemanha e nos Estados Unidos no contexto da II guerra mundial (1939-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IE / NEI, 2011. 102 p. Dissertação de Mestrado

GASPAR, Carlos - A emergência de novas potências. [Em linha]. **JANUS** (2011-2012) [Consultado em 07 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_1_2.pdf>

GEPAC - **Agenda Europeia para a Cultura** [Em linha]. Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, 2010 [Consultado em 06 de Fevereiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.gepac.gov.pt/ficha-tecnica.aspx?v=ef8cdefd-1b59-48cb-bbac-dc7b0fd22823>>

GERRITS, André. - Normative Power Europe: introductory observations on a controversial notion. In: Gerrits, André. ed.- **Normative power Europe in a changing world: a discussion**. Clingendael: Netherlands Institute of International Relations, 2009. p. 1-9

GOMES, João Manuel – Apresentação. In: **Eneida**. Virgílio; adapt. João de Barros. Lisboa: Círculo de Leitores, 1989

GOMES, Nancy - O papel de Portugal nas relações Euro–Latinoamericanas: Notas e Reflexões. **JANUS.NET**, n.º 1, (Outono 2010). [Consultado em 07 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1/pt_vol1_n1_not2.html>

GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo Delgado - El factor cultural en las relaciones internacionales: una aproximación a su análisis histórico. *Hispania*[Em linha] n.º 186, (1994) p. 257-278 [Consultado

em 02 de Setembro de 2013]. Disponível em <URL:
<http://digital.csic.es/bitstream/10261/15093/1/20090715133903984.pdf>>

GORBACHOV, Mikahil – **Perestroïka: novo pensamento para o nosso país e para o mundo**. Mem- Martins: Europa-América, 1987

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL - Cultura é ferramenta para incentivar desenvolvimento econômico. Portal Brasil. [Em linha]. 2009 em 19 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL:
<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-e-ferramenta-para-incentivar-desenvolvimento-economico>>

GUARNIERI , Tathiana Haddad - “La construction européenne”: uma leitura construtivista da integração europeia. **Revista Ética e Filosofia Política** [Em linha] n° 12, vol. 2 (Julho de 2010) p. 249-267 [Consultado em 13 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL:
http://www.ujf.br/eticaefilosofia/files/2010/06/12_2_thatiana12.pdf>

HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In: **Colonial Discourse and Post-colonial Theory: a Reader**. Ed. Patrick Williams and Chrisman. London: Harvester Wheatsheaf, 1994. p.392-401.

HARDY, Mike; BRÖCKERHOFF, Aurélie - Uma questão de segurança In: **Cultura e Conflito: desafios da política externa**. Vol. 5 Estugarda: EUNIC, 2013. p.55-62

HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva - Valores Comuns Europeus: O verdadeiro interesse comum da política externa da UE? **Revista Militar** [Em linha]. (2007) [Consultado em 23 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=176>

HIPPLER, Jochen- Além da neblina cultural. In: **Cultura e Conflito: Desafios da política externa**. Vol. 5. Estugarda: EUNIC, 2013. p. 10-22

HLAVAC, Marek - Less Than a state, more than an international organization: The Sui generis nature of the European Union. **MPRA** (Dezembro 2010). [Consultado em 21 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://mpra.ub.uni-muenchen.de/27179/1/MPRA_paper_27179.pdf>

HOWORTH, Jolyon - **Security and Defence in the European Union**. London: Palgrave MacMillan, 2007

HUNTINGTON, Samuel - The clash of civilizations? **Foreign affairs** [Em linha]. Vol. 72, n.º 3 (Verão 1993) p.22-49 [Consultado em 08 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL:
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/20045621?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21102774868943>>

HUNTINGTON, Samuel P. – **O choque das civilizações: e a mudança na ordem mundial**. Lisboa: Gradiva, 1999

INSTITUTE FOR CULTURAL DIPLOMACY – **About** [Em linha]. Institute for Cultural diplomacy. 1999 [Consultado em 13 de Maio de 2014]. Disponível em <URL: http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en_culturaldiplomacy>

KAGAN, Robert - **O Paraíso e o Poder: a América e a Europa na Nova Ordem Mundial**. Lisboa: Gradiva, 2003

KERN, Philippe - **Culture in EU External Relations: for a Creative Diplomacy**. [Em linha] Bruxelas: KEA, 2013 [Consultado em 06 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.keanet.eu/culture-in-eu-external-relations-for-a-creative-diplomacy/?fb_action_ids=10151774299613439&fb_action_types=og.likes&fb_source=other_multiline&action_object_map=%7B%2210151774299613439%22%3A519271088164835%7D&action_type_map=%7B%2210151774299613439%22%3A%22og.likes%22%7D&action_ref_map=%5B%5D>

KOTZ, David M. - Russia's Financial Crisis: the Failure of Neoliberalism? **Z Magazine** [Em linha]. 1999 p. 28-32 [Consultado em 27 de Novembro de 2014] Disponível em <URL: http://people.umass.edu/dmkotz/R_Fin_Crisis_99.pdf>

LAÏDI, Zaiki - Europe as a Risk Averse Power: a hypothesis. **Garnet Policy Brief** [Em linha] n.º11 (Fev. 2010) [Consultado em 03 Outubro. 2013]. Disponível em <URL:<http://www.laidi.com/sitedp/default/files/file/GARNET11-COR-WEB.pdf>>

LARAIA, R. – **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LEME, Paulo - The “B” in brics: unlocking brazilís growth potential. In: Goldman Sachs. **Brics and beyond**. [Em linha]. 2007 [Consultado em 23 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-book/brics-full-book.pdf>>

LEONARD, Mark - **Why Europe will run the 21st century**. Nova Iorque: Fourth State, 2005

LIGI, Luciano - Mercosul 20 anos. **IPEA**. [Em linha]. 2011 [Consultado em 23 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2598:catid=28&Itemid=23>

LOBO-FERNANDES, Luís - Da Integração à Governação Europeia: Portugal, Europeização e o Carácter Multi-Sistémico da UE. [Em linha] **Nação e Defesa**. N.º 115 (Outono-Inverno 2006) [Consultado em 04 de Outubro de 2014]. Disponível em <URL:http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1088/1/NeD115_LuisLoboFernandes.pdf>

LOOSELY, David - **Cultural Policy in France Since 1959**. [Em linha]. Copenhaga: Nordisk Kultur Institut, 2001 [Consultado em 09 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: http://fgimello.free.fr/documents/florida/cultural_policy_in_france.pdf>

LOPES, João Teixeira – Políticas culturais públicas na Europa. [Em linha] **JANUS**, 2003 [Consultado em 07 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: http://janusonline.pt/2003/2003_1_4_13.html>

LUSA - Pró-ocidentais e nacionalistas com vitória esmagadora na Ucrânia. [Em linha] **Diário de Notícias**, 2014. [Consultado em 29 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4202714>

MACEDO, Gonçalo - **O potencial para o intercâmbio cultural entre a UE e países terceiros: o caso da China**. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2009

MADEIRA, Mariana Gonçalves - Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2014.

MAGALHÃES, José Calvet – **Manual diplomático: direito diplomático: política diplomática**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1991

MALAMUD, Andrés - A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. In: **Latin American Politics and Society**. [s.l.]: Universidade de Miami, 2011

MALINOWSKI, Bronislaw - **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

MANNERS, Ian - European communion: political theory of European union. **EUSA**. [Em linha]. (Março 2011) [Consultado em 04 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.euce.org/eusa/2011/papers/2b_manners.pdf>

MANNERS, Ian - Normative Power Europe: a contradiction in terms? **Rudar**. [Em linha]. (2000) [Consultado em 16 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: http://rudar.ruc.dk/bitstream/1800/8930/1/Ian_Manners_Normative_Power_Europe_A_Contradiction_in_Terms_COPRI_38_2000.pdf>

MANSO, José R. Pires de - A Economia da Cultura: Vetor Estratégico de Desenvolvimento para Portugal. **Ubimuseum** [Em Linha] (2012) [Consultado em 28 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.jose-pires-manso-economia-cultura.pdf>>

MATEUS, Augusto - **O sector cultural e criativo em portugal: estudo para o ministério da cultura**. Lisboa: Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, 2010

MATSUURA, Koïchiro. L'enjeu culturel au coeur des relations internationales. **Politique Étrangère** [Em linha] 4º semestre (Inverno 2006).p. 1045-1057. [Consultado em 07 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: <http://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2006-4-page-1045.htm>>

MCCORMICK, John - **The European Superpower**. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 2007

MELO, Doriam Luis Borges de. CANO, Ignácio (org.) - **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Contexto internacional** [Em linha]. 2006, vol.28, n.1 [Consultado em 28 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8529. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292006000100004>.

MINISTÉRIO DA CULTURA - Institucional. [Em linha]: Ministério da Cultura - Governo Federal, 2013. [Consultado em 22 de maio de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.cultura.gov.br/institucional>>

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF RÚSSIA FEDERATION - **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. [Em linha] Russia Federation, 2013. [Consultado em 22 de maio de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/869c9d2b87ad8014c32575d9002b1c38!OpenDocument>>

MITCHELL, J. M. - **International Cultural Relations: key concepts in international relations**. Londres: Allen & Unwin, 1986.

MIX, Derek E. - The European Union: Foreign and Security Policy. **Congressional Research Service** [Em linha]. (2013) [Consultado em 22 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R41959.pdf>>

MOURA, Vasco Graça – **A identidade cultural europeia**. Lisboa: FFMS, 2013

NATALI, João Batista - Punho forte e distância da "lama" russa fazem Putin subir. [Em linha] **Folha de S. Paulo**, 2004. [Consultado em 28 de Novembro de 2014] Disponível em <URL: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2111200409.htm>>

NOGUEIRA, João Pontes. Messari, Nizar - **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

NORTE, Diego Braga - Por que UE e Rússia querem tanto a Ucrânia? [Em linha] **VejaAbril**, 2013. [Consultado em 29 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/por-que-ue-e-russia-querem-tanto-a-ucrania-2>>

NYE JR., Joseph S. – Soft Power. **JSTOR** [Em linha] n.º 80 (Outono 1990) Vol.2, n.º 17 (2003) p. 153-171 [Consultado em 08 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: <http://faculty.maxwell.syr.edu/rdenever/PPA-730-27/Nye%201990.pdf>>

O'NEAL, Jim - Building Better Global Economic BRICs. **Goldman Sachs**. [Em linha]. n.º 66 (Nov. 2001) [Consultado em 18 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>

OBULJEN, Nina - **Why we need European cultural policies: the impact of EU enlargement on cultural policies in transition countries**. [s. l.]: CPRA, 2005

OLIVEN, Ruben George - Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo Perspectiva** [Em linha] Vol. 15 n.º2 (Abril-Junho 2001) [Consultado em 28 de maio de 2014]. Disponível em <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002>

PAPAIANOANNOU, Elias - Trust(ing) in Europe? How increased social capital can contribute to economic development. Bruxelas: Centre for European Studies, 2013

PATRÍCIO, Raquel de Caria. **Governança mundial do clima e política ambiental do Brasil**. [Em linha]. In. Relações Internacionais, n.º 29, 2011. [Consultado em 30 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000100008&script=sci_arttext>

PIRES, Francisco Lucas – **O que é Europa**. Lisboa: Difusão cultural, 1993

PITCH, Robert – Conclusions. In: **Europa sans rivage – De L'identité culturelle européenne**. Paris: Albin Michel, 1988

Poutine en croisade contre la décadence occidentale. **Courrier Internationale**. [Em linha]. (20 Setembro de 2013). [Consultado em 28 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.courrierinternational.com/breve/2013/09/20/poutine-en-croisade-contre-la-decadence-occidentale>>

PUREZA, José Manuel - Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. **Nação e Defesa**. [Em linha] n.º 95/96 – 2.ª Série (Outono-Inverno 2000) pp. 33-42 [Consultado em 12 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1343/1/NeD095-096_JoseManuelPureza.pdf>

RAIMUNDO, António - O estudo da política externa. Combinar teoria e contexto. **Relações Internacionais**. [Em linha] n.º 35 (Setembro 2012) p. 139-142 [Consultado em 22 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n35/n35a10.pdf>>

REINER, Lúcio - **Parlamento europeu: história, composição e objetivos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003

RIBEIRO, Edgard Telles - **Diplomacia cultural: seu papel na política externa Brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro - Filosofia da Europa: questões sobre a Europa. **Diacrítica: Revista do centro de estudos humanísticos** [Em linha] Vol.2, n.º 17 (2003) p. 7-72

[Consultado em 10 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_17-2.pdf>

RODRÍGUEZ, Mario A. Forero - Ambigüedades y dilemas en la definición de la política exterior colombiana. **Revista Análisis Internacional**. [Em linha]. N.º 5(2012) pp. 235-254 [Consultado em 07 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: <http://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/440>>

ROMBOUTS, Anton - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Promover os setores culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego na UE. **Jornal Oficial da União Europeia**. [Em linha] n.º 218 (2013) [Consultado em 07 de Outubro de 2013]. Disponível em URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2013:218:0007:0011:PT:PDF>>

ROSAMOND, Ben – Theories of european integration. New York: Palgrave, 2000

RUSSIAN PRESIDENTIAL EXECUTIVE OFFICE - Beginning of the Russia-EU summit's working session. [Em linha] **Russian Presidential Executive Office**, 2012. [Consultado em 26 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://eng.kremlin.ru/transcripts/3953>>

SABBATINI, Rodrigo - Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul. In: **Internacionalização Produtiva da Indústria Brasileira nos Anos 90**. [S. l.]: [s n.], 2011

SANTOS, Boaventura de Souza - Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**. [Em linha] Vol. 5, n.º1-2 (nov. 1994). p.31-52 [Consultado em 11 de Novembro de 2014].Disponível em <URL: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Modernidade%20Identidade%20Fronteira_TempoSocial1994.pdf>

SARAIVA, Enrique - Que financiamento para que cultura? O apoio do setor público à atividade cultural. **RAP**. [Em linha]. Vol. 33, n.º1 (Jan./Fev. 1999). p. 89-119 [Consultado em 11 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: www.spell.org.br/documentos/download/12837>

SARAIVA, José António - **O que é cultura**. Lisboa: Difusão Cultural, 1993

SARAIVA, Miriam Gomes - A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. [Em linha] Vol.47, n.º1 (Jan./Jun. 2004) [Consultado em 01 de Abril de 2014]. Disponível em <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100005>

SAVANEVIČIENĖ, Asta. STARK, Gerhard - Como funcionar com valores culturais empresariais diferentes e convergentes na Europa? **Revista Europeia de Formação Profissional**. [Em linha] Vol.2, n.º 44 (2008) p. 54-80 [Consultado em 04 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.cedefop.europa.eu/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/503/44_pt_Savaneviciene.pdf>

SCHEIN, Edgar H. – **Organizational culture and leadership**. São Francisco: Jossey-Bass, 2004

SCHNAKE GÁLVEZ, Alex - Orden multipolar en el siglo xxi: efectos globales y regionales. [Em linha]. **Revista Encrucijada Americana**. Año 4. N° 1 (Otoño-Invierno 2010). [Consultado em 28 de outubro de 2014]. Disponível em <URL: www.encrucijadaamericana.cl/articulos/n1_2010/2Schnake_Orden_multipolar_en_el_siglo_XXI.pdf>

SILVA, Jorge Tavares da (coord.). Introdução. In: **BRICS e a Nova Ordem Internacional**. Aveiro: Mare Liberum, 2014

SMITS, Yolanda - **Preparatory Action ‘Culture in the EU's External Relations: Russia country report**. União Europeia [Em linha]. 2014. Consultado em 21 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL:<http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/country-report-Russia-26.02.2014-bis.pdf>>

SOUSA, Sarah-Lea John - Brazil as an emerging actor in international development cooperation: a good partner for European donors? **Deutsches Institut für Entwicklungspolitik**. [Em linha]. 2010 [Consultado em 21 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www.diegdi.de/uploads/media/BP_5.2010.pdf>

SUPLICY, Marta – O “soft power” brasileiro. **Folha de S. Paulo** [Em linha] n.º. 30.643. 2013 [Consultado em 17 de Julho de 2014]. Disponível em <URL: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/95343-o-quotsoft-powerquot-brasileiro.shtml>>

TEIXEIRA, Nuno Severiano - Europa, (im)potência internacional. **IPRI** [Em linha]. 2003 [Consultado em 24 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=56>>

TEIXEIRA, Nuno Severiano - Referendo europeu. **IPRI** [Em linha] (2005) [Consultado em 21 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=114>>

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A União Europeia como Actor Internacional: a Política Externa da União Europeia. **Nação & Defesa** [Em linha] n.º 85 – 2.ª Série (Primavera 1998), pp. 119-135. [Consultado em 07 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1528/1/NeD85_NunoSeverianoTeixeira.pdf>

Teles, Ana Filipa - **A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à actualidade**. Lisboa: FCSH, 2009. 76 p. Dissertação de Mestrado

THE BRICS REPORT: A Study of Brazil, Russia, India, China, and South Africa with special focus on synergies and complementarities. comp. Oxford University. Oxford University Press: New Delhi, 2012

TOCCI, Nathalie, et. al. The European Union as a Normative Foreign Policy Actor. **CEPS** [Em linha] Working Document 281 (Janeiro 2008). [Consultado em 05 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: <http://aei.pitt.edu/7582/1/Wd281.pdf>>

TOJE, Asle. - Normative Power in Europe after the post-cold war In: Gerrits, André, ed. - **Normative power Europe in a changing world: a discussion**. Clingendael: Netherlands Institute of International Relations, 2009. p. 37-50

TOMÉ, Luis - União Europeia e Rússia: a pseudoparceria. [Em linha] Janus, 2007. [Consultado em 28 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://janusonline.pt/2007/2007_2_12.html>

TRICHET, Jean-Claude - **Building Europe, building institutions**. Aachen: ECB, 2011

TRUSZCZYŃSKI, Jan - **Culture and the Policies of Change: conference reader**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2010

UNESCO - **Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions**. [Em linha]. UNESCO, 2005 [Consultado em 07 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001429/142919e.pdf>>

UNESCO - **Culture: a driver and an enabler of sustainable development** [Em linha]. UNESCO, 2012 [Consultado em 28 de Janeiro de 2014]. Disponível em <URL: <https://en.unesco.org/post2015/sites/post2015/files/Think%20Piece%20Culture.pdf>>

UNESCO - **Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue: UNESCO world report**. Paris: Unesco, 2009

UNESCO - **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. [Em linha] UNESCO, 2009 [Consultado em 09 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>

UNITED NATIONS - **Culture of Peace: what is it?** [Em linha] United Nations, 1998. [Consultado em 09 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://www3.unesco.org/iycp/kits/res52-13_en.htm>

VICENTE, Paulo Carvalho - Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal: (1960-2002). **Janus** [Em linha]. Vol. 4, n.º 1 (Maio-Outubro 2013), pp. 30-48 [Consultado em 14 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art3.pdf>

VILAR, Emílio Rui - **Sobre a Economia da Cultura**. Comunicação & Cultura. [Em linha]. n.º 3, 2007, pp. 131-144 [Consultado em 16 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: http://cc.bond.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/03_07_Emilio_Rui_Vilar.pdf>

VINHA, Luís Miguel da - John Gerard Ruggie e a institucionalização da paz liberal. **Cabo dos Trabalhos** [Em Linha]. Programa de Doutoramento Política Internacional e Resolução de Conflitos, n.º 3, 2009 [Consultado em 31 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n3/documentos/1_Luis_Vinha.pdf>

VYGOTSKI, L. S.- **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores: obras Escogidas III**. Madrid: Visor/ Ministerio de Educación y Ciencia, 1995

WALLERSTEIN, Immanuel. Europa ocidental e Rússia - uma aproximação. [Em linha] **Esquerda.net**, 2009 [Consultado em 29 de Setembro de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.esquerda.net/opiniao/europa-ocidental-e-r%C3%BAssia-uma-aproxima%C3%A7%C3%A3o>>

WAY, Lucan - The evolution of authoritarian organization in russia under yeltsin and putin. [Em linha] **Kellogg Institute**, 2008. [Consultado em 27 de Novembro de 2014]. Disponível em <URL: <https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/352.pdf>>

WENDT, Alexander - Constructing International Politics. **International Security**. [Em linha] Vol.20, n.º 1 (Summer, 1995) p.71-81 [Consultado em 31 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://www.academia.edu/4499633/Constructing_International_Politics>

WERINGH, Kathinka Dittrich van. SCHÜRMAN, Ernst - **Does Europe Need a Foreign Cultural Policy?**. [Em linha] [s.l.]: [s.n.], 2004. 45 p. [Consultado em 28 de Agosto de 2014]. Disponível em <URL: <http://www.moreeurope.org/sites/default/files/Does%20Europe%20need%20a%20Foreign%20Cultural%20Policy.pdf>>

WOOLFOLK, Anita E. - Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000

Xavier, Ana Isabel Marques - **A União Europeia e a Segurança Humana: um actor de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica? Análise e considerações prospectivas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. 311 p. Dissertação de doutoramento

XAVIER, Ana Paula. O ator normativo na era do nobel: quo vadis UE? **Janus.net** [Em linha] Vol. 4, n.º 1 (Maio-Outubro 2013), pp. 49-63 [Consultado em 10 de Outubro de 2013]. Disponível em <URL: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art4.pdf>

ZANOLLA, Sílvia Rosa da Silva - O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. [Em linha]. Psicologia Social vol.24, n.1. 2012 [Consultado em 2 de Novembro de 2014]. Disponível em:URLhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100002&lng=en&nrm=iso>